

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS - SCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DECISO**

JULIO GNAP

**QUESTÕES DE CIDADANIA E MEIO AMBIENTE NAS COMUNIDADES DE
BAIRRO DO MUNICÍPIO DE PINHAIS-PR**

**CURITIBA
2013**

JULIO GNAP

**QUESTÕES DE CIDADANIA E MEIO AMBIENTE NAS COMUNIDADES DE
BAIRRO DO MUNICÍPIO DE PINHAIS-PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da área de Ruralidades e Meio Ambiente, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Floriani

CURITIBA

2013

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero registrar meu profundo agradecimento ao professor Dimas Floriani, que, com a zelosa consciência do papel de orientador, ao mesmo tempo em que me deu liberdade para buscar novos conhecimentos, também cobrou a responsabilidade do rigor acadêmico. Agradecimento que faço extensivo aos demais componentes da banca, professor José Edmilson de Souza Lima, professor José Luiz Cerveira e professora Maria do Rosário Knechtel, que também deram importante contribuição para a realização deste trabalho. E por fim, demonstrar gratidão enaltecendo a importância de uma instituição como a UFPR, a qual tem no seu corpo docente um quadro de excelência que justifica e garante a existência da universidade pública; condição sem a qual não teria sido possível realizar esta grande conquista pessoal.

RESUMO

Como o título da dissertação sugere, consiste este trabalho num exercício sociológico em que se apresenta um amplo conjunto de reflexões produzidas a partir da pesquisa empírica contrafactada com um também amplo conjunto de conceitos e análises acumuladas na teoria do pensamento social. Podendo esta pesquisa ser considerada uma investigação exploratória dado que busca conhecer uma realidade da qual pouco ou nada se sabe: uma tentativa de identificar a participação e o peso de algumas categorias sociológicas, não em fatos sociais específicos, mas numa dinâmica social mais abrangente. Muito da análise que aqui se faz enfatiza as características diferenciadoras dos conceitos sociedade e comunidade, e o que se pode esperar de cada um desses conceitos enquanto espaços para o desenvolvimento da cidadania e da consciência ambiental. Com a pesquisa mostrando que propostas coletivas de fins não econômicos sobrevivem nos espaços comunitários, e que a continuidade de ambos, espaços comunitários e propostas coletivas visando fins não econômicos, podem representar uma garantia da perenização da noção clássica de cidadania e, com esta, o desenvolvimento de uma efetiva e mais consistente conscientização ambiental. Este estudo, enfim, também tem o propósito de ser uma pequena contribuição para atualizar o debate sobre a questão ambiental, apresentando algumas mais recentes reflexões sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e educação ambiental.

Palavras-chave: Cidadania. Meio Ambiente. Sociedade. Comunidade. Modernidade.

ABSTRACT

As the title of the thesis suggests, this work is a sociological exercise that presents a broad set of reflections produced from empirical research placed against an also wide range of concepts and analysis accumulated in the theory of social thought. And this research can be considered as an exploratory investigation since it seeks to understand a reality of which little or nothing is known: an attempt to identify the role and weight of some sociological categories, not to specific social facts, but in a broader social dynamic. Much of the analysis that is made here emphasizes the distinguishing characteristics of the concepts of society and community, and what you can expect from each of these concepts as spaces for the development of citizenship and environmental awareness. With the research showing that collective proposals for nonprofit survive in community spaces, and the continuity of both community spaces and collective proposals aiming nonprofit, can guarantee the perpetuation of the classical notion of citizenship and, with this, the development of an effective and more consistent environmental awareness. This study, finally, also aims to be a small contribution to update the debate on the environmental issue, with some more recent reflections on sustainability, sustainable development and environmental education.

Keywords: Citizenship. Environment. Society. Community. Modernity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CONTEXTO SÓCIO-GEOGRÁFICO DA PESQUISA	12
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 CIDADANIA	15
1.1.1 Aspectos históricos e conceituais de cidadania	17
1.1.2 Cidadania moderna	20
1.1.3 Cidadania e democracia	23
1.1.4 Cidadania na concepção marxiana	26
1.1.5 Estado e sociedade civil	27
1.1.6 Emancipação política e emancipação humana	27
1.2 COMUNIDADE	28
1.3 MODERNIDADE	31
1.3.1 Sociedade de risco	32
1.3.2 Desencaixe dos sistemas sociais	34
1.4 MEIO AMBIENTE	37
1.5 RAZÃO E RACIONALIDADE INSTRUMENTAL	40
1.6 RACIONALIDADE AMBIENTAL	42
1.7 RACIONALIDADE COMUNICATIVA	44
1.8 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	46
1.8.1 O ambientalismo e a teoria do desenvolvimento sustentável	49
1.8.2 A economia verde	53
1.9 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO PERMANENTE E ECOFORMAÇÃO ..	55
2 A PESQUISA	62
2.1 METODOLOGIA	62
2.1.1 Contextualizando a pesquisa	62
2.1.2 Local da pesquisa	62
2.1.3 Público pesquisado	63
2.1.4 Técnica de pesquisa utilizada	63
2.1.5 Plano de amostragem	64
2.1.6 Construção de padrões de resposta	64
2.1.7 Tópicos pesquisados	66

2.2 RESULTADOS DA PESQUISA.....	66
2.2.1 Trabalho de campo e amostra realizada	66
2.2.2 Resultados gerais da pesquisa.....	67
2.2.3 Perfil da amostra	67
2.2.4 Perfil das associações pesquisadas	68
2.2.5 Nível de participação dos membros das associações.....	70
2.2.6 Atividades e projetos já desenvolvidos pelas associações	71
2.2.7 Atividades e projetos em execução ou previstos pelas associações	71
2.2.8 Meio ambiente: percepção dos problemas e ações	72
2.2.9 Ações realizadas ou previstas para a área do meio ambiente	73
2.2.10 Percepção quanto a ações ambientais necessárias	73
2.2.11 Identificação e pertencimento ao bairro/região	75
2.2.12 Percepção quanto ao papel das associações, cidadania e participação	76
2.2.13 Participação em atividades religiosas.....	79
2.2.14 Vinculação político-partidária	80
3 DISCUSSÃO DE TEMAS SUSCITADOS NA PESQUISA.....	82
3.1 TERRITÓRIO E CAPITAL SOCIAL.....	82
3.2 VÍNCULO COMUNITÁRIO COMO CAPITAL SOCIAL.....	86
3.3 TOMADA DE CONSCIÊNCIA, CIDADANIA E PROTAGONISMO.....	87
3.4 VÍNCULO SOCIAL, RELIGIÃO E POLÍTICA.....	89
3.5 RELIGIÃO	94
3.6 POLÍTICA	99
3.7 PRÁTICAS EDUCATIVO-AMBIENTAIS NAS COMUNIDADES PESQUISADAS.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICES	122
ANEXOS	1389

INTRODUÇÃO

Cidadania e meio ambiente, dois conceitos-chaves, dois conceitos largos. Juntos dão conta da totalidade da condição humana no indivíduo: o ser natural e o ser social numa reflexividade tensionada, e como vetores, ao mesmo tempo, de problemas e de soluções. Só a cidadania pode resolver os problemas da cidadania, e o meio ambiente se coloca forçosamente como outra variável dessa equação.

Imaginando uma escala de plenitude de zero a cem, pode-se dizer que o meio ambiente teria começado em 100 nos primórdios da civilização, seguindo em descenso contínuo na medida inversa do desenvolvimento da sociedade humana. Já a cidadania teria começado em zero, apresentando um avançar nesta escala juntamente com o avanço do processo civilizador. Ambos conceitos estariam hoje em pontos intermediários desta escala, e, talvez, bastante próximos um do outro. Essa aproximação simbolizada nesta escala imaginária pode estar de fato ocorrendo por conta do agravamento da problemática ambiental, o qual tem chamado a cidadania para assumir de maneira mais efetiva as questões ambientais. E isso oportunizando a emergência de uma nova práxis social na qual esses dois conceitos sairiam fortalecidos.

Porém, a questão que se coloca neste momento é quais as condições atuais de a cidadania ser agente ativo e assumir responsabilidade maior neste processo. Essa questão é pertinente principalmente ao se lembrar que a modernidade está impondo um cenário de grandes e constantes transformações, as quais repercutem em todas as esferas da realidade social. Preocupações como esta têm levado muitos autores a se debruçar sobre este assunto e produzir interessantes avaliações. E uma avaliação importante é feita por Beck, que coloca a mídia (os meios de comunicação) como um ator de muito peso nesse processo ao dizer que “os indivíduos não são diretamente ativos. Os protestos foram simbolicamente intermediados pela mídia. O homem foi remetido à política simbólica da mídia” (BECK, 1999, p. 131).

Essa preocupação de Beck pode ser entendida como dizendo respeito mais de perto à cidadania ao se observar como, no caso do Brasil, a mídia e os que dela se utilizam, têm se apropriado desse conceito, colocando a idéia de cidadão como um ator pouco ativo, quase um coadjuvante, cujo papel se resumiria a colaborar com as atividades patrocinadas por organizações ou entidades, que, desta forma, fazem

uma apropriação privada dos sentimentos das pessoas, intermediando a solidariedade humana. Outro aspecto que se observa em algumas campanhas televisivas, muitas de caráter meramente assistencial, é se utilizar da palavra cidadania como forma de valorizar estas práticas de acordo com uma concepção puramente mercadológica. Neste sentido, campanhas de empresas que utilizam o *marketing* da “responsabilidade social”, ou até mesmo campanhas governamentais que veiculam mensagens que colocam o Estado como uma espécie de “prestador de serviços pré-pagos” à população, vêm, de certa forma, empobrecendo o conceito de cidadania e produzindo um esvaziamento do seu significado político intrínseco.

A cidadania representa um patrimônio político do indivíduo, a consciência dos seus direitos, do seu papel social e a autonomia para livremente julgar e se manifestar a respeito das coisas que acontecem na sua comunidade, na sua cidade ou no seu país. A ela também é reservado o papel de funcionar como uma interface qualificada entre o indivíduo e a sociedade estruturalmente regulada. Tanto maior será essa interação quanto melhor o indivíduo internalizar os códigos que comandam esta relação. E, uma questão que se coloca para reflexão é até que ponto as situações apontadas no parágrafo anterior podem repercutir numa noção futura de cidadania enquanto conceito de autonomia do indivíduo.

Na questão ambiental também existem dificuldades que os indivíduos e a sociedade ainda precisam superar para atender as necessidades que se impõem. Por exemplo, o lixo produzido pelas famílias, que em tese não serve prá nada, num certo sentido goffmaniano pode servir para representar um sinal de riqueza: uma extensão simbólica do consumo. Uma derradeira ostentação do poder aquisitivo empregado na proporção direta do volume de lixo produzido. Sua exposição em frente às residências faz uma espécie de reciclagem do fetiche da mercadoria; mercadoria agora descartada. E isso pode ser uma das explicações do porque muitas pessoas terem dificuldade de lidar com a questão do lixo. Pois, a necessária redução do lixo implica na redução do consumo, ou, pelo menos racionalizá-lo com o fim de reduzir desperdícios. Tudo isso são coisas que indivíduos integrados e vivendo com os valores e símbolos da sociedade de consumo podem ter dificuldade de enfrentar. Mas estas são somente algumas questões que fazem parte, como subjetividades, da realidade social investigada na pesquisa apresentada neste estudo.

Um aspecto relativamente novo da questão ambiental, e que diz respeito ao indivíduo e ao cidadão, também tem colocado os meios de comunicação de massa num importante papel. O de disseminar os novos princípios de cuidado com o meio ambiente de acordo com a noção de desenvolvimento sustentável. Apresentada invariavelmente como a solução para fazer frente aos inúmeros desafios colocados pelos problemas ambientais, e, via de regra, sem espaço para opiniões divergentes ou qualquer outro tipo de debate - coisas fundamentais em termos de cidadania - dissemina-se a crença de que se chegou a um modelo correto e definitivo de preservação ambiental. Modelo no qual ao cidadão fica reservado o papel de consumidor responsável nas suas escolhas.

E todas essas questões até aqui apontadas indicam ser oportuna a realização de uma pesquisa que junte os temas cidadania e a questão ambiental; que possibilite ver o cuidado do meio ambiente como um exercício de cidadania, investigando até que ponto os problemas ambientais estão sensibilizando e produzindo mudanças no comportamento dos cidadãos. E que permita também conhecer o potencial dos coletivos de cidadãos (nesse caso as associações de moradores) enquanto canais de mobilização e de participação para as causas ambientais. Com a perspectiva, enfim, desses coletivos assumirem papel mais atuante na preservação do meio ambiente.

A complexidade da questão ambiental é um desafio e também uma oportunidade. Oportunidade porque, como diz Morin, “a complexidade é um progresso de conhecimento que traz o desconhecido e o mistério” (MORIN, 2005, p.26). E esta é a oportunidade para se avançar no conhecimento das causas e efeitos dos problemas ambientais, e, principalmente, nas possibilidades de se atuar frente a estes problemas ampliando o repertório de soluções e iniciativas para dar resposta às demandas ambientais. E neste novo repertório deverá, sem dúvida, estar incluída uma maior participação dos indivíduos e das coletividades na vida e nos problemas das cidades.

Esta pesquisa pretende avaliar e debater alguns dos elementos constitutivos da organização comunitária de bairros a partir de um município conurbado com a região metropolitana de Curitiba, no caso, o município de Pinhais. Esses elementos estão vinculados à formação das associações de moradores e às suas dinâmicas de funcionamento, com os quais se pretende identificar como ocorrem determinados fenômenos sócio-políticos e ambientais, a partir da análise realizada pelas

entrevistas aplicadas aos participantes dessas associações. E, acreditando que os objetos de estudo aqui reunidos e da forma com que foram abordados, aproximam este trabalho a uma pesquisa exploratória conforme definida por Cervi (2009).

Com as questões norteadoras dessa pesquisa se referindo aos conflitos e dificuldades de abordagem da cidadania comunitária. Partindo-se das práticas e da intervenção social destes atores, a pesquisa permitiu tecer uma série de indagações a esse respeito, destacando-se as seguintes:

Quais os principais fenômenos que emergem desse processo histórico das associações de moradores que fortalecem ou debilitam os mecanismos de participação democrática, no sentido de identificá-los como pontos fortes ou fracos para a ocorrência da cidadania?

Por outro lado, as associações desenvolvem um conjunto de ações comunitárias voltadas para os problemas do meio ambiente (condições e situações de vida ligadas ao saneamento, água, lixo, atividades comunitárias e educacionais em termos de ecoformação, etc.). Em que medida essas ações fortalecem o desenvolvimento de uma consciência socioambiental, contribuindo assim para fortalecer os mecanismos de participação política e de cidadania?

Identificou-se ao longo da pesquisa que as atividades desenvolvidas pelos representantes das associações se articulavam com alguns dispositivos agregadores de sociabilidade de seus participantes. Tais como, relações com estruturas partidárias e atividades religiosas, bem como algum tipo de participação nos conselhos municipais. Na perspectiva das indagações da pesquisa é pertinente perguntar se esses elementos que constituem um capital social do ator coletivo (as associações), contribuem para visibilizar ações coletivas pró-ativas de cidadania?

Do ponto de vista do trabalho empírico, a pesquisa privilegiou um conjunto de variáveis socioeconômicas, políticas e culturais de cada um dos participantes das associações, além de dimensões qualitativas para identificar visões e concepções sobre um conjunto de temas pertinentes aos interesses centrais da pesquisa.

Os objetivos da pesquisa visam, portanto, identificar e caracterizar como as associações constroem suas estratégias de organização, no contexto de ações comunitárias, buscando atender interesses e reivindicações dos bairros nos quais estão inseridas. Por sua vez, busca-se entender e explicar o sentido dessas ações comunitárias, indagando se as mesmas cumprem com os requisitos fundamentais de responder às exigências de uma condição política de cidadania pelo grau de

participação social. E se a agenda voltada para as questões ambientais obedecem a certos critérios de sustentabilidade socioambiental a partir de uma perspectiva socioambiental.

Para que se pudesse vislumbrar o alcance político, social e educacional das práticas e do entendimento que os atores têm desse processo de intervenção social, buscou-se apresentar no capítulo 1 alguns dos fundamentos teóricos para elucidar algumas categorias de análise no quadro da teoria sociológica, procurando jogar luz ao emaranhado de questões que envolvem o tema central da pesquisa, a saber, cidadania e meio ambiente. Antes ainda, encerrando esta parte introdutória é apresentada uma breve contextualização sócio geográfica da pesquisa, com a qual se pretende demonstrar a importância da escolha deste município como local para realização da pesquisa. E como mencionado, no capítulo 1 são apresentados os fundamentos teóricos básicos, com conceitos e reflexões de diversos autores a respeito dos temas: cidadania, comunidade, modernidade, sociedade de risco, racionalidade, meio ambiente, ambientalismo, desenvolvimento sustentável e ecoformação.

Já o capítulo 2 trata especificamente da pesquisa realizada. Nele são apresentados os aspectos metodológicos que orientaram desde a fase de seleção do público para realização das entrevistas e coleta dos dados, até a construção de um modelo analítico para classificação dos entrevistados segundo perfis de respostas para algumas questões. Também neste capítulo faz-se a apresentação e uma breve análise descritiva dos resultados apurados na pesquisa.

No capítulo 3 procura-se fazer uma reflexão concernente aos objetivos estabelecidos para a pesquisa tendo como base, agora, os dados empíricos revelados, e que mostram a realidade das pessoas e das comunidades visitadas. Um aspecto importante que precisa ser assinalado diz respeito ao fato de a pesquisa ter trazido novos elementos e categorias de análise, e, para que esses elementos ou categorias pudessem ser analisados, em muitos casos foi necessário também se buscar apoio nos referenciais teóricos do pensamento social. Assim, a realidade mostrada pela pesquisa revelou fatos sociais que obrigaram que se abordasse outras categorias como: território, capital social, protagonismo, vínculo social, solidariedade, religião, política e educação ambiental.

Na última parte deste texto fazem-se as considerações finais deste trabalho. Considerações estas que envolvem os aspectos considerados mais importantes da

pesquisa e que, por ocuparem uma posição central, necessitavam de uma análise mais acurada.

Um aspecto metodológico que marca este trabalho é sempre procurar estabelecer ligação entre diferentes autores que versaram sobre o mesmo tema, ou sobre temas correlatos, e também, explicitar diferentes perspectivas de um mesmo tema, procurando-se juntar o que aparece separado nos textos sociológicos, mas que a nível de entendimento e compreensão devem ser analisados conjuntamente.

CONTEXTO SÓCIO-GEOGRÁFICO DA PESQUISA

O município de Pinhais passa a existir em 1992, tendo sido desmembrado de Piraquara. É o menor município paranaense em extensão territorial, com apenas 60,9 Km², e conta com uma população de 117.008 habitantes, segundo dados do censo de 2010 do IBGE. É considerado um importante pólo industrial do estado, com uma das maiores arrecadações, e que em 2009 contava com 2500 empresas¹.

Mas a peculiaridade deste município está no fato de uma parte de seu pequeno território ser alagado pela represa do Iraí (ver foto no anexo B); ainda possuir algum remanescente de produção agrícola e; possuir muitas APA's (Áreas de Preservação Ambiental) por estar localizado quase todo numa área de manancial, com restrições de ocupação (tanto industrial como residencial). Pinhais possui atualmente 15 bairros, mas 2 deles em áreas de preservação permanente, o Parque das Águas e o Parque das Nascentes que é o de maior área (20,6 Km²) e onde se localiza a represa do Iraí.

Pinhais é o local onde começa o rio Iguaçu, no ponto onde as águas do rio Atuba se encontram com as águas do rio Iraí. O que confere a este município uma grande importância em termos ambientais pois essa região constitui ponto estratégico da bacia hidrográfica do alto Iguaçu. Bacia hidrográfica, ou bacia de drenagem, constitui uma importante unidade de análise ambiental, uma vez que permite conhecer e avaliar os processos e interações que nela ocorrem, dentro de uma visão sistêmica e integrada do ambiente. Segundo Guerra e Cunha:

¹ Informações da Prefeitura Municipal de Pinhais, disponíveis em <http://www.pinhais.pr.gov.br/acidade/perfil/>. (acessado em 06/04/2012).

Bacia de drenagem é um sistema hidrogeomorfológico composto de encostas, topos, fundos de vale, corpos de água, planícies irrigadas, entre outras unidades espaciais, que são interligadas e formam uma área de superfície terrestre que drena água, sedimentos e materiais dissolvidos para uma saída comum, num determinado ponto de um canal fluvial. (GUERRA; CUNHA, 1995, p.97).

Outra característica importante no aspecto ambiental é o fato de o município ainda possuir áreas de mata preservada. Porém, por pressão de interesses imobiliários para a implantação de condomínios residenciais, estas áreas encontram-se ameaçadas. Se não correm o risco de desaparecer, por conta da legislação ambiental e também por hoje se constituírem num diferencial de mercado, essas matas podem perder muito de sua função ecológica devido as alterações que fatalmente ocorrerão em seu entorno. O que, aliado ao fato de ter havido muitas ocupações irregulares em outras áreas ambientalmente críticas, faz com que este município apresente hoje um quadro de acentuada vulnerabilidade ambiental.

Com relação à ocupação e início do povoamento da área que hoje corresponde ao município de Pinhais, este teria se dado em meados do século XVII, juntamente com a colonização do Planalto Curitibano, conforme informa Xavier (2000). Sendo que, ainda segundo Xavier, a fase mais recente de ocupação destas terras, vem ocorrer no final do século XIX, com a construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá e funcionamento da estação de Pinhais. Tendo grande importância, também, a instalação de uma grande indústria cerâmica nas proximidades dessa estação no ano de 1893.

Mas é somente a partir dos anos 1960 que se estabelece o processo de adensamento populacional dessas terras, e é quando se começa a compor a paisagem urbana atual desse município. Esse processo está fortemente vinculado - como resultante - ao movimento migratório que se deu no Paraná a partir desta década. Pois, na agricultura paranaense opera-se uma série de mudanças que fomentam uma profunda transformação na estrutura fundiária do estado, resultando no êxodo rural, em que milhares de famílias deixam o campo em direção à Curitiba em busca de melhores condições de vida.

Segundo ainda o historiador Xavier, grande parte da população migrante não consegue se fixar na capital devido aos valores dos imóveis, indo então se estabelecer nos municípios da região metropolitana, entre eles, Pinhais. É evidente que o grande crescimento populacional ocorrido nos municípios da região metropolitana nas últimas décadas, com milhares de famílias também tendo que

morar em locais inadequados e perigosos, deve-se a outros fatores adicionais como ausência de políticas públicas, falta de vontade política de governantes, etc., compondo e dando origem a uma complexa problemática socioambiental.

Mas a questão dos valores dos imóveis, realmente, teve um papel muito importante na configuração deste cenário, que passa a trazer a marca indelével daquilo que se poderia chamar segregação socioespacial. Fato que, por sua vez, impõe ao debate o tema da justiça ambiental. Principalmente porque a justiça ambiental, ou melhor dizendo, a falta dela acirra os problemas ambientais quando nega o direito à moradia em local adequado e seguro, provocando a ocupação de encostas, beiras de rio ou áreas sujeitas a alagamento - que é o que também ocorreu em Pinhais. Pode-se dizer, enfim, que a injustiça ambiental seja uma consequência da injustiça social, ou ainda, seja a expressão visível da injustiça social, pois, como diz Costa e Braga:

[...] os segmentos mais pobres e com menor capacidade de se fazerem ouvir estão mais expostos a riscos ambientais de toda ordem, em seus locais de moradia e de trabalho, bem como na localização de suas moradias na estrutura altamente diferenciada do espaço urbano. (COSTA; BRAGA, 2004, p.196).

Estas autoras também apresentam a definição de injustiça ambiental que consta da declaração final do Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado na cidade de Niterói, no ano de 2001. Segundo esta definição, injustiça ambiental seria:

mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga de danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (COSTA; BRAGA, 2004, p.197).

Como ocorre em todas as cidades médias ou grandes do Brasil, em Pinhais é bem visível esse quadro de grande diferenciação na ocupação do solo, com as populações de baixa renda ocupando as áreas mais degradadas. E essa situação faz com que a discussão em torno da justiça social passe a incorporar também a questão da justiça ambiental. Pois, conforme afirma Acseirad, por justiça ambiental se entende “o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo” (ACSEIRAD, 2004, p.9). E a sempre problemática composição sociedade-natureza, em Pinhais é agravada pela fragilidade ambiental.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 CIDADANIA

Considerando que, embora ocupe posição central, a questão da cidadania não seja o único tema a ser tratado neste estudo acadêmico, achou-se mais apropriado fazer uma abordagem sucinta deste conceito, apresentando uma espécie de panorama geral resumido da história e do desenvolvimento das noções de cidadania, com as mudanças ocorridas ao longo do tempo em termos de concepção e abrangência do seu alcance. Porém, também não se pretende fazer deste capítulo um discorrer enciclopédico sobre este assunto, até porque isto resultaria algo por demais extenso, pois implicaria catalogar todos os conceitos já formados sobre cidadania (que são muitos), assim como mencionar todos os autores que, em diferentes abordagens, se ocuparam e deram sua contribuição intelectual para compor esta que pode ser considerada uma das mais importantes categorias de entendimento sociológico para interpretação dos fenômenos sociais.

Isto assim definido, procurou-se compor um quadro sequencial com as principais fases e processos históricos relativamente a este conceito desde a antiguidade remota até os dias atuais.

Baseando-se nos trabalhos de autores brasileiros da atualidade como Bernardo Sorj, Liszt Vieira e Carlos Nelson Coutinho, mas também em autores mais antigos como o sociólogo inglês Marshall, e, sem esquecer os clássicos, buscou-se apresentar, conforme o contexto de cada época, as diferentes concepções de cidadania, aproximando-as ao contexto do presente estudo num enredo coerente e lógico. Por exigência metodológica também serão apresentadas algumas considerações complementares a respeito da atualidade e da importância deste conceito enquanto perspectiva e desafio para a sociedade contemporânea.

Em livros e artigos publicados nos últimos anos, é comum encontrar o registro de que as ciências sociais têm apresentado significativo crescimento no número de estudos relacionados ao tema da cidadania. Quanto às razões que estariam motivando este crescimento, isto é algo que por si só poderia recomendar uma investigação criteriosa. Porém, uma explicação com bom grau de plausibilidade poderia aludir à crescente complexificação das sociedades que estaria se dando sob a égide da modernidade - sendo este um amplo tema que tem provocado muitas

reflexões de autores como Ulrich Beck, Anthony Giddens, Bauman e etc.. Com as consequências desta modernidade repercutindo profundamente nas relações indivíduo-sociedade-estado-mercado, fazendo surgir novos temas relacionados à cidadania, como organizações sociais no papel de atores políticos, questões de gênero, novos arranjos familiares, direitos do consumidor, a problemática ambiental e etc.

Observando os principais acontecimentos históricos dos últimos 300 anos, e, num raciocínio bastante sintético no que diz respeito aos seus elementos fundamentais, pode-se conjecturar que este interstício tenha ensejado o encontro definitivo entre dois grandes sistemas de pensamento político-social: um baseado em princípios humanistas presentes no ideário socialista, e outro de caráter liberal-capitalista. Assim, se poderia dizer que os ideais lavrados na revolução francesa (século XVIII) e o sistema capitalista, que teve suas bases configuradas no século XIX, teriam afinal se encontrado no século XX. Resultando desse encontro uma interação beligerante que produziu inúmeros conflitos armados e fez emergir novos regimes políticos e formas de governo. Mas que também pode ter engendrado novas perspectivas para as sociedades atuais e futuras no que concerne à democracia e à cidadania. Com as principais transformações políticas e sociais que daí decorreram, e que vêm acontecendo até os nossos dias, podendo ser consideradas como desdobramentos causais do conflito entre o capital e o social, num processo que teve como pano de fundo e agente motriz as ideologias criadas no período.

Tais perspectivas são ainda de contornos pouco definidos, estando claro apenas a certeza de que hoje se vive uma realidade política e social bastante diferente da que se viveu na maior parte do século XX. Diferença que não se resume e nem pode ser explicada apenas pelo avanço científico e tecnológico. Sendo que tal realidade pode estar carregando secretamente embriões fecundados no século XX, e que em momentos inesperados trazem à luz novas realidades.

Obviamente não seria o caso de afirmar que se está iniciando um novo iluminismo prenunciado pelo fim de longevos regimes ditatoriais e com o fortalecimento dos direitos civis e dos princípios democráticos. Mas é fato que o novo cenário político a nível mundial tem favorecido o surgimento de novos atores, principalmente aqueles representados por coletivos de cidadãos que atuam nas mais diversas áreas de interesse social e em praticamente todos os países. E este

novo ambiente político é anunciado por Hans Magnus Enzensberger em fala reproduzida por Beck (1997).

O cerne da política atual é a capacidade de auto-organização. Isso começa com as coisas mais simples: questões escolares, problemas de trânsito....Hoje o Estado é confrontado por todos os tipos de grupos e minorias [...]. Estes constituem dez mil centros de poder diferentes na nossa sociedade. (BECK, 1997, p.53).

Por outro lado, e é importante que se abra este parêntesis, negando perspectivas otimistas vários autores têm identificado neste processo de modernização, com o avanço de uma globalização voltada basicamente a interesses da economia capitalista, aspectos que podem comprometer os avanços da cidadania e da democracia, pelo menos nas formas em que estas categorias foram inspiradas e que se mantêm até hoje.

Tendo em conta que cada uma dessas perspectivas pode servir de objeto a diferentes tipos de análise, pretende-se retomar o raciocínio para sugerir que entre essas novas realidades que estariam sendo gestadas, há já uma que se apresenta com maior clareza. Esta realidade, como já foi aludido, se refere ao que se observa como uma progressiva afirmação das liberdades individuais e dos direitos civis. O que faz com que o tema da cidadania comece a ser colocado mais ao centro das atenções na área da sociologia. Pois, liberdades individuais e direitos civis são elementos constitutivos do estatuto da cidadania. E este novo quadro, que recebeu fortes pinceladas no século XX, tem proporcionado campo fértil para o enriquecimento de abordagens conceituais da noção de cidadania. Haja vista também ao fato de que este tema se insere fundamentalmente em todos os aspectos da vida humana em sociedade.

1.1.1 Aspectos históricos e conceituais de cidadania

No sentido de consolidar o entendimento de que cidadania é uma construção social que vai adquirindo novas formas segundo processos históricos definidos, é interessante registrar estes processos para uma melhor compreensão da dinâmica desse fenômeno social. Primeiramente será apresentada uma concepção histórica do conceito de cidadania que define quatro momentos significativos para a sua constituição conceitual.

Na sua obra “A nova sociedade brasileira”, Sorj faz uma sucinta e interessante abordagem histórica do conceito de cidadania. E mostra que, ainda que não tenha sofrido mudança substancial desde sua origem na Grécia, o conceito moderno de cidadania pode ser considerado como um produto histórico em que foram agregadas e, de certa maneira, reelaboradas suas características principais de acordo com determinadas épocas:

- a) tradição grega: direito de participar ativamente na vida comum da cidade.
- b) mundo romano: acesso a certos privilégios jurídicos e políticos.
- c) idade média: participação no governo autônomo das cidades.
- d) tradição anglo-saxônica: igualdade diante da lei que protege a propriedade e a liberdade individual.

Nesta abordagem esquemática, as principais características apontadas por Sorj corresponderiam, então, aos aspectos civis e políticos; nos quais se encontram as noções elementares de cidadania.

Já a partir da obra Cidadania e Globalização, de Liszt Vieira, é possível fazer uma análise histórica mais abrangente dos acontecimentos e das transformações que determinaram os novos alcances do conceito de cidadania. Coerentemente, este autor inicia seu estudo analisando a história do Direito, pois, é no direito onde se encontram as noções básicas para a constituição dessa unidade conceitual particular chamada cidadania.

Pela abordagem de Vieira, e no que concerne à cidadania, pode-se considerar a história do Direito constituindo três fases distintas. A primeira delas seria a do Direito Primitivo, que teria se desenvolvido nas sociedades primitivas com origem no carisma de profetas, portadores da "verdade dos Deuses" e também no caráter de heróis míticos. É um direito, então, revelado por estes intérpretes, em que não existe ainda o conceito de normas gerais e objetivas. Ou seja, seriam normas incipientes, particulares e determinadas segundo um senso atribuído a estes intérpretes. Predominando, no papel de lei, os usos e costumes, com as ações dos indivíduos não sendo orientadas por deveres legais coercitivos.

Na segunda fase, a do Direito Tradicional, já existiriam normas, porém estas são ditadas pela tradição mantida por estas sociedades. O que agora permite que as ações dos indivíduos sejam julgadas por normas legais, mas com base na tradição e de caráter ainda particularista. Isto é, não existindo princípios legais universalistas, o que seria uma característica da terceira fase.

Tais princípios legais universalistas, que podem ser estabelecidos racionalmente e baseados em leis garantidas por uma instituição especializada (a justiça), é realidade no Direito Natural. E aqui não se trata mais de reconhecer ou interpretar tradições, mas sim de normas promulgadas com base em princípios racionais livremente acordados.

O Direito Natural, que vem a ser a base do Direito Moderno, marca a passagem do consenso tradicional para o consenso racional baseado no Contrato Social. No qual, indivíduos, considerados todos como livres e iguais, elaboram o conjunto de normas legais que vai regular as relações sociais através de meios jurídicos. E configura-se, assim, a passagem de um formalismo baseado em crenças e tradições atávicas, para um formalismo lógico e racional.

Neste ponto pode-se abrir um parêntesis para, como foi dito na introdução, tentar juntar o que se apresenta separado. Para isso, lembra-se aqui que os princípios contidos em cada uma das três fases da história do Direito, conforme listadas por Vieira, também estão presentes na formulação weberiana da dominação, e que ele denominou de “os três tipos puros de dominação legítima” (WEBER, 1993, p. 349); os quais seriam: dominação legal, dominação tradicional e dominação carismática. E dominação, no sentido dado por Weber, significa obediência a uma determinada ordem; ordem esta que extrapola o Direito e chega ao mundo da vida e das organizações. O que Weber faz, pode-se então entender, é relacionar as formas do direito às formas de poder existentes em cada uma destas fases.

O Direito Natural, também chamado Jusnaturalismo, viria operar a ascensão do indivíduo como ser portador de direitos, agora universais e precedentes aos do Estado. Estando os elementos básicos desta doutrina jurídica presentes nos ideais da revolução francesa. Tais ideais, também pelo fato de se popularizarem constituindo bandeiras políticas, podem ser considerados como forças senão demiúrgicas, pelo menos inauguradoras do conceito moderno de cidadania, ou, se se preferir, nas formas atuais deste conceito.

Contudo, a necessidade de o direito natural (racional) se corporificar como sistema e segundo códigos específicos estabeleceu uma ponte com o positivismo jurídico (Lafer, 1991, apud Vieira, 1998, p.18). Com isso, o Direito deixa de ser buscado na Razão e torna-se vontade do legislador, tornando-se também instrumento de gestão governamental, afastando-se da razão individual e das

práticas sociais. Exemplo desta visão encontra-se na argumentação de Hobbes sobre a relação entre Direito e Razão: "O que faz uma lei não é a sabedoria, e sim a autoridade" (HOBBS, 2001, p.12).

Não sendo o caso de se aprofundar nas questões da história do Direito, apesar de toda pertinência do assunto, considera-se de bom alvitre concluir esta breve resenha aludindo a questão do Estado de Direito. Pois é aqui que fica mais clara, se isso ainda fosse preciso, a ligação entre direito e cidadania.

Numa análise sumária, pode-se argumentar que o Estado de Direito viria a ser a promulgação das transformações ocorridas em favor do indivíduo como ente social. Segundo Vieira (VIEIRA, 1998 p.19), "é a repercussão da tese do contrato social, a idéia de que os homens podem organizar o Estado e a Sociedade, dispensando a tradição e os costumes e também abolindo o princípio da legitimidade dinástica".

Poder-se-ia dizer que o nascimento do Estado de Direito inaugura o conceito da cidadania como um princípio soberano e universal. E o pensamento de Norberto Bobbio sintetiza e ilustra bem estas transformações:

No Estado despótico o indivíduo só tem deveres, e não direitos. No Estado absoluto os indivíduos possuem, em relação ao soberano, direitos privados. No Estado de Direito, o indivíduo tem não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de Direito é o Estado de cidadãos. (Bobbio, 1992 apud Vieira, 1998, p. 21).

1.1.2 Cidadania moderna

Já fora feita alusão neste texto a um conceito moderno de cidadania com a intenção de se referir às formas que esse conceito adquire nos dias atuais, que é sem dúvida mais abrangente do que foi na idade média, por exemplo. E o motivo de chamar este assunto à discussão é, principalmente, de ordem teórica e visa demonstrar que há uma concepção que distingue contextos diferenciados com marcos que significam rupturas ou pontos de inflexão no decurso da história da cidadania.

Conforme aponta Vieira (1998), o advento da cidadania moderna se dá no século XVIII com as revoluções americana e francesa, e efetiva o retorno dos ideais republicanos da antiguidade, num processo que havia sido desencadeado pelo Renascimento. Entretanto, a constituição da cidadania moderna se depara com três

importantes questões, as quais representam os obstáculos com que ela vai se deparar. Obstáculos que, segundo a realidade histórica de cada país, moldarão os diferentes cenários que ela terá para se desenvolver.

A primeira destas questões é a organização de um estado, com separação entre as instituições políticas e a sociedade civil, e assentado em grandes territórios, o que já representa sérias dificuldades políticas. Este pode ser o caso do Brasil, que, segundo alguns historiadores, experimentou uma modernização mais lenta de suas instituições e leis, devido a distintas situações políticas existentes em cada uma de suas grandes regiões.

A segunda questão diria respeito ao regime de governo, que o ideal republicano pede que seja o democrático para sua realização. Sendo que a maioria das sociedades onde o ideal republicano foi retomado era composta de governos monárquicos e aristocráticos. E a terceira questão diz respeito mesmo aos direitos do homem, como a liberdade, pois há incompatibilidade entre a cidadania do ideal republicano e a escravidão. Fato que também se verificava em muitos países à época.

Estas três questões são de suma importância pois, conforme argumenta Vieira na sequência, elas constituíam dificuldades na aplicação da cidadania moderna, a qual necessitou ser redefinida com limitações de modo e abrangência segundo as condições históricas de cada país. Assim, constituíram-se “diferentes” democracias de acordo com o estágio histórico, político e cultural dos diferentes países.

Em meados do século XX, mais precisamente em 1949, o sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall (1893-1981), apresentou o que é considerado como a primeira teoria sociológica de cidadania. Foi numa conferência na universidade de Cambridge, que Thomas Marshall apresentou o desenvolvimento conceitual de cidadania na forma de direitos e obrigações inerentes à condição de cidadão.

Com base na história política e social da Inglaterra a partir do século XII e centrado na questão capitalismo versus igualdade, Marshall analisa o desenvolvimento da cidadania que teria ocorrido até o final do século XIX começando por dividir o conceito de cidadania em três partes, ou elementos constitutivos: civil, político e social.

As liberdades individuais (direito de ir e vir, propriedade, imprensa, pensamento, fé, contratos, justiça) comporiam o aspecto civil da cidadania.

Participar do exercício do poder político (votar e ser votado) já comporia o aspecto político. E a questão da seguridade social, segurança, educação, saúde - sistemas que, segundo Marshall, “possibilitam viver de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p.63) - corresponderia ao aspecto social da cidadania.

Ficando patente, então, que, desde sua primeira conceituação formal, a cidadania é vista como um estatuto garantidor de direitos e de proteção do indivíduo, numa concepção já adquirida de que o indivíduo é agente portador de vulnerabilidades no concerto travado com as estruturas e instituições sociais. Lembrando também que, na definição weberiana, sociedade é um sistema de poder, então o indivíduo necessita de prerrogativas que o habilite a interagir com as estruturas e instituições sociais, conferindo maior harmonia em todo o sistema social.

Sendo que, neste concerto, os deveres ou obrigações do cidadão (faça-se aqui mais um breve parêntesis) são fundamentalmente necessários para garantir a estabilidade dos sistemas sociais que, em última instância, irão viabilizar as possibilidades de realização dos direitos individuais. Então, nessa concepção moderna, diferentemente do que ocorria na era medieval, os deveres e obrigações do indivíduo já seriam atos em favor do conjunto da sociedade e não meramente um estatuto de servilismo e vassalagem a um rei ou a um senhor feudal.

As ideias de Marshall sobre cidadania tem algo de teleológico por ele acreditar na evolução desse conceito em uma direção coletivamente aspirada, e por entender também que nos últimos 250 anos do período histórico que ele analisou, se verificava uma tendência no sentido de uma maior igualdade social, o que corresponderia à mais recente fase dessa evolução. Essa visão evolucionista da cidadania se reforça em Marshall quando ele define os direitos civis e políticos como direitos de primeira geração, e os direitos sociais como direitos de segunda geração, dando assim um sentido de progressividade e evolução deste conceito.

Também fica evidente no pensamento deste autor a concepção de cidadania como uma construção social idealizada e em desenvolvimento, sendo que a cidadania conferiria ao indivíduo um *status*, acompanhado da noção de membro integral de uma comunidade:

A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com

respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. (MARSHALL, 1967, p.76).

Na Sociologia, o sentido mais corrente dado à palavra *status* refere-se ao lugar ou posição que a pessoa ocupa na estrutura social. Talvez por este significado de certa forma cercear a compreensão de cidadania como um processo, dando a impressão de algo estático, o que também remete a um modelo de sociedade que se quer deixar para trás, muitos autores não veem com bons olhos relacionar cidadania com *status*. Mas, certamente não é esta a compreensão de Marshall, pois no próprio texto ele afirma ser a cidadania uma instituição em desenvolvimento.

Nesta compilação resumida da evolução do conceito de cidadania, verifica-se que estão sempre presentes os mesmos elementos identificados por Marshall, quais sejam: o civil, o político e o social. No geral do que foi até aqui exposto, a cidadania se revela como um elemento estruturado, e nessa condição, como resultante e também como síntese dos seculares processos sociais ocorridos nos níveis civis, político e social.

1.1.3 Cidadania e democracia

Um aspecto de importância fundamental, e que deve ser levado em conta quando se busca alargar os limites de compreensão acerca da cidadania como práxis dos indivíduos em sociedade, é analisar o cenário onde a cidadania se realiza, ou seja, sua articulação com o funcionamento do regime democrático, que, por definição, é o campo de domínio da cidadania.

Este aspecto é de suma importância porque permite ver que o exercício da cidadania, embora prática eminentemente individual, sofre condicionamentos por este sistema político e de governo que, na sua forma moderna, se consolida nos séculos XIX e XX. E essa democracia, que aqui poderíamos chamar de "democracia real", na forma em que se tornou hegemônica, se por um lado legitimiza-se por oferecer as maiores garantias à cidadania, por outro lado impõe limitações a um maior desenvolvimento de suas prerrogativas.

Denominando de "democracia de mercado" e também de "democracia de equilíbrio", Macpherson vê esse sistema político como um mecanismo de mercado,

no qual os eleitores fariam o papel de consumidores e os políticos seriam os empresários, compondo um mecanismo que serviria para, segundo este autor, "equilibrar a oferta e a procura de bens políticos" (MACHPHERSON, 1978, p.81).

Macpherson se inspira em Schumpeter que, em 1942², apresenta uma análise crítica sobre a essência e a prática do funcionamento dos sistemas democráticos. E os apontamentos de Schumpeter são no sentido de mostrar o quanto a democracia atua como limitadora das prerrogativas da cidadania. Em outras palavras, pode-se dizer que a democracia liberal (outro termo utilizado por Macpherson) "modela" um tipo de cidadania adequado ao seu funcionamento nas sociedades capitalistas.

Os principais conceitos do modelo desenvolvido por Schumpeter foram listados por Macpherson (1978, p. 82) e seriam:

- a) a democracia é simplesmente um mecanismo para escolher e autorizar governos, e não uma espécie de sociedade nem um conjunto de fins morais.
- b) este mecanismo consiste de dois ou mais grupos escolhidos por si mesmos de políticos (elites) agrupados em partidos políticos, para os votos que os qualificarão a governar até as eleições seguintes.
- c) a função dos votantes não é resolver problemas políticos e depois escolher representantes que executarão suas decisões; e, isto sim, escolher os homens que farão as decisões.
- d) o papel dos cidadãos é simplesmente escolher conjuntos de políticos periodicamente em épocas eleitorais.
- e) a capacidade dos cidadãos para substituir assim um governo por outro os protege da tirania.
- f) os votantes ao escolherem entre partidos manifestam seu desejo por um punhado de bens políticos de preferência a outros.

É preciso observar que todo modelo construído com base em uma realidade social, e este de Schumpeter não haveria de ser diferente, pode ser acusado de reducionista e colocado à ré de bases fixas. E este modelo é reducionista por que

² Joseph Schumpeter: *Capitalism, Socialism and democracy*

expressa somente os aspectos básicos que o confirmam, e é fixo porque não inclui a dinâmica imanente dos processos sociais estruturantes.

Porém, ainda que se considerem estas limitações, a análise radical de Schumpeter evidencia o aspecto instrumental da democracia; que é o de operar um arranjo político mais estável dentro de uma ordem social plena de desigualdades e contradições.

Na análise de Macpherson, que percebe a democracia sendo estruturada como um mecanismo de mercado, se por este mecanismo consegue-se atender satisfatoriamente as demandas dos cidadãos, o regime é democrático. Mas sempre com o cidadão na posição de mero consumidor, com os partidos disputando nas eleições a "preferência" deste consumidor, e, finalmente o Estado como o distribuidor de bens e serviços. O propósito da democracia seria, então, "registrar os desejos do povo tais como são, e não contribuir para o que ele poderia ser ou desejaria ser" (MACHPHERSON, 1978, p.82).

Seguindo nessa linha de análise, Marilena Chauí (1990) vê neste modelo o estímulo à apatia e passividade do cidadão, que decorre principalmente, mas não exclusivamente, pela delegação de seus poderes a uma elite política. Resultando desta transação a outorga de uma cidadania limitada ao direito do voto nas eleições.

E todos estes aspectos, evidentemente, não se coadunam com a tradição do pensamento democrático. O qual preconiza não só um sistema político em um regime de governo, mas toda uma forma de vida social rica em conteúdo humano e moral, que se efetiva nos pressupostos democráticos como igualdade, liberdade e participação.

Mesmo apresentadas de maneira bastante resumida, acredita-se que estas reflexões tenham sido suficientes para ajudar na compreensão de um aspecto crucial e que tem forte presença na cidadania moderna, que é o absenteísmo e a passividade do indivíduo enquanto um ator social, enquanto um cidadão. Ficou claro aqui que as causas da passividade, ou, as desmotivações da cidadania não devem ser procuradas apenas na esfera individual. Mais que uma característica do comportamento de certos indivíduos, a cidadania passiva é um fato social gerado por um sistema político e uma estrutura de poder que impõem limites ao desenvolvimento da cidadania.

1.1.4 Cidadania na concepção marxiana

Dos três autores clássicos, Marx, Weber e Durkheim, Marx é, sem dúvida, o mais visceral. Reconhecendo-se, e defendendo sua postura radical como a de quem vai à raiz do problema esse autor desenvolve todo um arcabouço teórico-filosófico prescrevendo as mudanças que necessariamente deveriam ocorrer para que o homem construísse um mundo mais justo, mais igualitário e mais humano – o que seria possível somente num sistema social diferente do capitalismo.

Também diferentemente de Weber e Durkheim, Marx não se preocupou em teorizar de acordo com ditames metodológicos para uma Ciência Social universalmente aceita. O que ele fez, sim, foi desenvolver seu próprio método de análise social, o materialismo histórico ou materialismo dialético, o qual se constitui em um outro prisma para se olhar a história, as relações humanas e os fenômenos sociais. Assim, na concepção marxiana, a primazia deve pertencer ao coletivo e o indivíduo deve se realizar dentro do coletivo, e não em detrimento dele como ocorre na sociedade capitalista através do lucro privado e da acumulação do capital.

Defendendo que seria preciso acabar com a dicotomia entre o individual e o coletivo, entre interesses egoístas e interesses da coletividade, Marx, na obra *A Questão Judaica*, discute esses e outros elementos relativos à cidadania. Porém, invertendo a lógica do pensamento dominante, ele problematiza e reinterpreta conceitos como sociedade civil e estado, emancipação política, direitos do homem e direitos do cidadão, sempre apontando as contradições que se estabeleceram e se perpetuam no desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas. E a singularidade do pensamento marxiano pode ser bem captada neste texto; o qual revela um pensador humanista, que tem um olho na realidade “fática” da humanidade e o outro olho na realidade “possível”, ou desejável. A seguir serão apresentadas as reflexões de Marx a respeito de sociedade civil e Estado, e emancipação política e emancipação humana, conceitos que orientam e definem a condição humana frente à sociedade coletivamente organizada. Sendo todos estes elementos estreitamente relacionados ao conceito de cidadania.

1.1.5 Estado e sociedade civil

A essência da crítica marxiana ao fato de Estado e Sociedade Civil constituírem-se em instâncias ordenadoras da vida na sociedade completamente desvinculadas uma da outra, diz respeito mesmo à existência do que hoje se convencionou chamar de esfera pública e esfera privada, e estas como coisas naturalmente distintas. E sendo a Sociedade Civil o palco onde se desenrolam os acontecimentos relativos aos interesses do indivíduo privado (pessoa física ou pessoa jurídica), e o Estado, a arena política onde são manifestados e representados os interesses coletivos ou da comunidade.

Assim, na concepção de Marx, o Estado político vem a ser a vida genérica do homem (esfera pública) em oposição à sua vida material (esfera privada). No Estado, ou comunidade política, o homem é um ser comunitário, “membro imaginário de uma soberania imaginária” (MARX, 1991, p.27), Já na sociedade civil, o homem age como simples indivíduo privado, ser egoísta, “joguete de poderes estranhos” (MARX, 1991, p.26); poderes e interesses que separam o homem da sua comunidade. Obrigando o ser humano, desta maneira, a ter uma dupla existência: vivendo no cisma secular entre o *bourgeois* (membro da sociedade civil) e o *citoyen* (indivíduo com direitos políticos: cidadão).

E esta cisão, que caracterizaria uma espécie de “esquizofrenia do homem social”, deveria, na concepção de Marx, ser abolida para que a humanidade, priorizando interesses coletivos, assumisse em definitivo os valores humanistas presentes, por exemplo, no ideário da revolução francesa (o socialismo francês era uma das referências de Marx).

1.1.6 Emancipação política e emancipação humana

Os conflitos entre interesses do indivíduo e interesses coletivos, entre sociedade civil e Estado, consubstanciam-se na questão da emancipação política e emancipação humana. Sendo que, para Marx, emancipação humana significa o caráter coletivo e genérico tornar-se vida real, com a sociedade deixando de ser um conjunto de indivíduos egoístas em permanente conflito, para adotar um caráter coletivo, coincidindo com a vida do Estado. Neste sentido, emancipação humana e emancipação política seriam sinônimos, ou até, que a realização da primeira

dispensaria a segunda. Mas, lamenta Marx, dentro da ordem existente é a emancipação política que acaba por se constituir na forma final da emancipação humana, dado o conjunto e ordem de valores presentes na sociedade capitalista.

Em síntese, Marx, na sua visão estruturalista e de quem acredita que a função da ciência é revelar a essência, em toda sua obra se debruça sobre as causas das desconformidades sociais - como a desigualdade - as quais seriam devidas basicamente aos valores capitalistas imperantes na constituição e reprodução das sociedades modernas. Valores que impõem uma racionalidade alheia aos princípios humanistas (numa visão teleológica de mundo e de sociedade) e que reservam ao indivíduo o mero papel de um ente econômico que deve se inserir no coletivo visando, primordialmente, atender seus interesses egoístas.

1.2 COMUNIDADE

O termo comunidade, em função de seu uso prático ditado pelo senso comum, resultou numa categoria descritiva com uma gama expressiva de significados agregados: o mais novo talvez seja comunidade virtual, em referência às redes sociais que se constituem e se comunicam através da *internet*. Mas, todas as adjetivações se valem e preservam o sentido original desta palavra, dada por sua raiz etimológica, que é o de designar uma coletividade em função de algo que é comum dentro deste coletivo, agregando-lhe uma identidade em razão de uma particularidade.

Segundo Gohn, o termo comunidade pode ser empregado tanto para se referir a uma localidade geográfica, quando limites territoriais ou físicos são determinantes na caracterização do coletivo (ex: comunidade da vila Torres). Como também para designar a estrutura social de um grupo, e aí, como afirma esta autora, "comunidade é considerada um conjunto de relações sociais" (GOHN, 2005, p.16). Isto significa dizer que a estrutura e a prática social de um grupo, o papel desempenhado por seus membros, ou a camada social a que pertençam, podem ser usados para definir uma comunidade (ex: comunidade de pescadores, comunidade *gay*, etc.).

Outra coisa que pode ser percebida atualmente é que o termo comunidade também tenha virado uma espécie de "senso comum douto", ideologicamente neutro, e que é utilizado em vários discursos numa apropriação política que o

ressignifica em cada situação. É o que se vê nas análises de especialistas veiculadas na mídia e também por agentes do Estado na elaboração e apresentação de políticas públicas, quando o termo comunidade acaba sendo utilizado até para se evitar o emprego de termos como segmentos sociais ou classes sociais.

Agora, adequando a abordagem ao campo de análise em foco, em que se pretende entender a comunidade como uma força social, com potencial organizativo em coletivos ou grupos de pressão, ou seja, capaz de exercer com natural legitimidade um papel político dentro da sociedade, é oportuno começar por resgatar as noções básicas de comunidade desenvolvidas pelo sociólogo alemão Ferdinand Julius Tönnies (1855-1936). Tönnies, que foi um dos primeiros a teorizar sobre este fenômeno social: o comportamento dos grupos sociais, via a comunidade como uma noção orgânica primitiva, orientada para a satisfação de necessidades básicas. Numa realidade em que a coesão social se verificaria pela dependência mútua dos indivíduos e pelo sentimento identitário.

Para este autor, a comunidade origina-se espontaneamente e constitui-se pelas relações de parentesco, vizinhança e amizade. E Tönnies, numa frase descreve a característica principal da comunidade: "A teoria da comunidade parte da unidade perfeita da vontade humana, considerada como estado primitivo ou natural" (TÖNNIES, 1947, p.25). Sendo, portanto, a comunidade marcada por relações pessoais voluntárias e espontâneas; o que dificulta o surgimento de estatutos regulatórios ou de mecanismos de controle mais rígidos como acontece na sociedade. Então, da mesma maneira que a sociedade é uma "coisa sui generis", como afirmou Durkheim, a comunidade também tem suas particularidades que lhe conferem uma "alma" própria.

Uma particularidade importante, e que diferencia comunidade de sociedade, denota-se pela observação de Lukacs sobre a comunidade definida por Tönnies. Para Lukacs (1992), essa comunidade representa uma categoria que designa relações orgânicas de acordo com uma concepção pré-capitalista, enquanto a sociedade seria a ação mecanizadora e anti-cultural do capitalismo que se faz presente nas relações sociais.

Assim, com base nesta observação, pode-se inferir que na comunidade prevalecem relações de natureza não-capitalista, ao passo que no âmbito da sociedade, mesmo as relações entre indivíduos obedecem ou estão sujeitas a códigos regulatórios de natureza capitalista.

Conquanto seja pertinente a observação de Lukacs, não se pode acusar Tönnies de não perceber essa diferenciação imposta pelas relações capitalistas, que tem mais forte presença na sociedade do que na comunidade. Um sinal destas diferenças pode ser verificado na maneira como os indivíduos se relacionam na comunidade e na sociedade, e isto foi captado por Tönnies:

A teoria da sociedade constrói um círculo de homens, que como na comunidade convivem pacificamente, mas não estão essencialmente unidos, mas sim, essencialmente separados. E ainda que na comunidade permaneçam unidos apesar de todas as separações, na sociedade permanecem separados apesar de todas as uniões. (TÖNNIES, 1947, p. 65).

Avançando um pouco mais nessa digressão, vale a pena resgatar um pensamento de Marx, que aparece no seu Grundrisse, na seção que trata a circulação do capital. Nesse esboço Marx já aponta que é a ação do capital que, através da sociedade, produz aquilo que Lukacs chamou de ação mecanizadora e anticultural sobre a comunidade:

Todas as formas de sociedade anteriores morreram ao desenvolvimento da riqueza – ou, o que é a mesma coisa, do desenvolvimento das forças produtivas sociais. Por essa razão, entre os antigos, que disso tinham consciência, a riqueza era denunciada diretamente como desintegração da comunidade. A constituição feudal, por sua vez, pereceu da indústria urbana, do comércio da agricultura moderna (até mesmo em razão de invenções isoladas como a pólvora e a máquina impressora). Com o desenvolvimento da riqueza – e, em consequência, também de novas forças e do intercâmbio ampliado dos indivíduos –, dissolveram-se as condições econômicas sobre as quais se baseava a comunidade, bem como as relações políticas das diferentes partes constitutivas da comunidade que lhes correspondiam: a religião, em que a comunidade era vista de modo idealizado (e ambas se baseavam, por sua vez, em uma relação dada com a natureza, na qual se resolve toda força produtiva); o caráter, a concepção, etc. dos indivíduos. (MARX, 2011, p. 446)

Fica claro neste texto que Marx se refere à comunidade num sentido histórico, porém, esta idéia de comunidade permanece presente no seu conceito. E algo do que denuncia Marx pode ser percebido, ainda hoje, tomando-se como exemplo a expansão das grandes redes de comércio varejista. Seja se instalando nos bairros de periferia das grandes cidades, ou se instalando nos pequenos municípios, estas redes fazem desaparecer aos poucos o pequeno comércio local que tinha uma relação mais orgânica com a comunidade, dada pelas relações de amizade, parentesco e confiança.

Retomando a análise dos aspectos conceituais, é de se notar que a comunidade parece ser melhor caracterizada através de sua comparação com a

sociedade. Com efeito, é analisando conjuntamente esses dois espaços de relações sociais que se consegue perceber as diferenças e salientar as peculiaridades de cada um.

Porém, o aspecto principal que vai estabelecer a distinção entre estas duas categorias de análise sociológica reside no conceito weberiano de sociedade como um sistema de poder. Ao passo que a comunidade está mais identificada com o "mundo da vida", a esfera cotidiana das relações sociais, tal como teorizou Habermas na sua obra Teoria da ação comunicativa.

Assim, ainda que o mundo das leis também alcance o mundo da vida, na comunidade estão presentes outros elementos, como, amizade, confiança, parentesco. E estes elementos determinam uma espécie de "espaço paralelo de relações sociais", onde prevalecem os acertos de convivência entre pessoas, embora o mundo das leis e das normas continue presente nas mentes dos indivíduos como instância de proteção ou de punição.

Analisando um pouco mais as peculiaridades que distinguem sociedade e comunidade, pode-se pensar a sociedade como tendo a "função" de regular interesses objetivos e explícitos, ao passo que a comunidade se auto-regula e os interesses podem não ser explicitados.

A sociedade tem por matéria o dissenso: legitima e pactua as diferenças homologando o funcionamento das estruturas de poder, sejam públicos (governo/estado), ou privados (poder econômico). Já a comunidade tem por matéria o consenso; sua razão de ser é o que agrega. E o consenso dispensa regulação, enquanto o dissenso necessita regulação.

1.3 MODERNIDADE

A noção de modernidade é uma abstração baseada numa relação entre tempo presente e tempo passado. Seja analisando as transformações observadas no contexto presente em relação ao contexto passado de uma dada realidade ou fato social, ou seja analisando realidades ou fatos sociais que se manifestam no tempo presente e que não existiam ou que não eram percebidos enquanto tais no tempo passado. Assim, via de regra, as análises concernentes à modernidade que se têm produzido no campo social fazem, de alguma forma, alusão às transformações que ocorreram, ou aos novos contextos que se configuraram ao

longo do tempo na sociedade. E a modernidade como objeto de análise social tem apresentado muitas perspectivas, formas de abordagem e vieses interpretativos. Sendo assunto de que já se ocuparam autores como Giddens, Beck e Weber, para citar apenas os que aqui serão referidos.

Evitar-se-á avançar em considerações sobre aspectos conceituais ou marcos históricos que definem modernidade, pois, como sugere o parágrafo anterior, a noção de modernidade aqui é usada apenas com o significado de novos contextos e novos fatos que se apresentam à sociedade e ao pensamento social. Ou seja, relativamente ao estágio atual, como resultado cumulativo das transformações ocorridas ao longo do tempo na sociedade em termos técnicos, científicos, econômicos, culturais e sociais.

Na sequência serão apresentados e discutidos três aspectos relativos à modernidade e que podem ser considerados como emblemáticos para a compreensão de questões atuais que se colocam para os indivíduos e para a sociedade contemporânea. Sendo que destes, dois estão mais relacionados à questão ambiental e outro relacionado à condição dos indivíduos (cidadãos) num contexto de grandes transformações como a que se tem vivenciado nas últimas décadas.

Inicialmente, será apresentada a análise de Beck a respeito dos riscos não avaliados no desenvolvimento e utilização de produtos com tecnologias de alto impacto sobre o sistema vida. Em seguida passa-se para Giddens que identifica e analisa uma característica muito importante da modernidade, principalmente em termos ambientais, que é o deslocamento ou descontextualização das relações sociais na relação espaço-tempo, nomeada como mecanismo de desencaixe. E esta breve apresentação se complementa com uma análise Weberiana, que se revela uma reflexão muito atual com relação à modernidade.

1.3.1 Sociedade de risco

A principal ideia defendida por Beck na sua obra “Da sociedade industrial à sociedade de risco”, é a dos perigos surgidos como efeitos colaterais dos grandes avanços tecnológicos que têm ocorrido nas áreas de energia nuclear, da indústria

química³ e da biotecnologia. Pois além de sempre provocarem algum impacto ao meio ambiente, estes avanços têm mostrado representar um grande potencial de situações perigosas. Situações novas que não se encaixam nos fundamentos da lógica de riscos vigente até então.

O que distinguiria a época atual em comparação com a primeira fase da revolução industrial, por exemplo, é a de que, segundo Beck, “a noção de perigo teria sido revogada, substituída pelo dogma da infalibilidade tecnológica. Infalibilidade que será desmentida pelo próximo acidente” (BECK, 2006, p.84).

Exemplificando o autor argumenta que a sociedade humana, ao longo dos anos, tinha desenvolvido mecanismos para atuar frente aos riscos produzidos pela industrialização. Assim, para as ocorrências de incêndio foram preparados os bombeiros que apagam o fogo e evitam maiores danos e vítimas; se acontece um acidente de automóvel, existe o seguro que indeniza perdas materiais. Além, é claro, de eficientes mecanismos de prevenção a ocorrências indesejáveis, posto que os sistemas produtivos permitiam maior grau de controle e previsibilidade.

Agora, considerando os grandes processos trazidos pela modernidade, uma questão que se coloca é se bombeiros e seguradoras conseguiriam fazer frente ou amenizar os efeitos de um acidente nuclear de grandes proporções. Também quanto à disseminação de sementes geneticamente modificadas, das conseqüências que isto pode provocar no meio ambiente e no ser humano em algumas décadas.

Retornando à argumentação de Beck, este afirma que perigos como esses, que são inerentes à modernidade industrial, tornam letra morta alguns princípios básicos da teoria de cálculo de riscos. Beck lembra que, na base de cálculo para avaliação de riscos existem conceitos como segurança do controle antecipado de resultados, delimitação de tempo e de espaço para os danos, e possibilidade de indenização monetária. E é evidente que os perigos a que a sociedade atual está sujeita hoje não se encaixam nessa matriz, pois não há como fazer o controle antecipado dos resultados de um acidente nuclear de grandes proporções. E, ainda, com seus efeitos radiativos que não se limitam nem a tempo nem a espaço conhecidos a priori. Igualmente no caso dos organismos geneticamente modificados (ogm's), não há como nem a quem indenizar nos casos, já previstos, de redução da

³ O primeiro caso, em termos de gravidade e de grande repercussão, com relação à poluição causada pela indústria química ocorreu na cidade de Minamata no Japão, em 1956, e ficou conhecido como “mal de Minamata”. No anexo A está reproduzida uma brilhante crônica de Moacyr Scliar, na qual ele conta esta história e também já faz referência ao dilema social que esse episódio inaugura.

biodiversidade agrícola e dos efeitos deletérios e ainda não conhecidos sobre o meio ambiente e a saúde humana. Lembrando também da provável falta de segurança alimentar que pode ocorrer pelo domínio das sementes transgênicas por parte de poderosos grupos econômicos.

Com base em questões como estas, Beck afirma “A estabilidade política das sociedades de risco é a estabilidade de não pensar as coisas” (BECK, 2006, p. 84). E, pode-se acrescentar que esta "estabilidade política" é, em essência, a própria demonstração das limitações e fragilidades da democracia no sistema capitalista. Pois, a tecno-ciência, que está cada vez mais presente na vida dos indivíduos, também está cada vez mais vinculada aos interesses dos setores hegemônicos. Isso lhe confere um aporte de cunho ideológico que atua na disseminação da crença na eficácia milagrosa de suas soluções e no reforço da valorização da ciência como um bem em si. Fazendo, assim, parecer sem sentido qualquer questionamento a respeito da sua necessidade, viabilidade e dos riscos relativos à sua utilização.

1.3.2 Desencaixe dos sistemas sociais

No seu livro *As consequências da modernidade*, Giddens analisa o fenômeno das relações sociais removidas dos seus contextos locais de interação, e sendo reestruturadas em grandes extensões de tempo e espaço. Este autor foca sua atenção na questão do dinheiro (moeda), que pode ser considerado o principal mecanismo de desencaixe, pois permite a troca de qualquer coisa por qualquer coisa em qualquer lugar e a qualquer tempo. Sobre o dinheiro, citando Marx, Giddens diz que é "um meio de troca que nega o conteúdo dos bens e serviços substituindo-os por um padrão impessoal" (GIDDENS, 1991, p.30).

Porém, e no que se refere ao interesse do presente estudo, a atenção aqui se prenderá à questão da ampliação dos espaços de convivência social, fenômeno provocado pelo processo histórico de multiplicação e ampliação dos assentamentos humanos. Pois esse fenômeno também pode ser visto como um mecanismo de desencaixe uma vez que gera atividades sociais fora dos contextos locais e cria situações que impactam não só nas relações sociais, como também na relação do homem com o meio ambiente.

Exemplo concreto desse mecanismo de desencaixe se refletindo na questão ambiental é o fato de hoje, diferentemente do homem do século XIX, a pessoa

comum ser levada a não se preocupar se o rio próximo da sua casa está poluído ou está secando, porque não precisa diretamente dessa água para seu uso: basta abrir a torneira de sua casa e receber água que foi captada e tratada há muitos quilômetros de distância, e que lhe chega através de um cano. E esta percepção evidentemente não favorece o desenvolvimento de uma maior consciência por parte dos cidadãos quanto aos necessários cuidados com o meio ambiente.

Outra situação que também pode ser caracterizada como mecanismo de desencaixe dos sistemas sociais, mas agora com repercussões mais visíveis nas relações sociais dentro das comunidades de bairro, é o fato de, hoje, a grande maioria das pessoas trabalharem ou terem suas atividades econômicas em locais distantes do local de residência. O que é devido ao grande crescimento horizontal (aumento da mancha urbana) que ocorre principalmente nas grandes metrópoles. Na prática, isso significa o indivíduo viver em dois ambientes distintos; em um ele desenvolve sua vida econômica e atividades sociais afins, e o outro é seu local de descanso e de vida familiar. Essa cotidiana mudança de local, com permanência temporária em cada um deles, faz com que o indivíduo não viva integralmente nem em um nem em outro ambiente. E o sentimento de pertença efetiva a um lugar deixe de existir, ou seja, pelo menos bastante enfraquecido.

Se no ambiente de trabalho o sentimento de pertença pode até se resumir a uma questão de interesse profissional, na vida em comunidade este elemento adquire outra conotação. Aqui ele constitui fator de convívio social onde prevalecem valores e não interesses. E convívio social, por sua vez, é essencial para se estabelecer alguma forma de coesão e harmonia, o que representa o atributo maior da comunidade, e que é, lembrando Tönnies, fazer com que os homens permaneçam unidos apesar de tudo o que os separa.

Neste estudo, que vai muito além do que foi aqui referido, Giddens sustenta que viveríamos hoje num período que se poderia chamar de alta modernidade, que é o período em que, segundo este autor, "as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes" (GIDDENS, 1991, p. 13), o que aproxima sua análise ao pensamento de Beck.

Nas observações finais de sua crítica à modernidade, Giddens enfatiza o caráter reflexivo dessa modernidade, que, pelo seu aspecto globalizante, "vincula os indivíduos a sistemas de grande escala numa dialética complexa de mudanças entre o local e o global" (GIDDENS, 1991, p.176). Pelo pensamento deste autor, a

modernidade, sendo orientada para o futuro, faz com que antecipações do futuro também sejam parte do presente. E esses aspectos, inerentes ao caráter circular e reflexivo da modernidade, fazem com que o progresso se torne um conceito esvaziado de conteúdo.

Essa referência ao progresso na modernidade aproxima Giddens de Weber, que, nas suas reflexões sobre a ciência e o trabalho científico já aborda a questão do sentido do progresso.

Preocupado com o significado e o valor da ciência no contexto da vida humana, Weber compara o trabalho do cientista ao do artista. Enquanto o artista que tenha produzido uma obra de arte verdadeiramente acabada pode acreditar que ela jamais será ultrapassada ou envelhecerá, o cientista, por sua vez, sabe que o conhecimento que ele venha a produzir tende a ser ultrapassado um dia, por mais acabado e perfeito que ele possa ser. E isso acontece porque, diferentemente do que acontece com a arte, o trabalho científico, segundo Weber, "está ligado ao curso do progresso" (WEBER, 1972, p. 28).

Continuando a discorrer sobre a significação da ciência e do trabalho científico, Weber afirma: "não é de modo algum evidente que um fenômeno sujeito à lei do progresso albergue sentido e razão" (WEBER, 1972, p.29). E, indagando porque muitos se dedicam a uma tarefa vinculada a este progresso que não encontra fim, já responde que seria por propósitos puramente práticos de uma ciência que, conforme Weber sugere, também serve para que alguém obtenha vantagens comerciais.

Esses fragmentos extraídos do pensamento de Weber ajudam a entender melhor a preocupação de Giddens, e também de Beck, com relação à modernidade. Modernidade comandada pela racionalidade instrumental que outorga ao progresso científico e tecnológico a solução dos problemas que afligem o indivíduo (ser humano) e a sociedade. E como corolário de todas essas reflexões, cabe aqui mais uma reflexão de Weber, que, segundo ele, seriam as meditações de Tolstói sobre a condição do homem civilizado.

A morte é ou não é um acontecimento que encerra sentido ? Sua resposta (de Tolstói) é a de que, para um homem civilizado, aquele sentido não existe. E não pode existir porque a vida intelectual do civilizado está imersa no "progresso" e no infinito, e, segundo seu sentido imanente, essa vida não deveria ter fim. Com efeito, há sempre possibilidade de novo progresso para aquele que vive no progresso; nenhum dos que morrem chega jamais a atingir o pico, pois que o pico se põe no infinito. Abraão ou os camponeses

de outrora morreram “velhos e plenos de vida” pois que estavam instalados no ciclo orgânico, porque esta lhes havia ofertado, ao fim de seus dias, todo o sentido que podia proporcionar-lhes e porque não subsistia enigma que eles ainda teriam desejado resolver. Podiam, portanto, considerar-se satisfeitos com a vida. O homem civilizado, ao contrário, coloca-se em meio ao caminhar de uma civilização que se enriquece continuamente de pensamentos, de experiências e de problemas, pode-se sentir cansado da vida, mas não pleno dela.....ele não pode captar senão o provisório e nunca o definitivo. Por esse motivo a morte é, a seus olhos, um acontecimento que não tem sentido. E porque a morte não tem sentido, a vida do civilizado também não o tem, pois a “progressividade “ despojada de significação faz da vida um acontecimento igualmente sem significação. (WEBER, 1972, p. 31)..

1.4 MEIO AMBIENTE

Pode-se dizer que o termo meio ambiente já seja familiar à grande maioria, devido, principalmente, ao grande espaço que este tema tem ocupado nos meios de comunicação de massa. Se se perguntasse à essa maioria o que esse termo significa, provavelmente ninguém daria uma definição cabal e rigorosamente correta. Talvez a maioria destas pessoas simplesmente relacionasse meio ambiente à natureza, o que não deixa de ser correto. Entretanto, meio ambiente constitui uma categoria a qual já foram agregados diversos conceitos, e todos muito próximos. Assim, existem definições mais genéricas, como a que diz que meio ambiente é o conjunto de todas as coisas vivas e não vivas que existem na Terra, bem como as que especificam os grandes conjuntos de elementos e fenômenos naturais que o constituem.

Por uma definição criada pela ONU entende-se meio ambiente como o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em curto ou longo prazo, sobre os seres vivos e as atividades humanas⁴.

Essa amplitude conceitual dá ideia da dimensão e do alcance da rede de interdependência entre os seres vivos e o meio natural (natureza). Revela também um aspecto vital da realidade humana e de todos os seres vivos, que é a dependência não de um, mas de múltiplos elementos vitais que se encontram na exterioridade de seu corpo físico.

⁴ Disponível em <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>, acessado em 06/04/2012.

E essa visão de conjunto, de necessária complementaridade na totalidade, permite relacionar o conceito de meio ambiente à noção de fato social total trabalhada por Mauss no seu livro *Ensaio de Sociologia*. Fato social total refere-se ao fenômeno que, seja na sua estrutura, ou nas suas relações e determinações, possui implicação simultânea em vários níveis da realidade. A sociedade comporia um fato social total, e o meio ambiente, como uma realidade que se lhe impõe, também o é.

Meio ambiente como um espaço onde ocorre interação entre elementos bióticos e abióticos e fenômenos naturais não constituiria matéria da sociologia não fosse a presença do ser humano, como indivíduo, e da sociedade como seu coletivo, atuando como elementos perturbadores deste espaço. E é a relação desarmoniosa entre o indivíduo e a sociedade com a natureza, e ainda, a reflexividade desta desarmonia sobre a sociedade que faz das questões do meio ambiente se constituírem em fatos sociais. Uma vez que o meio ambiente sem o ser humano é intrinsecamente harmônico, e problemas não existem ali, como lembra Mendonça (2004):

Os problemas e questões enfocados na perspectiva ambiental são, sobretudo, de ordem social, dado que a noção de problema é sobretudo uma abstração exclusivamente humana, o que reforça a idéia de que não existe problema na e para a Natureza; quando colocados não passam de leituras possíveis do homem sobre a Natureza, da maneira humana de compreendê-los, de uma certa humanização dela. (MENDONÇA, 2004, p. 188).

Acreditando estar autorizada, assim, a tarefa de aproximar a questão do meio ambiente ao pensamento sociológico que aqui se pretende desenvolver, ou seja, analisar sociologicamente a questão da problemática ambiental e o comportamento dos indivíduos e da sociedade frente a esta realidade, é conveniente começar fazendo uma breve reflexão a respeito da condição natural do indivíduo enquanto um corpo vivo, portanto físico, e que está constantemente e de maneira vital sujeito e dependente das condições do meio físico onde habita. Desta forma, o meio ambiente pode ser visto como a extensão vital do corpo físico, sem o qual o ser humano e também outras formas de vida não sobreviveriam.

Essa concepção encontra sua fonte em Marx, que, nos seus *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, defende a tese de que a natureza é o corpo inorgânico do homem. O que, para Marx, significa dizer que o homem vive da natureza e, assim, "a natureza é o corpo dele, com a qual deve manter-se em contínuo intercâmbio a fim

de não morrer" (MARX, 1979, p.95). Por este raciocínio, homem e natureza constituem um todo integrado. E, pensar diferente, desvincular o homem da natureza é, para Marx, alienar a própria natureza do homem, alienando-o de si mesmo e de sua espécie.

Assumir a natureza como parte de si e se relacionar com o meio ambiente com o respeito de quem reconhece sua situação de dependência é, enquanto prática social, uma particularidade encontrada nas culturas dos povos ditos primitivos. E essa concepção naturalista definitivamente vai contra o antropocentrismo presente no pensamento hegemônico da civilização que se formou dentro dos princípios judaico-cristãos. Assim, amparado na visão antropocêntrico-religiosa e na faculdade da razão, o homem civilizado começa a desenvolver uma racionalidade na qual a natureza passa a assumir o papel passivo de fonte de recursos a serem explorados economicamente.

Durkheim elaborou um conceito bastante sucinto para o termo razão; o qual define como "o conjunto das categorias fundamentais" (DURKHEIM, 2003, p. XX). Nesse conjunto de categorias fundamentais, com o qual as faculdades humanas permitiram ao homem avaliar sua condição e elaborar estratégias de sobrevivência desde os primórdios da civilização, é possível pensar que estejam os elementos culturais básicos que compõem o que aqui se poderia denominar de senso comum objetivo⁵ acerca da realidade compartilhada. Essa assertiva encontra amparo em Durkheim e no seu conceito de categorias de entendimento, que significam, segundo este autor, "as noções básicas e elementares da vida que são comuns a todos os indivíduos e quase inseparáveis do funcionamento normal do espírito, e que constituem a ossatura da inteligência" (DURKHEIM, 2003, p. XVI)

E assim, determinadas concepções de mundo e de realidade foram se consolidando de maneira hegemônica e no sentido de constituir uma racionalidade que não via a natureza, o meio ambiente, com objetivismo axiológico: como um bem em si mesmo. Mas, consoante com a visão antropocêntrica fundante desta racionalidade, na fase pré-capitalista o homem via os bens naturais como recursos a serem utilizados para satisfação de suas necessidades básicas e, na fase capitalista, como matéria a ser transformada em mercadoria para realizar lucro.

⁵ Nota do autor: o termo "senso comum objetivo" surgiu naturalmente, fruto das reflexões. Foi mantido por se considerar que ele exprime de maneira mais adequada um princípio de raciocínio.

1.5 RAZÃO E RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

Para se iniciar qualquer discussão sobre racionalidade, o pensamento de Max Weber (1981) se impõe de maneira absolutamente necessária. Não por acaso a preocupação de Weber se volta para esta questão quando ele se ocupa em refletir sobre assuntos ligados à modernidade, como a consolidação do capitalismo ocidental.

E instiga o pensamento o fato de que, justamente num dado estágio de desenvolvimento das sociedades, o pensamento social inaugurado por Comte venha a sistematizar as primeiras noções sobre o recurso que o homem desenvolveu ao longo de sua história para se sobrepor às forças da natureza e se beneficiar delas. Pode ser que, como nos casos em que a sombra de um objeto faz perceber sua presença, as luzes da modernidade, naquele momento, tornavam mais nítidos os contornos dos efeitos de um determinado modelo de desenvolvimento sobre a vida social. Weber atenta para o fato de que o capitalismo ocidental necessita se apoiar sobre bases racionais. Por exemplo, ele não se sustentaria sem a racionalização capitalística que orienta, como Weber diz, "um ajustamento dos lucros ao investimento" (WEBER, 1981, p.6).

Porém, existe ainda um outro autor cujas ideias serão mais úteis à linha de pensamento a ser trilhada neste estudo. Trata-se de Horkheimer (1976), que também dirige seu poder de análise a um tema relativo à modernidade.

Tributário de Weber, e refletindo sobre a cultura industrial produtiva e sua racionalidade específica e subjacente, a qual define como razão subjetiva, Horkheimer vê aí um mecanismo de pensamento relacionado a meios e fins, com a função de produzir, o que seria segundo este autor, uma "adequação de procedimentos a propósitos mais ou menos tidos como certos" (HORKHEIMER, 1976, p.11).

Essa razão subjetiva adquire uma função prática na vida dos indivíduos e da sociedade, e que é a de operacionalizar meios para atingir fins específicos e voltados à sua necessidade de autopreservação. Essa constatação pode parecer por demais elementar e óbvia, pois, desde que o homem existe enquanto homem, ele não tem feito outra coisa com mais afinco do que procurar orquestrar meios para sua sobrevivência em termos de segurança e bem estar. Porém, esta concepção, conforme sugere Horkheimer, pode ter sido consolidada modernamente, fruto das

mudanças verificadas no pensamento ocidental nos últimos séculos. Para o autor de *Eclipse da razão*, o conceito de razão que predominava, e que ele identifica nos grandes sistemas filosóficos que vão dos clássicos gregos ao idealismo alemão, passando também pela escolástica, era algo exatamente oposto, porque estes sistemas estavam baseados todos numa teoria objetiva da razão.

Para além de ser meramente uma faculdade da mente individual, a razão era substantiva e colocada como um fim a ser atingido, um ideal a ser perseguido em busca de instalar o homem num plano de harmonia consigo mesmo, com os outros homens, com a natureza, e incluindo o homem e seus fins numa totalidade abrangente e sábia. Esta teoria da razão objetiva enfatiza os fins e não os meios; não se ocupa de coordenar e orientar o comportamento do indivíduo de acordo com seus fins práticos, mas sim, foca conceitos e, como afirma Horkheimer, "a ideia do bem supremo, o problema do destino humano e o modo de realização de seus fins últimos" (HORKHEIMER, 1976, p.13).

A racionalidade moderna, se assim se pode chamar, ganha força pelo reconhecimento de que a razão por si só não é capaz de determinar e impor os objetivos superiores da vida, restando-lhe se perpetuar como atividade coordenadora da necessidade humana de transformar tudo em instrumento da vida prática. E essas palavras de Horkheimer poderiam compor uma espécie de "gênese" da racionalidade instrumental.

A internalização desta racionalidade produz a reificação do indivíduo, tornando-o também parte do desenrolar do acontecimento. Citando Dewey, Horkheimer declara, "o sujeito da ação é um fator dentro da experiência" (HORKHEIMER, 1976, p.104). Assim, neste novo *status*, os elementos da natureza, por sua vez, passariam a ser vistos como meros objetos em relação ao sujeito humano, com a total transformação dos domínios do ser à condição de meios.

Porém, sustenta Horkheimer, a dominação da natureza envolve também a dominação do homem, pois a subjetivação que exalta o indivíduo deve subjugar a natureza que há nele. E o que era para ser logrado como objetivo - a felicidade do indivíduo, a riqueza e a saúde - segundo o autor, "ganha significação exclusivamente a partir de sua potencialidade funcional" (HORKHEIMER. p. 105).

Esse tipo de racionalidade sugere uma construção social na qual o indivíduo já não é o ator principal, pois a sua sobrevivência, ou sucesso, é colocada na dependência de sua capacidade de adaptação às pressões exercidas pela

sociedade. E, ainda, com a autopreservação do indivíduo numa dependência cada vez maior do seu ajustamento às exigências de autopreservação do sistema.

Abreviando esta incursão ao pensamento de Horkheimer, vale a pena ainda citar a história que ele conta do menino que, olhando o céu, pergunta ao pai o que a Lua estaria anunciando. Esta é uma alegoria que o autor utiliza para denotar a mudança na relação do homem com a natureza, e que estaria chegando a ponto de se confundir a figura iluminada da Lua com as placas luminosas de propaganda. O que representa a completa transformação do mundo em um mundo de meios e não de fins. Sendo tudo isto, segundo o autor, "consequência do desenvolvimento histórico da produção" (HORKHEIMER. p. 113).

1.6 RACIONALIDADE AMBIENTAL

A racionalidade ambiental compõe-se de um conjunto de ideias que toma corpo no último quartel do século XX, se desenvolvendo no calor dos debates em busca de soluções para fazer frente ao agravamento da problemática ambiental.

Introdutoriamente, pode-se falar de racionalidade ambiental como uma categoria com uma perspectiva de visão situada no campo oposto ao da racionalidade instrumental que está presente no modelo de desenvolvimento hegemonicamente praticado. E articulada como um conjunto de saberes necessários para a constituição de novos paradigmas de desenvolvimento econômico e social. Com os quais seria possível, aí sim, fazer avançar os limites da teoria do desenvolvimento sustentável.

Segundo Leff, que é um dos seus mais ativos representantes, racionalidade ambiental constitui um “campo epistêmico que problematiza os paradigmas estabelecidos” (LEFF, 2001, p.13). Com esta linha de pensamento, este autor critica a teoria do desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo que denuncia as forças hegemônicas da sociedade capitalista como atores interessados na implantação do modelo proposto por esta teoria, também aponta para as possibilidades da cidadania em estabelecer contrapontos e desenvolver soluções alternativas a ela.

Leff também chama a atenção para o que ele diz ser uma ambivalência do termo sustentável. Que corresponderia mesmo à própria ambivalência do discurso da sustentabilidade, pois, sem poder demonstrar a capacidade da economia como um todo em internalizar as necessárias condições ecológicas e sociais, encerra seu

significado centrando-se nas condições ecológicas como suporte do processo produtivo e como condição de sustentabilidade do próprio processo econômico. Seria dizer que a economia, por si só, tem capacidade de internalizar somente, e tão somente, as condições ecológicas estritamente necessárias à sua reprodução.

Outro aspecto que preocupa Leff é o discurso da sustentabilidade propor um crescimento ambientalmente sustentado via mecanismos de mercado. Sem qualquer mudança que indique o resgate do respeito aos processos ecológicos naturais (tempo de produtividade e tempo de regeneração da natureza), esta noção produz um simulacro de realidade que nega qualquer limite ao crescimento econômico. Assim, este modelo de pensamento quer decretar a extemporaneidade de preocupações preservacionistas mais rigorosas, pois tudo se resumiria a encontrar formas econômicas para estimular um manejo mais correto da natureza.

Como resposta a todo este processo implícito na teoria do desenvolvimento sustentável, qual seja, de converter a natureza em capital para ser incorporada na reprodução e expansão da ordem econômica, novos atores estariam sendo forjados nos movimentos cidadãos. Tais movimentos, com demandas de caráter não econômico, se constituem como contrapontos ao viés marcadamente econômico que domina o discurso do desenvolvimento sustentável.

Assim, segundo a visão de Leff, animada pela ética ambiental e movida por valores alheios à razão econômica, a cidadania, que por definição está fora do estado e livre de interesses financeiros privados, traz para a cena dos debates e mantém viva a noção de que a realização do sistema econômico não pode se dar em detrimento do sistema vida.

Encerrando estas breves considerações, e tendo como referência o pensamento de Leff, pode-se dizer que racionalidade ambiental constitui um saber em construção - uma construção social coletiva - cuja concretização se situa ainda no campo da utopia. É um processo político concomitante a outros processos políticos; que envolve diversos atores, atuando cada qual segundo sua capacidade de produzir os fatos sociais que configurarão o futuro cenário na relação homem-sociedade-natureza. E sua possibilidade constitui uma demanda que exigirá muito do conceito de cidadania.

1.7 RACIONALIDADE COMUNICATIVA

A racionalidade comunicativa, ou o agir comunicativo, é o conceito desenvolvido por Habermas que configura outra perspectiva do pensamento social. Colocada como teoria, o estudo da ação comunicativa aponta para a construção de uma episteme que possa dar conta de compreender os fenômenos sociais no contexto da modernidade.

Neste sentido, Habermas propõe como tarefa desta teoria investigar a razão inscrita na prática comunicativa cotidiana e reconstruir um conceito não reduzido de razão. Conceito não reduzido porque esta teoria enuncia uma compreensão descentrada de mundo, e que entrelaça o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo.

Segundo REESE-SCHAFFER, a ideia central da teoria da ação comunicativa de Habermas é a de que “a racionalidade econômica e burocrática do sistema penetra crescentemente nas esferas do mundo da vida, colonizando-as e leva, desta forma, à perda de liberdade e de sentido” (REESE-SCHAFFER, 2012, p.44). Sendo que sistema seria o conceito oposto ao mundo da vida, e, numa referência a Luhman feita por este autor, “todo contato social é entendido como sistema, inclusive a sociedade enquanto conjunto da consideração de todos os contatos possíveis” (REESE-SCHAFFER, 2012, p.55).

Sobre as noções de sistema e mundo da vida, e no que se refere também à sociedade, REESE-SCHAFFER diz tratar-se de perspectivas que denotam distintos pontos de vista dentro da teoria sociológica. Por exemplo, o enunciado a sociedade é um sistema, automaticamente exclui o mundo da vida. Ao passo que o enunciado a sociedade é vista como um sistema resulta menos restritivo. Pois, deve-se considerar que a partir da perspectiva dos sujeitos participantes da ação, a sociedade é o mundo da vida de um grupo social. Enquanto que a partir da perspectiva dos observadores, a sociedade é um sistema de ações. Porisso, segundo este autor, Habermas teria proposto “conceber a sociedade, ao mesmo tempo, como sistema e mundo da vida” (REESE-SCHAFFER, 2012, p.56). Mas sendo preciso, sempre, saber diferenciar ambas as coisas.

As formas de racionalidade instrumental-econômica e burocrática, segundo Habermas, não são adequadas, não se encaixam naturalmente nas esferas do mundo da vida. E o agir comunicativo viria, assim, abrir oportunidades para um

entendimento mais abrangente e menos conflitivo entre os indivíduos - o que é absolutamente necessário e fundamental ao mundo da vida. É importante notar também que, ao definir o conceito de racionalidade comunicativa, Habermas já faz alusão a alguns aspectos fundamentais do mundo da vida; os quais se referem, basicamente, à unidade e ao consenso:

Este conceito de racionalidade comunicativa leva consigo conotações que, em última instância, remontam à experiência central da capacidade de unir sem coações e de fundar consensos, que tem uma fala na qual distintos participantes superam a subjetividade inicial de suas concepções. Colocando a comunidade à mercê de convicções racionalmente motivadas, assegurando, simultaneamente, a unidade do mundo objetivo e a intersubjetividade complexa da vida social. (HABERMAS, 1989, p.506).

Um outro aspecto de grande relevância, e que não se pode deixar de mencionar, é a percepção de Habermas quanto ao duplo caráter do processo que desencadeou o desacoplamento, ou a separação entre sistema e mundo da vida. Na visão de Habermas, primeiro, esse desacoplamento teria sido necessário para que houvesse a passagem de uma sociedade de classes politicamente organizada do feudalismo europeu para as sociedades de classes econômicas da Modernidade. E, por outro lado, o modelo capitalista de modernização ser caracterizado pelo fato de que “as estruturas simbólicas do mundo da vida são deformadas, isto é, reificadas sob o imperativo dos subsistemas diferenciados e independentizados de dinheiro e poder” (REESE-SCHAFFER, 2012, p.57). Importante observar aqui que nestas palavras pode-se ver um significado para aquilo que Lucaks denominou como ação mecanizadora e anti-cultural do capitalismo.

Neste ponto, faz-se necessário voltar a Weber e suas três formas de dominação legítima para perceber que Habermas detecta a separação entre sistema e mundo da vida na passagem da forma de dominação tradicional para a forma de dominação legal. Ou seja, no momento em que a sociedade feudal (baseada na dominação tradicional) começa a dar lugar à sociedade de classes econômicas (baseada na dominação legal). E que é a fase que marca o início do processo de modernização capitalista, quando o “nexo” dinheiro começa a operar as transformações das estruturas simbólicas do mundo da vida e a produzir os subsistemas diferenciados e independentizados de poder.

1.8 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Uma definição considerada como clássica para o termo desenvolvimento sustentável, é a que consta de um relatório de 1987 da Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. Este relatório, preparado pela primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland⁶, coloca que, "desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas necessidades e aspirações".

Esta definição bem elaborada e concisa também serve como diagnóstico e reconhecimento oficial de que a economia convencional e o modelo de desenvolvimento praticado há séculos dá claros sinais de esgotamento em sua capacidade de reprodução enquanto sistema econômico e social, e necessita ser reorientado.

Pretende-se fazer aqui uma breve análise sobre sustentabilidade, e de como este conceito vem sendo adequado à lógica de mercado tecendo alguns rápidos comentários acerca do que, de maneira geral, tem sido apresentado como desenvolvimento sustentável.

As forças sociais hegemônicas e que comungam o pensamento capitalista, historicamente impõem ao conjunto da sociedade a sua visão na análise dos problemas, e, obviamente, apresentando alternativas capitalistas para a solução destes. Esta sentença está conforme uma constatação já feita por Marx que diz serem as ideias dominantes as ideias das classes dominantes. E isto é o que se observa na análise da crise ambiental e nas soluções apresentadas como alternativas de desenvolvimento econômico.

Mesmo as propostas mais coerentes e bem intencionadas que tem surgido com maior repercussão, por viés de origem se encontram dentro dos marcos da economia capitalista e não significam rupturas, nem mesmo mudanças mais profundas nos modos de produção e nas relações econômicas e sociais

⁶ Em 1983, a Organização das Nações Unidas criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, com os seguintes objetivos: Reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las; Propor novas formas de cooperação internacional nesse campo de modo a orientar as políticas e ações no sentido das mudanças necessárias, e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme. (disponível em www.revistameioambiente.com.br, acessado em 23/07/2012).

estruturadas pelo capitalismo. E aqui cabe bem outra afirmação de Marx, que diz que a sociedade não se coloca problemas para os quais não existam condições de solução.

A história tem demonstrado que um sistema social mantém determinada configuração pelo poder das forças que atuam dentro deste sistema e que têm interesse nessa configuração. Um determinado sistema social se mantém não por força de circunstâncias e conjunturas que o favoreçam, mas pela capacidade das forças dominantes atuarem sobre estas circunstâncias impondo sempre as soluções mais adequadas aos seus interesses históricos. É dizer, novas circunstâncias ou conjunturas (como as impostas pela problemática ambiental), por si sós teriam limitada possibilidade de provocar significativas modificações na sociedade. Pois, antes de atingirem esta condição são assimiladas e trabalhadas pelas forças hegemônicas para que não representem mudanças que afetem seus interesses e suas estratégias de poder, mas, ao contrário, que essas conjunturas venham em seu proveito e se constituam sob sua visão de mundo.

Com estas noções pode-se entender a teoria do desenvolvimento sustentável colocada em prática como a condição afinal criada pela sociedade para lidar de maneira mais sistemática e integrada com a problemática ambiental sem o risco de grandes transformações na estrutura de funcionamento desta sociedade. Se até então os problemas ambientais eram vistos apenas nos seus aspectos pontuais, isolados, e como consequência indesejável, porém inevitável do desenvolvimento econômico, agora já podem ser tratados num aspecto mais global, numa visão de conjunto, e mantendo princípios sacralizados pela sociedade capitalista como o do livre mercado.

Contudo, o aspecto talvez mais importante, que está subjacente e que fica demonstrado em todo esse processo é a capacidade de realização do capital como um sistema centrado em uma racionalidade crescentemente expansiva. Esta característica do capital foi salientada por Marx nos seus Esboços da Crítica da Economia Política (*Grundrisse der Kritik der politischen ökonomie*), quando afirma, por exemplo, ser o capital “um valor automultiplicante, de tendência universal e que procura o máximo desenvolvimento” (MARX, 2011, p. 438-445). Pois o capital é o ponto de partida e também o ponto de chegada do desenvolvimento das forças produtivas; ponto de chegada que se converte novamente em ponto de partida.

Ainda que a teoria do desenvolvimento sustentável contemple aspectos que apontem para o desenvolvimento de uma maior conscientização, podendo provocar mudanças de atitude por parte dos indivíduos e da sociedade como um todo, ela não representa o abandono da racionalidade instrumental.

Em suas reflexões sobre sustentabilidade Leff diz "o conceito de sustentabilidade é o reconhecimento da função da natureza como suporte, condição e potencial do processo de produção" (LEFF, 2009, p. 207). Ou seja, continua-se vendo a natureza como fonte de recursos a serem explorados, e não como um bem em si, de caráter coletivo e que deve ser preservado. Esta teoria, então, não é preservacionista, mas sim, conservacionista: a natureza deve continuar sendo explorada segundo a lógica e fins capitalistas, porém e agora, de maneira mais racional e apostando em tecnologia e nas soluções de mercado. São coerentes, portanto, as ideias de economia verde, do mercado de carbono, das compensações financeiras por atividades poluentes e o sistema de certificações ambientais, por exemplo.

Verifica-se, assim, que a teoria do desenvolvimento sustentável, a rigor e no que tem de mais essencial, se inscreve nas adaptações necessárias à expansão do capitalismo. Ou seja, tende a transformar a questão ambiental em atividade empresarial, e, ao promover o que já se diz de "economicização" da natureza - natureza que é um bem comum - permite a acumulação capitalista de caráter privado. E, num aspecto político, isto pode ser visto como algo estratégico para a ordem econômica dominante, pois, ao circunscrever a questão ambiental nos domínios da racionalidade econômica, enfraquece perante a maioria as alternativas propostas por um discurso ambiental mais crítico.

Para perceber que o tema da sustentabilidade não significa algo novo, basta ver que ele não emerge para as sociedades e os indivíduos somente nos dias atuais. Leonardo Boff (BOFF, 2012) informa que a primeira vez que aparece a preocupação pelo uso racional dos recursos naturais foi em 1560, na província alemã da Saxônia. Naquela ocasião e lugar surge a palavra alemã *nachhaltigkeit*, com o significado de sustentabilidade. E o recurso natural alvo da preocupação era a madeira, que, pela sua grande importância econômica, sofria exploração intensiva provocando o esgotamento das florestas naquela região.

Mas, ainda segundo Boff, é somente em 1713 que o conceito de sustentabilidade é colocado num sentido mais estratégico. É quando o capitão Carl

Von Carlowitz propõe o uso sustentável da madeira nos seguintes termos: "devemos tratar a madeira com cuidado, caso contrário acabar-se-á o negócio e cessará o lucro [...] corte somente o tanto de lenha que a floresta pode suportar e que permita a continuidade de seu crescimento" (BOFF, 2012, p.33).

Reforçando a tese de que as preocupações de desenvolvimento sustentável colocadas hoje, podem não estar trazendo tantos elementos novos, vale a pena reproduzir outra citação de Boff. Esta é de 1795, de Carl Georg L. Hartig, que, no seu livro: Indicações para a avaliação e a descrição das florestas, escreve "é uma sábia medida avaliar de maneira a mais exata possível o desflorestamento e usar as florestas de tal maneira que as gerações futuras tenham as mesmas vantagens que a atual" (BOFF, 2012, p.33).

Por tudo que se tem observado pode-se concluir que a teoria de desenvolvimento sustentável apresentada nos dias atuais não comprova ser real mudança na forma de ver e lidar com o meio ambiente. Mas sim, uma espécie de "simulacro" de preservação ambiental, construído a partir da visão economicista dos setores hegemônicos. Pois a esfera econômica constitui o domínio de seus interesses, e os seus interesses orientam sua visão de mundo. E é nesta direção mais sistêmica que aponta o pensamento de Leff:

A natureza está sendo incorporada ao capital mediante a seguinte operação: por um lado, tenta-se internalizar os custos ambientais do progresso; junto com isto, instrumentaliza-se uma operação simbólica que recodifica o homem, a cultura e a natureza como formas aparentes de uma mesma essência: o capital. Assim, os processos ecológicos e simbólicos são reconvertidos em capital natural, humano e cultural, para serem assimilados ao processo de reprodução e expansão econômica, reestruturando as condições de produção mediante uma gestão economicamente racional do meio ambiente. (LEFF, 2009, p.236).

1.8.1 O ambientalismo e a teoria do desenvolvimento sustentável

Analisando o desenvolvimento e os rumos tomados pelo movimento ambientalista no Brasil, no período que vai dos anos 1970 ao início dos anos de 1990, Viola (1992) identifica dois momentos bem distintos na sua forma de organização e atuação. Na primeira fase, que o autor delimita entre os anos de 1971 e 1986, o movimento ambientalista brasileiro se caracterizaria por atividades de denúncia dos problemas de degradação do meio ambiente, e a criação do que Viola denomina como "consciência pública sobre os problemas de deterioração

socioambiental” (VIOLA, 1992, p. 49). Após 1986, começaria uma nova fase do movimento ambiental, e esta já marcada por uma crescente institucionalização e profissionalização destas organizações.

Tomando como marco a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), por José Lutzemberger, em 1971, na cidade de Porto Alegre, Viola descreve um contexto inicial bastante limitado em termos de aprofundamento das questões ambientais. Além do fato de que também a nível mundial este era um tema ainda um tanto incipiente, deve-se lembrar que o Brasil vivia um regime político repressivo, e que, na histórica Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo em 1972, o país teria se destacado por ser “contra o reconhecimento da importância da problemática ambiental” (VIOLA, 1992, p.55).

Segundo Viola, é somente na segunda metade da década de 1970 que começam a surgir nas principais cidades do Sul e do Sudeste alguns grupos ambientalistas. E, cabe lembrar aqui, que é também nesta época que tem início no país o processo de redemocratização.

Tratam-se, porém, de grupos pequenos, formados por poucos ativistas voluntariosos, sem recursos e praticamente sem estrutura organizacional. No entanto, realizam muitas e importantes atividades de denúncia e protesto na área do meio ambiente. Sem esquecer que a nível mundial o discurso ambientalista também começa a se fortalecer, e o incipiente movimento ambientalista brasileiro consegue atingir importantes setores da sociedade brasileira e dar início ao processo de formação de uma consciência ambiental.

A segunda fase do movimento ambientalista, tal como definida por Viola, é marcada não apenas pela profissionalização e institucionalização dos seus grupos. Nela existe todo um conjunto de fatores que operam estas transformações; dos quais, por uma questão de concisão, serão brevemente apresentados os aqui considerados mais relevantes.

O primeiro fator a ser analisado, até porque ele pode ser considerado como elemento de transição para esta nova fase, é a incorporação de questões relativas à justiça social ao ideário ambientalista. Se no início dos anos 1970 a preocupação dos ambientalistas foca unicamente o meio ambiente, desvinculada de qualquer preocupação de ordem social, a partir dos anos 1980 esse movimento passa a olhar também as questões sociais. Chancelando a noção de que existe relação entre

problemas ambientais e problemas sociais, as organizações ambientalistas passam a se articular com setores populares como sindicatos e movimentos sociais.

Seja por uma estratégia para a “expansão do ambientalismo”, conforme sugere Viola (VIOLA, 1992p. 60), ou por uma questão de conjuntura política (no início dos anos 1970 não era muito prudente discutir questões sociais no Brasil), ou mesmo pela marcha natural dos acontecimentos e sinal de amadurecimento do ambientalismo, o que parece ser mais correto supor, o fato é que começa a haver uma convergência que aproxima o movimento ambientalista das questões sociais. Pois já é maior a compreensão de que muitos problemas ambientais são causados, ou agravados, pelos problemas sociais. Exemplo disso é a ocupação de encostas e outras áreas ambientalmente críticas como áreas de manancial e beiras de rio, causada pelo problema habitacional.

Reforçando a idéia de que essa convergência entre preocupações ambientais e preocupações sociais deve-se ao alargamento da compreensão dos problemas em cada uma dessas áreas, cumpre lembrar que movimentos sociais também começaram a praticar o discurso ambientalista. É o caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que no seu início e durante algum tempo tinha como objetivo único a luta pela reforma agrária, sem maiores preocupações ecológicas.

Com o tempo, as lideranças do MST, entendendo que seria ilógico praticar nos seus assentamentos o mesmo modelo de agricultura que contribuiu para a concentração fundiária e que também é grande responsável pelos problemas ambientais, decide em seu 5º congresso nacional, realizado em 2007, assumir oficialmente sua posição em favor do meio ambiente. No documento final deste encontro consta o compromisso de difundir práticas de agroecologia, priorizar produção de alimentos sem agrotóxicos, proteger nascentes e rios, além da preservação de matas e plantio de árvores nativas⁷.

Nesse processo convergente, movimentos ambientalistas e movimentos sociais percebem que, tão importante quanto discutir problemas ambientais e problemas sociais, é discutir e propor alternativas de desenvolvimento econômico que não gerem problemas sociais ou problemas ambientais.

⁷ Carta do 5º Congresso Nacional do MST. (disponível em www.mst.org.br, acessado em 02/11/2012).

Outro aspecto importante, mas agora de ordem mais conceitual e que vai demonstrar a dificuldade de diálogo entre o ambientalismo e a teoria do desenvolvimento sustentável, também é registrado por Viola nesse seu estudo. Este autor coloca que, no início, a ingenuidade e a ignorância predominam no movimento ambientalista brasileiro, o que o torna avesso a temas como economia e desenvolvimento econômico. E ele chega mesmo a afirmar que algumas incursões teóricas nessa área, e que foram feitas utilizando a palavra ecodesenvolvimento produziram desconfiança quanto à capacidade e à própria seriedade dos ambientalistas em lidar com problemas econômicos. Pois, essas incursões, como diz Viola, “geralmente não tinham nenhuma precisão conceitual” (VIOLA, 1992, p. 61).

Assim, com estas convergências e divergências o movimento ambiental entraria numa nova fase, e num momento em que ele já registra grande crescimento no número de associações. Porém, nota o autor, a grande diferença é que neste momento as organizações que surgem e as que conseguiram se manter em atividade já revelam um perfil mais profissional. Atuando de maneira empresarial, conseguem manter qualificado corpo técnico e administrativo, inclusive para captação de recursos. Revela-se também uma crescente especialização destas organizações, com algumas estabelecendo focos de atuação, como a SOS Mata Atlântica. Outra característica que se evidencia mais recentemente é a sua grande capacidade de atuar junto a agências governamentais, nos parlamentos e até em estabelecer parcerias com setores empresariais.

Evidentemente que estas características, que aqui foram apontadas em linhas bastante gerais, não se aplicam a todo o movimento ambiental brasileiro, pois ele não compõe um todo homogêneo. Porém, com relação às organizações ambientalistas majoritárias, que são as de maior visibilidade e de maior atuação, estas têm mostrado um comportamento pragmático e utilizam, pelo menos em termos de discurso, o mote desenvolvimento sustentável.

Isso já pode ser o reflexo da mudança dos parâmetros do debate ambiental ocorrido nos anos 1990, conforme disse Viola, observando que “já não se fala mais em proteção ambiental independentemente de desenvolvimento econômico” (VIOLA, 1992. p. 69). E que, ainda segundo Viola, mesmo que alguns setores minoritários rejeitem a expressão “desenvolvimento sustentável”, todos concordam que o país precisa se desenvolver de forma sustentável, ficando como novo debate o tipo de desenvolvimento sustentável que se desejaria. Nesse ponto o autor define três

formas de se promover este desenvolvimento sustentável; as quais envolvem concepções bastante diferenciadas. Uma destas formas seria a estatista, na qual o Estado, através de leis, normas e mecanismos governamentais, ser o condutor deste processo. Outra forma seria a comunitária, que, através dos movimentos e organizações sociais, promoveria um novo sistema de valores, baseado na solidariedade para aí se ter um desenvolvimento ambientalmente sustentável e também socialmente mais justo. A terceira forma, que é a que tem demonstrado maior força hegemônica e vem se impondo perante a sociedade, é o mercado no papel de promotor de um desenvolvimento ambientalmente sustentável, através de taxas, tarifas e atrativos econômicos. Tornando explícito o caráter econômico dessa forma de promoção de um desenvolvimento ambientalmente mais correto, criou-se o conceito de economia verde.

1.8.2 A economia verde

Desde que o discurso do desenvolvimento sustentável passa a fazer parte da agenda dos organismos internacionais, ele também começa a orientar a formulação das políticas internas dos países. E é nesse momento que, mais notadamente, começa a ocorrer o que Leff denominou de reconversão dos processos ecológicos e simbólicos para a forma de capital.

E a percepção de que o conceito de desenvolvimento sustentável vem, assim, sendo apropriado pelos setores hegemônicos da sociedade para orientá-lo segundo seus interesses, começa a ser manifestada pelos movimentos cidadãos e representantes da sociedade civil organizada. Exemplo disso é um documento publicado pela organização Terra de Direitos (PACKER, 2012), que apresenta uma crítica contundente e bem fundamentada a respeito dos mecanismos legais e econômicos que têm sido criados no Brasil sob a égide do desenvolvimento sustentável⁸.

Segundo a visão desta entidade, mecanismos jurídicos e financeiros, oportunizados e legitimados pelo discurso do desenvolvimento sustentável, estão voltados às necessidades de expansão do capital (realização de lucro e acumulação

⁸ Como funciona o capitalismo “verde”: mecanismos jurídicos e financeiros preparam o Brasil para um novo modelo de acumulação. Disponível em www.terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/07/regula%C3%A7%C3%A3o-nacional-para-nova-fase-de-acumula%C3%A7%C3%A3o-papel-do-estado-1.pdf. Acessado em 11/09/2012).

privada) em detrimento, e, até em alguns casos, contendo sérias contradições quanto aos aspectos ambientais.

Pelo que se verá na sequência, a questão de fundo a que se prende a crítica a estes mecanismos reside mesmo no emprego da racionalidade econômica como meio de atuar sobre os problemas ambientais. E isso fica bem visível em três dos muitos aspectos apontados pela Terra de Direitos.

O primeiro destes aspectos seria o fato de se agregar valor econômico aos bens naturais e capitalizar as externalidades ambientais produzidas pela cadeia produtiva, isto é, pretensos efeitos benéficos ao meio ambiente, decorrentes de certos processos produtivos, para serem comercializados em bolsa de valores (os Mecanismos de Desenvolvimento Limpos e o Sequestro de Carbono). Contudo, estes “ativos ambientais”, como qualquer outro papel negociado em bolsa podem sofrer valorização ou desvalorização. Então, para que estes papéis estejam sempre valorizados, o que é condição para viabilização deste mercado, é necessário que haja mais degradação ambiental. Pois, quanto mais poluição e mais desmatamento houver, maior demanda por estes papéis haverá, o que, pela lei de oferta e procura, provocará a sua valorização; o que constitui um paradoxo para algo que se diz pensado para ajudar o meio ambiente.

Um segundo problema identificado por esta organização é referente à “economia de baixo carbono”, que é um mecanismo que permite a emissão de bônus (créditos de carbono) por setores produtivos, tidos como “mais limpos” por utilizarem alguma tecnologia com menor impacto ambiental. Assim, os setores mais fortes e organizados poderão ser beneficiados ainda que seus processos e tecnologias possam não ser tão limpos assim. Seriam casos como o das hidrelétricas instaladas na Amazônia que, a despeito de destruírem a floresta e o habitat de povos tradicionais poderão negociar seus bônus por produzir uma energia limpa (sem emissão de carbono). E também o setor do agronegócio que, a despeito de aplicar altas taxas de herbicidas que contaminam solo e água, poderão se beneficiar destes créditos se utilizarem a técnica do plantio direto, tida como prática agrícola de baixo carbono.

E, dentre os muitos aspectos apontados neste documento, há ainda um terceiro que vale a pena ser aqui apresentado por constituir uma clara demonstração da dificuldade e do perigo de se tratar a problemática ambiental através de mecanismos econômicos e de mercado. Trata-se do mecanismo de Pagamentos de

Serviços Ambientais (PSA) através das Cotas de Reserva Ambiental (CRA). Em tese, estes seriam mecanismos que permitiriam aos indígenas e povos tradicionais receberem créditos por simplesmente conservarem as florestas que estão sob seu domínio. Mas os contratos firmados, como alguns que este documento afirma existirem, impõem uma série de obrigações com sérios riscos, como, a alienação das terras como garantia de contrato e, até, restrição de acesso aos recursos da floresta. Assim, por exemplo, povos que vivem de algum tipo de extrativismo podem ser impedidos de fazê-lo se a forma de extração não for considerada a mais correta. O que poderá fazer com que esses povos abandonem sua cultura para se tornarem uma espécie de “rentistas” da floresta.

1.9 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO PERMANENTE E ECOFORMAÇÃO

É consenso entre teóricos e especialistas que a educação ambiental não pode ser transformada em matéria curricular e circunscrita ao espaço da educação formal. E que, contemplar as questões ambientais nos processos de formação dos indivíduos demanda um novo tipo de educação; a qual deverá ser necessariamente não formal, porque deve alcançar todas as pessoas independentemente de idade, e essa educação como fazendo parte da vida cotidiana de todos.

Estes são alguns dos princípios que constituem as propostas conceitualmente desenvolvidas numa modalidade de educação denominada Educação Permanente, a qual busca reverter um “modelo” de educação que ainda tem forte presença e se reproduz no modo de vida desenvolvido pela sociedade

Educação Permanente pode ser entendida como um conceito que agrega o conjunto de práticas sociais educativas, pensadas como apoio ao contínuo desenvolvimento humano e cidadão. Visando principalmente, mas não exclusivamente, pessoas adultas, ela é eminentemente não formal e desatrelada dos aparelhos de estado. Educação Permanente, num conceito amplo pode ser também entendida, como diz Bárbara Freitag em entrevista concedida a Knechtel, “a busca da cidadania, da liberdade e do respeito mútuo” (KNECHTEL, 2001, p.24).

A efetividade da Educação Permanente atinge, pois, todos os domínios da vida, funcionando como mediadora da educação para a construção dos saberes necessários ao cidadão, e, como conclui Knechtel, “propiciando-lhe o máximo de autonomia política e cultural” (KNECHTEL, 2001, p.142). Ela constitui-se, assim, em

um instrumento para a emancipação do indivíduo. Podendo-se acreditar também que a simples tomada de decisão em favor de uma de suas práticas represente já um efetivo ato de emancipação.

Trata-se a Educação Permanente de um processo de aprendizagem com origem no ou nos próprios sujeitos participantes das práticas intencionadas, compartilhado ao longo da vida, e, muitas das vezes, também coletivamente pensado. Assim, ele se diferencia do desenvolvimento individual: aquele em que o indivíduo, pela sua capacidade de discernimento, de observação da realidade e de busca de informações, enriquece seu repertório intelectual.

Complementando esta apresentação conceitual da Educação Permanente, é importante também salientar a necessária perspectiva histórica que ela deve ter. E isto está explicitado no conceito produzid por Knechtel:

Em sentido amplo, a Educação Permanente é vista como uma forma conjunta de expressão social, intelectual e histórica, e, assim, ela está integrada às respectivas exigências sociais e políticas da época, como também às mudanças que determinam as posturas, os objetivos e os interesses no processo de formação dos adultos, tendo em vista a busca do saber, a sua emancipação e o exercício de sua plena cidadania. (KNECHTEL, 2001, p.75).

Considerando agora a Educação Ambiental, que também deve ser de forma plena, acompanhando toda a existência e constituindo-se como um dos saberes necessários ao cidadão, ela se insere como uma modalidade de Educação Permanente. É neste sentido que a Educação Ambiental começa a receber, cada vez mais, a atenção de pensadores e estudiosos no sentido, não de sua sistematização ou desenvolvimento de técnicas de ensino nos moldes da educação formal, mas sim, das perspectivas que se lhe apresentam de se desenvolver na base da sociedade como um determinado processo pedagógico. Tal processo ganha consistência e importância adicional, e isso é consenso entre os teóricos da matéria, ao ver os problemas do meio ambiente não de maneira isolada, mas integrados à dinâmica social, haja vista que a problemática ambiental tem numa de suas faces a problemática social. Portanto, problemas do meio ambiente relacionados com a educação e com a dinâmica social são mais propriamente denominados como processos pedagógicos socioambientais desenvolvidos por meio de práticas sócio-educativa-ambientais e ecoformativas.

O termo ecoformação está ligado a uma proposta sócio-educativa que vem de uma experiência de pesquisa francesa para a constituição de uma nova

pedagogia ambiental, e esta experiência foi descrita e analisada em artigo publicado em 2008 na revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente*⁹, por Ana Tereza Reis da Silva¹⁰.

Segundo a autora deste artigo, a construção teórica do termo Ecoformação está fundamentada na articulação das teorias do filósofo renascentista Jean Jaques Rousseau e do pensador contemporâneo Edgar Morin; as quais, definitivamente nada tem a ver com as teorias antropocêntricas que por muito tempo orientaram a concepção de modelos educacionais. Pois Rousseau e Morin colocam num mesmo plano de importância conceitual o ser humano, a natureza e as outridades. De Rousseau, os princípios da Ecoformação resgatam a teoria dos três mestres: o homem, os outros e as coisas. E de Morin, apreendem-se as reflexões suscitadas pela sua proposta conceitual da trindade humana: o indivíduo, a espécie e a sociedade. Há ainda uma outra contribuição de Morin, que, segundo a autora, ajuda a fazer da Ecoformação um campo epistemológico novo na questão da Educação Ambiental. Esta contribuição de Morin vem da sua Teoria da Complexidade, que, ainda segundo Silva, trata dos sistemas cognitivos emergentes, que são, dizendo em poucas palavras, as novas epistemes forjadas na realidade social de uma modernidade com alto grau de complexidade.

As premissas básicas da teoria da Ecoformação partem do estabelecimento das *unidades ecológicas de base*, que, nas palavras de Silva, religam o homem à natureza, uma vez que os seres humanos são biologicamente dependentes da natureza. Sendo estabelecidos como unidades ecológicas de base os elementos água, terra fogo e ar, por estes serem, obviamente, os elementos essenciais à vida e, também, por serem os principais vetores dos problemas ambientais.

E assim, a partir do entendimento de que a relação com o ambiente natural é essencial para o processo de consolidação da condição humana, surge a primeira proposição teórica, a de que a materialidade e a imaterialidade inscritas na relação homem/natureza são coformadores do humano no tempo e no espaço.

Apresentada conceitualmente por Pineau, ecoformação pode ser definida como “formação recebida e construída na origem das relações diretas com o ambiente material: os não humanos, os elementos, a matéria, as coisas, as

⁹ Ecoformação: reflexões para uma pedagogia ambiental. Revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18 p.95-104, jul/dez. 2008. Editora UFPR.

¹⁰ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, com estágio doutoral na *Université Paris X*.

paisagens” (SILVA, 2008, p.97). Desta forma, ao restaurar a noção de natureza enquanto elemento ecoformador, o conceito de ecoformação revigora e requalifica a Educação Ambiental como Formação Humana Permanente, na medida em que amplia a dimensão teleológica da Educação Permanente efetivando-se como prática ontológica de vínculo com o ambiente social e natural.

Admitindo o fato de que toda relação que liga o humano ao universo das coisas é mediada pela noção de valor (valor de uso, conforme aparece no texto), em que a razão utilitarista (racionalidade instrumental) exacerba as relações de uso e a exploração dos recursos naturais, o conceito de ecoformação postula um processo de restauração da relação do homem com seu ambiente. Com o propósito de avançar no entendimento de como se deve dar essa restauração da relação homem/natureza é que os teóricos franceses revisitaram a teoria dos três mestres de Rousseau e a teoria da trindade humana de Morin.

Em Morin, a noção de trindade humana propõe que o homem se constrói num triplo pertencimento: sua individualidade, sua espécie e a sociedade. E a noção de complexidade é o que propicia conceber estes três entes de maneira conjunta e inseparável. No limite, é a descoberta de que não há indivíduo sem a espécie e sem o ambiente, e que não há ambiente vivo sem indivíduo e sem espécie. E aqui pode-se perceber a presença de elementos da teoria da complexidade, pois, pode-se argumentar que uma situação complexa da modernidade, que é a problemática ambiental, estaria atuando na percepção de que, como foi afirmado, sem ambiente não há indivíduo.

Rousseau, que também tinha uma grande preocupação com a educação, entendia-a como um processo tão complexo como a própria vida, pois ambas as coisas dependem dos três mestres: o homem (indivíduo), os outros (sociedade) e as coisas (natureza). Em síntese, Rousseau acredita que o aprendizado que vem dos homens (os outros) deve subordinar-se ao aprendizado que vem da natureza. Pois a experiência com as coisas do ambiente (natureza) tem mais valor formativo, uma vez que significa o desenvolvimento da natureza humana, diferentemente das idéias impostas pela sociedade (os outros homens, as instituições). E Rousseau chega à seguinte conclusão: “é necessário optar entre combater a natureza ou as instituições sociais, entre fazer um homem ou um cidadão” (SILVA, 2008, p.98).

Desta forma, a educação natural de Rousseau firma-se na crença de que em estado de natureza os homens não estabelecem relação moral, não podendo nem

ser bons, nem ser maus. Pois a desigualdade, e com ela as exclusões, surge pelo processo civilizatório decorrente do contrato social estabelecido em sociedade. Onde a influência da moral e das instituições sociais resulta nefastas, sendo a educação natural a única possibilidade de se promover a livre realização da natureza humana.

Nesse ponto a autora observa que Rousseau tem consciência dos limites desta noção de estado natural, e nem propõe o retorno a um estado primitivo e idílico. Para ele, o que existe é o homem social degradado e a idéia do homem natural representa uma oposição a esta degradação e um ideal a ser perseguido. O filósofo iluminista propõe, enfim, o reencantamento com a natureza, o encontro do homem com sua natureza mais primitiva, ainda não contaminada, capaz assim de ensejar outra condição humana.

Sintetiza a concepção de Rousseau de que o homem social é a degradação do homem natural o que se observa no seguinte pensamento reproduzido nesse artigo analisado:

Os preconceitos, a autoridade, a necessidade, o exemplo, todas as instituições sociais em que nos achamos submersos, abafariam nele [o homem] a natureza e nada poriam em seu lugar. Ele seria como um arbusto que o acaso fez nascer no meio do caminho e que os passantes logo acabariam matando, à força de fustigá-lo por todos os lados, envergando-o em todos os sentidos. (Rousseau, 1966 apud Silva, 2008, P. 99).

Enquanto Rousseau vê os seus três mestres em campos opostos, preconizando a primazia da educação pela natureza, Morin, por seu turno, considera os entes de sua trindade humana como elementos interdependentes. Por essa razão, a ecoformação segue os postulados de Morin; os quais, basicamente e em tese, sustentam que, pela interdependência, ao formar-se a si mesmo o homem contribui para a formação dos outros e também do seu ambiente, num processo que segue por toda a vida. Assim, a ecoformação propõe uma educação ao longo da vida, abrangendo todas as práticas humanas, mediada pela relação do homem com os outros e com o ambiente.

Importante registrar também, como faz a autora, que essa formação ecológica, como sugere o termo ecoformação, propõe uma educação ambiental também fora dos parâmetros da formação escolar, que é essencialmente instrumentalista e com uma perspectiva técnica de tratar os problemas ambientais, que busca somente soluções pontuais e imediatas. Há necessidade de propostas e

de práticas socioeducativas de educação ambiental, formal e não-formal, articulada à ecoformação em todos os graus de ensino e na comunidade em geral.

Esta apresentação um tanto sumária desta proposta é importante porque procura salientar que a ecoformação também pode encerrar características de um projeto pedagógico e, por isso mesmo, propositivo. Embora não seja uma proposta metodológica, ela possui uma fundamentação e orientação bem definida no sentido da sensibilização, de fornecer conhecimentos, competências e práticas pedagógicas visando uma maior conscientização, para se reinventar a relação homem/natureza e se entender a educação ambiental e a ecoformação como práticas de educação permanente.

Tecendo agora alguns rápidos comentários a respeito do que seria essa proposta pedagógica, se quer apenas salientar alguns aspectos. O primeiro aspecto a se destacar é mesmo o seu caráter idealista, o que não é nenhum problema apriorístico porque toda proposta educacional tem um caráter transformador-idealista. E essa é uma proposta teórica que se pretende transformadora e aposta na possibilidade de uma reforma do pensamento e uma revisão da mentalidade moderna. Morin, e também os teóricos franceses que idealizam esta proposta acreditam que hoje, diferentemente da época de Rousseau e principalmente depois dos acontecimentos histórico-sociais que marcaram o século XX, a humanidade estaria em condições de aceitar, e também mais preparada, para fazer avançar seus desígnios civilizacionais. Os pressupostos da ecoformação a tornam ligada a educação porque ambas tem os mesmos objetivos voltados para um novo processo civilizatório. Ou seja, para um meio ambiente saudável e para a construção da paz. Embora o próprio Morin seja consciente da inviabilidade e do perigo de se criar propostas que pretendam salvar ou reformar a sociedade, e, conforme transcreve Silva, “querer um mundo melhor [...] não é querer o melhor dos mundos” (Morin, 2003, apud Silva, 2008, p.103).

Mas, concorrer para uma melhor qualidade de vida da população é dever de todo educador. Ainda referente a este aspecto pode-se argumentar, mesmo que em nenhuma parte do artigo isso apareça, que é substancialmente clara a necessidade do abandono definitivo da racionalidade instrumental em troca da racionalidade ambiental enquanto elemento formador e orientador para a educação e transformação humana. Agora, quanto as possibilidades de a racionalidade ambiental se instalar entre os homens, fruto de uma vontade de homens e mulheres,

é algo difícil de avaliar e, talvez, nem caiba uma tal avaliação pois as propostas dessa teoria não podem ser consideradas como assertivas com pretensões teleológicas, mas sim, como propostas que miram a grande dimensão das possibilidades humanas.

Outro aspecto que se considera oportuno destacar neste momento é o paralelo que se pode estabelecer entre o pensamento de Rousseau e o de Marx com relação à condição do homem em sociedade. Pelo que se pode depreender do artigo analisado com relação ao pensamento de Rousseau, e também com base no que Marx escreve no livro *A questão judaica*, já comentado neste trabalho, percebe-se que ambos concordam que a sociedade com suas instituições transformam (degradam) o ser humano (o ser natural).

A questão de fundo tanto em Marx como em Rousseau é a emancipação humana, como diz Marx, que é a volta do ser natural, como diz Rousseau. Na sociedade civil, o *bourgeois* de Marx é o ser humano visto como arbusto nascido em local inadequado por Rousseau. É o homem degradado transformando a si e aos outros em meio, todos submersos numa realidade que faz de todos meros brinquedos de poderes estranhos.

2 A PESQUISA

2.1 METODOLOGIA

2.1.1 Contextualizando a pesquisa

O tema geral da pesquisa demanda uma abordagem relativamente ampla dos conceitos de meio ambiente e de cidadania, buscando conhecer noções, percepções e níveis de conscientização com relação a estas duas categorias de análise sociológica. Assim, se apresenta a necessidade de investigar, através de um estudo empírico, como se dá, na vida cotidiana, a percepção e a prática de questões relativas à cidadania e ao meio ambiente. E isto a partir de um recorte geográfico e de segmento social bem definidos. Para tanto, algumas questões se colocaram, como: a quem pesquisar, qual o local de pesquisa e quais as técnicas a serem empregadas.

2.1.2 Local da pesquisa

No tocante a aspectos metodológicos, a escolha do município de Pinhais atende a dois aspectos fundamentais. Primeiro, por esta cidade estar localizada toda numa área de manancial, e que, porisso, tem uma importância ambiental estratégica, uma vez que dali sai a água que abastece boa parte de Curitiba e região metropolitana, podendo apresentar elementos específicos por esta sua condição. Outro aspecto importante é o fato de este município ainda estar vivenciando um processo de urbanização, com a transformação de antigas áreas agrícolas remanescentes em loteamentos e condomínios fechados, e também pelo fato de ter ocorrido no passado recente deste município muitas ocupações irregulares em locais ambientalmente importantes como áreas úmidas e beiras de rios. E isso tudo ocasionando fatos sociais e impactos ambientais que podem ter tornado a problemática socioambiental algo mais presente no cotidiano dos seus moradores, o que faz deste município um local privilegiado em termos de questões relativas ao meio ambiente e também à cidadania.

2.1.3 Público pesquisado

Estando aqui vinculadas as questões de cidadania e meio ambiente, e numa região ambientalmente crítica, onde as necessidades relativas à moradia afetam diretamente as necessidades de preservação ambiental, concluiu-se que o ideal seria ouvir as pessoas que mais de perto vivenciam estas duas realidades. Assim, optou-se por pesquisar pessoas que participam de associações de moradores, uma vez que estas entidades são atores sociais em potencial e constituem espaço privilegiado para o exercício da cidadania, estando presentes tanto em ações desenvolvidas na comunidade como também num plano de participação política mais geral.

E é pela visão revelada por essas pessoas relativamente ao tema, e pelas práticas desenvolvidas por elas nas comunidades de bairro onde residem e atuam que se pretende analisar sociologicamente como essas pessoas internalizam, valoram, discernem e põem em prática o estatuto da cidadania e as noções de cuidado com o meio ambiente.

Acrescenta importância a este aspecto o fato de que pesquisando este público, além de se estar conhecendo o pensamento e as formas de atuação de pessoas com maior envolvimento nas questões de suas respectivas comunidades, também se estará conhecendo o funcionamento prático destas entidades.

2.1.4 Técnica de pesquisa utilizada

Inicialmente considerando que, seja pela abrangência do tema abordado, ou seja pela diversidade do público pesquisado (pessoas e associações), impunha-se a necessidade de realizar uma pesquisa quantitativa para melhor captar as diversas realidades e experiências vivenciadas por este público. Ou seja, pesquisar uma quantidade adequada de pessoas do maior número possível de associações existentes neste município.

Dessa necessidade de pesquisar um número relativamente grande de pessoas decorre também a necessidade de apresentar os resultados de cada questão em tabelas de distribuição de frequência das respostas, uma vez que seria impraticável e pouco informativo, apresentar as respostas dadas por cada entrevistado para cada uma das perguntas. E isso tudo dá a essa pesquisa o caráter

de uma pesquisa quantitativa por amostragem. Com suas técnicas sendo empregadas especificamente nos critérios de amostragem, no tratamento estatístico das respostas e na tabulação dos dados.

2.1.5 Plano de amostragem

Para a composição da amostra considerou-se importante entrevistar, além dos(as) presidentes(as), que deveriam obrigatoriamente ser pesquisados, entrevistar mais uma ou duas pessoas de cada associação para melhor representar o universo destas pessoas relativamente ao município de Pinhais.

Não foi estabelecido a priori um número de entrevistas a serem realizadas por sexo dos entrevistados. Porém, na hora da seleção dos entrevistados procurou-se manter uma certa paridade para que se pudesse analisar comparativamente as respostas dadas segundo o sexo das pessoas que participam de associações de moradores.

2.1.6 Construção de padrões de resposta

Visando obter respostas com maior riqueza de informação e que revelassem aspectos da percepção do entrevistado que não surgem imediatamente num primeiro momento, houve necessidade de algumas questões serem aprofundadas através do estímulo a uma maior reflexão por parte dos entrevistados para elaboração das suas respostas. Mas isto, por sua vez, também produziu um maior grau de complexidade para análise destas respostas, demandando uma análise mais sistemática das formas e dos significados contidos nas respostas através de uma interpretação criteriosa dessas respostas para identificar as categorias de análise mobilizadas pelos entrevistados quando refletem e discorrem sobre algumas questões apresentadas durante a entrevista. Isto é, qual o conteúdo básico, de ordem temática, implícito nas suas considerações; a que tema geral a pessoa está fazendo alusão quando expõe seu pensamento sobre questões particulares. Assim, conteúdos básicos de ordem temática definem os padrões de resposta, e após isso estes padrões de resposta são codificados para que possam ser classificados e analisados quantitativamente.

Esta técnica de construção de padrões de resposta foi utilizada nesta pesquisa especificamente para analisar a opinião que os participantes de associações de moradores ouvidos têm a respeito do que é e pra que serve uma associação de moradores. Visando-se, com isto, investigar os diferentes conceitos e opiniões com relação à utilidade, finalidade e justificativa para a existência dessas associações.

O interesse por este tipo de análise é conhecer as diferentes concepções que os entrevistados têm a respeito deste tipo de organização social, para saber, principalmente, se questões relativas à cidadania se fazem presentes quando os entrevistados refletem e discorrem sobre o tema associação de moradores.

Para isso, no início da pesquisa foram colocadas três perguntas que levam o entrevistado a refletir e emitir avaliações conscientes e com bom nível de aprofundamento, revelando o que pensa e acredita ser a natureza e finalidade de uma associação de moradores.

As questões apresentadas e respondidas uma após a outra foram:

- 1- O que significa para você participar de uma Associação de Moradores?
O que mais?
- 2- Por que você resolveu participar desta Associação? Mais algum motivo?
- 3- Na sua opinião, quais são as finalidades de uma Associação de Moradores? Para que serve?

A sequência das perguntas foi estudada no sentido de se estimular uma maior reflexão quanto a questão da participação (significado atribuído e motivação). Pois, se a ordem das perguntas fosse invertida, por exemplo, as reflexões poderiam ficar condicionadas pela questão das finalidades pensadas para uma associação de moradores.

Outro aspecto importante desta pesquisa é que as entrevistas não se restringiam a fazer perguntas e anotar as respostas no questionário. Visando aprofundar as questões, com cada entrevistado era estabelecida uma conversa a respeito da sua experiência enquanto membro da associação e participante da vida da comunidade. Para com isso recolher mais informações sobre a visão e prática de atuação dessas pessoas com relação ao tema.

2.1.7 Tópicos pesquisados

De maneira a levantar todas as informações referentes ao tema da pesquisa, inicialmente foram elencados tópicos para os quais foram elaboradas questões para serem apresentadas aos entrevistados.

- Perfil das pessoas que participam das associações de moradores
- Vínculos e sentimento de pertencimento ao bairro/região
- Estrutura e funcionamento das associações
- Projetos e ações realizadas e previstas
- Percepção quanto ao papel das associações
- Percepção quanto a cidadania e participação
- Percepção quanto a problemática ambiental local
- Nível de conscientização ambiental dos entrevistados
- Ações realizadas e previstas na área do meio ambiente
- Participação da associação em fóruns de debates e deliberação

A partir destes tópicos foi elaborado questionário estruturado, contendo questões fechadas (objetivas) e questões abertas (respostas dadas livremente pelos entrevistados). No apêndice A consta modelo do questionário utilizado.

2.2 RESULTADOS DA PESQUISA

2.2.1 Trabalho de campo e amostra realizada

A ida a campo para a realização das entrevistas se deu entre os meses de janeiro e fevereiro de 2012. As associações de moradores com seus responsáveis foram inicialmente localizadas através de cadastro existente na prefeitura de Pinhais. E, uma vez entrevistados os responsáveis (os presidentes), estes indicavam outras pessoas que eram contatadas para a entrevista, de acordo com o que fora definido na metodologia. Os contatos eram feitos por telefone para agendamento da entrevista, que era realizada na residência da pessoa contatada. Sendo que cada entrevista teve duração aproximada de 40 minutos.

Foi possível identificar e pesquisar 17 associações de moradores então existentes na cidade de Pinhais (ver relação das associações pesquisadas no apêndice C). Sendo que nestas associações foram pesquisados 14 presidentes

(mesmo com muitas tentativas três não puderam ser entrevistados) e mais 17 pessoas que faziam parte das respectivas diretorias. Com a amostra totalizando, então, 31 pessoas entrevistadas.

2.2.2 Resultados gerais da pesquisa

No questionário utilizado para a pesquisa (apêndice A), constam questões cujas respostas acabaram não trazendo informações relevantes para a pesquisa e, sendo assim, não tiveram os resultados apresentados. Todas as tabelas com os demais resultados podem ser consultadas no apêndice B. Inicialmente será feita uma apresentação rápida e sumária desses resultados no que concerne ao público pesquisado e a algumas características das associações. Em seguida serão apresentadas e analisadas as respostas dadas às questões para as quais foram construídos os padrões de resposta visando justamente uma análise mais aprofundada. E, também ao final deste capítulo, serão comentados alguns aspectos que surgiram de maneira importante no transcorrer da pesquisa.

2.2.3 Perfil da amostra

Do total das pessoas entrevistadas, 55% eram mulheres e 45% homens. A maioria (52%) com idade entre 30 e 49 anos. Sendo a idade mediana 48 anos, isto significa que metade dos entrevistados tinha menos de 48 anos e metade tinha mais de 48 anos. Estando o entrevistado mais novo na casa dos 33 anos e o mais velho já com 83 anos.

Quanto ao grau de instrução, 32% tinham só o primeiro grau, 26% alcançaram o segundo grau, e, a maior parcela (42%) tinha, pelo menos, curso superior incompleto.

Tratando-se de rendimento, a maioria (58%) ganhava entre 1 salário mínimo e menos de mil reais. Enquanto 10% não tinham qualquer rendimento e 16% ganhavam mensalmente R\$2.000,00 ou mais.

Com relação à atividade laboral, 45% dos entrevistados eram aposentados, pensionistas ou donas de casa. Os restantes 55% trabalhavam em diversos tipos de atividade.

O tempo de moradia no bairro é bastante expressivo entre os entrevistados, e serve como indicativo para aquele universo de participantes. Com exceção de um entrevistado que morava no bairro há menos de 5 anos, todos os outros moravam há mais de 11 anos. Sendo que a maioria (61%) residia no bairro há mais de 20 anos, e sendo 22 anos o tempo médio de residência.

Com relação ao tempo que as pessoas entrevistadas participam da associação, apenas 10% estão há menos de 2 anos participando. Quando a maioria (61%) já participa há mais de 6 anos. Sendo o tempo médio de 8 anos.

As funções exercidas pelos entrevistados são: presidente, vice-presidente, diretor, secretário e tesoureiro. E duas pessoas são suplentes.

Ao final da pesquisa, foi perguntado se essas pessoas gostavam de participar da sua associação e se pretendiam continuar participando. O que se observou como resposta (tabela 7 do apêndice B), é que a expressiva maioria (68%) afirmou que gostava e pretendia continuar participando da associação. No entanto, 29% já disseram que apesar de gostar de participar, estavam em dúvidas ou já haviam decidido a não continuar participando. Os motivos apontados por estes seriam, a dificuldade de se trabalhar com a comunidade e a falta de apoio e de reconhecimento ao trabalho realizado. E é importante citar o caso de um entrevistado que disse não gostar de participar e que aguardava terminar o mandato para deixar de participar. Ele disse que havia concordado em participar da chapa em consideração ao presidente, que era seu amigo e que o havia convidado.

2.2.4 Perfil das associações pesquisadas

O número de participantes na direção dessas associações varia de 8 membros a até 22 membros, sendo que a maior parcela (35%) possui 12 membros. Com estas associações reunindo um número total de 205 moradores. Desse total, apurou-se que 52% eram homens e 48% eram mulheres.

Com relação à sede da associação (imóvel para reuniões e atividades), verificou-se que 9 (53%) não possuíam sede nem local para uma futura construção - essas associações funcionavam provisoriamente na casa dos respectivos presidentes. Ao passo que duas também funcionavam em sede provisória mas já possuíam terreno onde podem construir. Enquanto uma possuía sede própria, mas construída em terreno irregular (invadido). Apenas 5 associações contavam com

sede própria e construída em terreno regularizado (próprio ou cedido pela prefeitura).

Também procurou-se verificar o nível de atividade destas associações. Constatou-se que 12 (70,6%) estavam atuantes: faziam reuniões e promoviam atividades. Entretanto, 5 (29,4%) não estavam atuantes – encontravam-se completamente inativas. Ou seja, apesar de formalmente terem presidente e diretoria, por problemas políticos dentro da comunidade e/ou dificuldades estruturais e de organização, estavam inoperantes, sendo que algumas destas há já bastante tempo.

E esse significativo número de associações inativas contribui para o baixo índice de participação das associações nos conselhos municipais. Apenas 8 associações (47,1%) possuíam representante em algum dos conselhos municipais existentes no município. O que significa que 4 associações, mesmo ativas e atuantes não tinham qualquer participação nesses conselhos. Sendo que os conselhos nos quais há participação das associações são: Saúde (3), Habitação (3), Ação Social (2), Juventude (1), Segurança (1), Plano Diretor (1) e Segurança Alimentar (3). Também registrou-se o caso de uma associação que, segundo seu presidente, tem representantes em todos os conselhos. Observa-se, assim, que os conselhos com maior participação de associações são os de Saúde, Habitação e de Segurança Alimentar, o que pode indicar que as maiores demandas das populações locais estão na área da Saúde, Habitação e Assistência Social.

Sobre os conselhos municipais, deve-se agora colocar que estes constituem um novo espaço público destinado à participação da sociedade civil nos governos municipais. É um instrumento de inspiração democrática que possibilita o exercício da cidadania dentro do conceito de democracia participativa. Embora ainda estejam circunscritos aos limites da democracia representativa, uma vez que os conselhos são compostos por representantes de entidades e não por indivíduos isolados, seguramente são mais democráticos que os parlamentos compostos nas eleições, pois, através das associações, quantos cidadãos quiserem podem, participando dos conselhos, estabelecer um diálogo direto com os agentes responsáveis pela formulação e implementação de projetos e de políticas públicas municipais.

Essa figura política surge num momento em que o país, saído de um regime ditatorial, ansia por mais democracia, o que culminou com a elaboração da

Constituição de 1988. Trecho de um estudo realizado pelo IPARDES fala das principais características dos conselhos municipais:

A Assembléia Constituinte no Brasil introduziu, no interior do texto constitucional, elementos para a prática da democracia participativa. Uma nova esfera pública constitui-se, no âmbito local, com a criação de conselhos de composição paritária (com a participação de segmentos governamentais e não governamentais) cujo caráter pode ser deliberativo ou consultivo. Esses conselhos são instâncias da sociedade civil que representam direitos e interesses específicos e se articulam com os poderes constituídos das diferentes esferas governamentais. Em tese, são espaços fundamentais de participação cidadã no tocante à elaboração e ao controle de políticas públicas setoriais ou então na gestão de programas governamentais focalizados. (IPARDES, 2004, p.1)

2.2.5 Nível de participação dos membros das associações

Para as 12 associações que estavam em atividade, procurou-se levantar o nível de participação habitual dos seus membros nas reuniões realizadas. Na tabela 1, abaixo, reproduz-se o número total de membros de cada associação, o número médio dos que costumam comparecer às reuniões e o percentual de participação. Apenas duas associações costumam registrar o comparecimento de todos os membros da diretoria. Em metade delas, o comparecimento é, no máximo, da metade dos seus diretores. No total, essas 12 associações têm 138 diretores, com um percentual de participação média de 61%.

TABELA 1 - Total De Membros Da Diretoria, Comparecimento - Às Reuniões E Percentual De Participação

TOTAL	COMPARECIMENTO	PARTICIPAÇÃO
14	4	29%
13	5	38%
9	4	44%
8	4	50%
12	6	50%
12	6	50%
12	7	58%
16	10	63%
8	6	75%
10	8	80%
12	12	100%
12	12	100%
TOTAL: 138	84	61%

FONTE: O autor (dados da pesquisa)

2.2.6 Atividades e projetos já desenvolvidos pelas associações

Com a pesquisa também se procurou conhecer as atividades desenvolvidas pelas associações em conjunto com a comunidade e também para a comunidade.

Primeiramente perguntou-se sobre atividades, eventos ou projetos desenvolvidos nos últimos dois anos. Das 17 associações, 13 tinham desenvolvido alguma atividade ou projeto neste período. Sendo que 4 associações estavam inativas há, pelo menos, mais de dois anos, e, portanto não tinham desenvolvido qualquer atividade. No quadro 1 do apêndice B estão listadas as atividades realizadas nos últimos 2 anos por aquelas 13 associações.

A variedade e quantidade de atividades, ou projetos, realizados neste período mostram que estas associações estiveram muito atuantes nas suas comunidades. Além de muitas festas, cursos, atividades culturais, recreativas e assistenciais, ocorreram muitas mobilizações para atividades comunitárias e mutirões, e também foram realizadas muitas ações de caráter reivindicatório.

Essa capacidade de realização é demonstração do potencial organizativo e mobilizador destas entidades para a constituição de uma esfera de poder popular para atuar junto ao poder público através dos Conselhos Municipais. Ou seja, desvinculada do poder econômico e do sistema político tradicional uma nova força política pressionando os poderes constituídos.

2.2.7 Atividades e projetos em execução ou previstos pelas associações

No quadro 2 do apêndice B são mostradas as atividades sendo executadas pelas associações no momento da pesquisa, e também as que estavam previstas para serem realizadas. Vê-se ali que estavam em andamento somente 5 atividades, e isto da parte de apenas 3 associações. Mas aqui cabe considerar que a pesquisa foi feita num período de férias e que também já havia 5 associações inativas.

Com relação a atividades ou projetos previstos, destacam-se os planos para construção, reforma, conclusão ou ampliação da sede da associação. Somado a isso outras necessidades de construção como cancha de futebol e área de lazer, fica evidente que as condições de estrutura física são uma grande necessidade destas associações.

Com essas informações iniciais, já se evidenciam algumas características marcantes com relação às pessoas participantes e quanto as associações. Com relação aos participantes, há predomínio de pessoas de baixa renda, verifica-se também que são pessoas de mais idade e que moram há muitos anos na região, o que seguramente implica em maior convivência com outros moradores e também maior conhecimento dos problemas do bairro. O que constitui um capital político importante, e legitima e autoriza a participação dessas pessoas nas associações pela credibilidade e confiança conquistadas junto aos demais moradores.

Quanto às condições de funcionamento das associações, os dados obtidos indicam a existência de muitos problemas de estrutura física. E, apesar do relativamente grande número de atividades executadas, a maioria não dispõe de condições ideais de funcionamento. Sendo que uma boa parte delas tinha existência apenas formal no momento da pesquisa.

Na sequência será apresentada análise detalhada relativamente aos demais temas elencados para esta pesquisa.

2.2.8 Meio ambiente: percepção dos problemas e ações

Para introduzir a questão do meio ambiente como assunto da pesquisa, primeiramente procurou-se estimular a reflexão dizendo ao entrevistado que, hoje muito se fala sobre os problemas do meio ambiente e perguntando qual era a opinião dele a esse respeito.

Com exceção de um entrevistado que não conseguiu fazer qualquer comentário, dizendo somente que é muita coisa que se fala a esse respeito, todos os demais manifestaram séria preocupação e discorreram sobre algum aspecto considerado como problema para o meio ambiente - fato indicativo de que essas pessoas estão bastante atentas e percebem os problemas ambientais.

Dessa primeira reflexão dos entrevistados, espontaneamente foram citados como problemas, em primeiro lugar, a falta de consciência por parte da população em geral, em seguida também se sobressaindo, problemas específicos como a questão do lixo e das enchentes dos rios, coisa então comum em muitas regiões desse município.

Agora, quando perguntados sobre problemas ambientais específicos do bairro, as atenções se voltaram para o problema dos rios (lixo, assoreamento e

enchentes). Em seguida foi lembrada a questão de falta de cuidado e de separação do lixo. Assim, chama atenção que, pensando no bairro, a percepção da falta de consciência ambiental, dá lugar a problemas pontuais. Na tabela 12 do apêndice B pode-se ver estas informações, e pode-se ver também que 23% dos entrevistados disseram não haver ou não souberam apontar problemas ambientais no seu bairro. Sendo que essa falta de percepção de problemas ambientais no local se verificou nos bairros mais antigos, que já contavam com melhor infra-estrutura e que também não tinham rios nas proximidades.

2.2.9 Ações realizadas ou previstas para a área do meio ambiente

Primeiramente pode-se observar, na tabela 13 do apêndice B, que apenas 4 associações (24%) já tinham desenvolvido alguma ação relacionada ao meio ambiente junto a sua comunidade. Enquanto 6 nunca fizeram nem têm planos de fazer algo neste sentido (aqui estão incluídas as 5 associações inativas). Entretanto, 7 (41%) pretendem realizar algum tipo de atividade em prol do meio ambiente.

Com respeito às ações já realizadas por aquelas 4 associações, a maioria tratou-se de denúncia, solicitação ou reclamação sobre problemas específicos que ocorriam no bairro (ver quadro 3, apêndice B). Com relação a ações de caráter coletivo, houve o caso de uma associação que realizou reunião com os moradores para tratar do problema das enchentes. Contudo, verifica-se também que duas ações de caráter mais participativo (mutirão para limpeza de rio e projeto de reciclagem de óleo de cozinha), por falta de adesões não foram iniciados ou não tiveram continuidade.

Das poucas ações em vista, destacam-se as de caráter educativo (palestras), com 3 respostas. Sendo que as outras ações previstas também podem demandar maior envolvimento das comunidades (abaixo assinado, plantio de árvores e outras ações ambientais).

2.2.10 Percepção quanto a ações ambientais necessárias

Procurando descobrir quais ações relativas ao meio ambiente eram percebidas como necessárias pelos entrevistados, perguntou-se o que eles achavam que a associação poderia fazer nessa área. Na tabela 14 do apêndice B,

vê-se que a maioria dos entrevistados (55%) acredita na necessidade, e na possibilidade, de realizar projetos ambientais na comunidade. Outra parcela importante (48%) veem como necessário realizar ações de educação ambiental e de conscientização dos moradores. Porém, 16% não tinham idéia do que poderia a sua associação fazer, e 2 entrevistados pensaram em fazer cobrança das autoridades públicas.

Quanto às ações de educação ambiental, o quadro 4 do apêndice B mostra que foram lembradas a questão da separação do lixo, reutilização e reciclagem de embalagens, uso racional da água e atividades pedagógicas artesanais.

Os tipos de projetos ambientais pensados para serem desenvolvidos também demonstram um elenco qualificado de intervenções na área do meio ambiente. Seriam ações que vão do plantio de árvores à mutirões de limpeza, mas também incluem projetos mais ambiciosos, que exigem grande capacidade de planejamento e poder de realização, como implantação de reciclagem com geração de renda, hortas comunitárias agroecológicas, e ações para regularizar ligações de esgoto doméstico.

Encerrando as perguntas sobre este tema de pesquisa, apresentou-se a seguinte questão: Que nota você dá à separação do lixo feita na sua casa? A idéia era mesmo fazer com que o entrevistado refletisse e avaliasse como era tratada essa questão na sua casa. Se o entrevistado falasse, ou se se percebesse, que não era feita qualquer separação do lixo, esse fato era registrado.

O que se pode dizer, no entanto, é que as pessoas até gostaram que esta questão fosse apresentada, pois todos, sem exceção, começavam a contar animadamente os cuidados cotidianos com o lixo de suas residências. Pelas respostas dadas, observou-se que eles próprios é que eram os mais preocupados com a separação do lixo em sua residência. E muitos ilustravam sua experiência relatando em detalhes os cuidados que eles tomavam nesta separação. Não faltando também as habituais lamentações de que nem todos da casa tinham o mesmo cuidado ou colaboravam com a separação.

Na tabela 2, página seguinte, é mostrado como se distribuíram essas notas de auto avaliação quanto aos cuidados de separação do lixo doméstico.

Pode-se ver que as notas mais frequentes foram 7 e 8. Apenas algumas mulheres se deram nota 10, o que fez com que a nota média desse público fosse maior. Sendo que a nota média geral ficou em 8, o que indica que existe o

reconhecimento de que alguma coisa ainda pode ser melhorada na questão da separação do lixo doméstico.

TABELA 2 - Que Nota, De 1 A 10, Você Daria Para A Separação Do Lixo Que É Feita Na Sua Casa?

NOTA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
6	18%	0%	9%
7	27%	27%	27%
8	27%	27%	27%
9	27%	18%	23%
10	0%	27%	14%
NOTA MÉDIA	7,6	8,5	8,0

FONTE: O autor (dados da pesquisa)

2.2.11 Identificação e pertencimento ao bairro/região

Além do tempo de residência no bairro e de participação na associação, foram investigadas mais algumas características para avaliar os níveis de identificação e pertencimento ao local de residência por parte dos entrevistados. Também foram investigadas a existência de parentes morando no bairro, relações de compadrio e se a pessoa gosta de morar no bairro, ou, se pudesse, mudaria para outro lugar. A tabela abaixo mostra de maneira condensada as respostas obtidas para estas três questões.

TABELA 3 - Indicativos De Identificação E Pertencimento Ao Bairro.

	PARENTES NO BAIRRO	RELAÇÕES DE COMPADRIO NO BAIRRO	PARENTES OU COMPADRIO	MUDARIA PARA OUTRO BAIRRO
SIM	64,5%	61,3%	90,3%	6%
NÃO	35,5%	38,7%	9,7%	94%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

FONTE: O autor (dados da pesquisa)

A maioria respondeu que tinha parentes morando no bairro e, a maioria também, afirmou que tinha relação de compadrio com alguns moradores do bairro. Ao agrupar essas pessoas, ou seja, somar os que tinham parentes ou que tinham compadres e/ou comadres no bairro, verificou-se que a esmagadora maioria (90,3%) tinha esse vínculo mais forte com outros moradores do bairro. Importante notar também que um número maior ainda (94%) disse que gosta de morar no bairro, e, mesmo que pudesse, não gostaria de morar em outro lugar.

Esses aspectos, considerados também o longo tempo de residência no bairro e de participação nas associações, conferem a este grupo de pessoas, um

característico particular: são pessoas portadoras do sentimento de identidade e de pertencimento a um lugar, a uma comunidade. E isso, por sua vez, serve para demonstrar que essa espécie de “espírito comunitário”, que seguramente não se restringe a este grupo pesquisado somente, continua a existir nos dias de hoje. Revelando uma realidade que confirma a teoria da comunidade de Tönnies ao mostrar que a comunidade se constitui naturalmente por vontade humana e, ainda, a partir de relações e laços comuns em um espaço geográfico compartilhado.

Continuando nessa linha investigativa, também procurou-se saber qual era a importância dada ao comércio local (do bairro). Isto é, se a importância do comércio local residia apenas na questão da conveniência pela proximidade, ou se o comércio local era valorizado justamente por ser o comércio do bairro, revelando assim consciência da importância de valorizar o comércio do bairro porque seria bom para o bairro. O que, por sua vez, também revela sentimento identitário e de vínculo com o local de moradia.

Então, depois das questões sobre relações de parentesco ou compadrio no bairro, perguntou-se ao entrevistado se ele costumava utilizar o comércio local e o porquê. Estimuladas apenas por essa única pergunta as pessoas começaram a falar sobre seus hábitos de compra, e revelavam a imagem que eles faziam do comércio local, dando a perceber também qual a importância dada a ele.

Observou-se que a esmagadora maioria costuma comprar no comércio local. Sendo que, via de regra, o primeiro motivo citado era a questão da praticidade, comodidade pelo fato de estar próximo de casa (conveniência). Entretanto, um número maior de entrevistados além de atentar para a questão da conveniência, também fizeram alusão à importância de valorizar e fortalecer o comércio local (consciência). E os percentuais obtidos para esta questão foram: não costuma utilizar o comércio local (3,6%); utiliza o comércio local somente por conveniência (46,4%); utiliza o comércio local por consciência (50%).

2.2.12 Percepção quanto ao papel das associações, cidadania e participação

Constituindo o foco central da pesquisa, este tema foi cuidadosamente estudado para captar, de maneira mais precisa e fiel, como as pessoas percebem, valoram, internalizam e colocam em prática os conceitos de cidadania,

associativismo e participação a partir de seu local de moradia e de sua vida cotidiana.

Estrategicamente colocadas no início da pesquisa (ver questionário no apêndice A), três questões levavam o entrevistado a refletir sobre o significado de participar de uma associação de moradores, os motivos que o levaram a participar, e também sobre o que ele achava que seriam as finalidades de uma associação.

Nessa reflexão, até certo ponto exaustiva, e, como já fora comentado, iam surgindo naturalmente os elementos básicos que representavam as categorias de análise mobilizadas por cada um dos respondentes.

Com as respostas destas três questões analisadas conjuntamente e, ainda, considerando todo o grupo como referência de contexto interpretativo, foram definidas cinco categorias, ou padrões de resposta que melhor representavam a visão que essas pessoas tinham quando refletiam sobre as associações de moradores. Assim, identificando o conteúdo básico presente nas considerações dos entrevistados, suas respostas foram classificadas de acordo com estes cinco padrões de resposta. Padrões que também podem ser considerados como a visão construída acerca dos motivos da associação. Em outras palavras, essa visão construída acerca dos motivos da associação poderia ser entendida como os elementos que simbolizam uma associação de moradores pelo olhar e entendimento dos seus membros.

Percebeu-se também que esses padrões de resposta podiam constituir uma espécie de escala para determinar o estágio de consciência política em que se encontrava o entrevistado. Por exemplo, pelas reflexões produzidas, verificou-se que existem pessoas que veem a associação como instrumento para mobilizações em questões de ajuda aos mais necessitados, numa linha parecida com a do voluntariado. Ao passo que, no outro ponto desta escala, se encontram pessoas com alto grau de consciência política e que veem a associação como meio de participação política da comunidade e de exercício da cidadania.

É importante registrar que, como eram apresentadas três questões uma mesma pessoa acabava produzindo vários tipos de reflexão, e os conteúdos básicos podiam determinar mais de um padrão de resposta.

Abaixo estão listados os conteúdos básicos encontrados nas respostas dos entrevistados às três questões apresentadas, com os cinco padrões de resposta nos quais estes conteúdos foram agrupados:

1 – Altruísta

Ajudar as pessoas/a comunidade, buscar atender as necessidades dos moradores/do bairro: visão marcadamente assistencialista, com a comunidade no papel de agente passivo.

2 – Gregário

Foi convidado, gosta de fazer trabalhos coletivos, participar do grupo, reunir os moradores: associação funcionaria como uma espécie de clube de amigos, também de caráter assistencialista - sem maior envolvimento da comunidade.

3 – Reivindicatório

Lutar por melhorias, resolver problemas do bairro: associação como um grupo de pessoas buscando resolver os problemas do bairro - sem maior envolvimento da comunidade.

4 – Representativo

Representar os moradores, encaminhar pedidos da comunidade: associação funcionando como um despachante dos assuntos dos moradores - sem maior envolvimento da comunidade.

5 – Participativo

Noções de cidadania, participação política da comunidade, instrumento de mobilização: associação como facilitador do exercício da cidadania – alto envolvimento da comunidade.

Acredita-se que com a identificação dos conteúdos básicos e sua classificação em padrões de resposta, conseguiu-se desenvolver um modelo satisfatório para captar a visão das pessoas que participam de associações de moradores no que toca aos motivos das associações, com a questão da cidadania inserida neste contexto. A tabela abaixo traz as visões existentes quanto ao papel motivacional destas entidades.

TABELA 4 - Visão Do Papel Motivacional Das Associações De Moradores Segundo O Sexo Dos Entrevistados

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
ALTRUISTA	64%	82%	74%
GREGÁRIO	50%	59%	51%
REIVINDICATÓRIO	79%	47%	61%
REPRESENTATIVO	50%	35%	42%
PARTICIPATIVO	79%	6%	39%

FONTE: O autor (dados da pesquisa)

A tabela 4 mostra que, do total de entrevistados, a maior parcela (74%) citou aspectos de ordem assistencial (altruísta) como motivos das associações. Enquanto a menor parcela (39%) citou a questão da participação política dos moradores. É fundamental observar que, ao se analisar as avaliações por sexo dos entrevistados, verifica-se uma profunda diferença. Enquanto 82% das mulheres citaram aspectos assistenciais, apenas 6% delas citaram a questão da participação política. Entre os homens, os maiores percentuais (79%) referem-se ao papel reivindicatório das associações e como meio de participação política, ainda que a questão assistencial tenha aparecido de maneira significativa (64%).

A título de ilustração, nos quadros 5, 6 e 7 do apêndice B, são apresentadas as respostas de cada entrevistado(a) com relação ao significado de participar de uma associação de moradores (quadro 5), aos motivos que fizeram com que ele(a) resolvesse participar da associação (quadro 6), e da percepção quanto as finalidades de uma associação de moradores (quadro 7).

2.2.13 Participação em atividades religiosas

Antes de se fazer qualquer comentário sobre a questão da participação em atividades religiosas, o que significa ter ligação com alguma igreja, deve-se dizer que, no planejamento da pesquisa, não estava previsto investigar esta característica. Ocorreu, porém, que, logo no começo da pesquisa, nas conversas suscitadas algumas pessoas, espontaneamente, faziam comentários sobre coisas de igreja ou de atividade religiosa. A partir da quinta entrevista decidiu-se incluir no questionário a pergunta sobre se a pessoa tinha ligação com alguma igreja ou participava de atividades religiosas. As pessoas pesquisadas anteriormente foram contatadas novamente, agora por telefone, para deixar clara esta questão.

Das respostas dadas pelos entrevistados, pôde-se verificar 3 tipos de comportamento quanto atividades religiosas. Na tabela 17 (apêndice B), vê-se que existia um grupo, pequeno, que não tinha qualquer ligação com qualquer igreja, nem mesmo cultivava o hábito de frequentar missas ou cultos. Enquanto 23% costumavam frequentar missas ou cultos, e, vê-se também que quase dois terços (65%) participava ativamente de atividades religiosas. Dentre estas pessoas, cuja maioria são mulheres, encontrou-se missionários, membros de pastorais e

colaboradores ativos em atividades das igrejas como nos rituais das celebrações, em campanhas de solidariedade e festas e eventos. Considerou-se sem relevância saber sobre as denominações religiosas a que pertenciam estas pessoas.

2.2.14 Vinculação político-partidária

A questão da participação política ou dos vínculos político-partidários dos membros das associações, também era algo que não se planejava pesquisar. Tal como na questão das atividades de caráter religioso, as vinculações políticas começaram a aparecer espontaneamente e esta questão foi adicionada ao questionário. Também da mesma forma, não se considerou importante identificar as siglas dos partidos aos quais eventualmente o entrevistado podia estar ligado.

A caracterização do vínculo político-partidário obedeceu a algumas condições. Nas conversas realizadas durante a pesquisa, essa característica muitas vezes surgia naturalmente. Isso ocorria quando o próprio entrevistado dizia, por exemplo, ter saído candidato na última eleição ou com pretensões de disputar a próxima, ou quando revelava amizade, ou que costumava recorrer ou receber ajuda de algum político. Houve casos de entrevistados que se declaravam filiados de algum partido e, também, de membros de associações que exerciam cargos de confiança na prefeitura. Quando essa vinculação não aparecia naturalmente, no final da entrevista se perguntava se a pessoa tinha alguma ligação com algum político ou algum partido. Na tabela 18 do apêndice B, vê-se que, embora não seja significativa, a maioria (52%) tinha algum vínculo político-partidário. E esse número é maior entre os homens (64%).

Os números obtidos, tanto com relação à vinculação política como com relação à participação em atividades de cunho religioso, são consistentes o suficiente para se acreditar que essas venham ser características importantes para definir o que se poderia chamar de “imaginário conceitual” e motivador para participação em coletivos comunitários, que é o caso das associações de moradores.

Para verificar se essas características se verificavam de maneira geral entre os membros pesquisados, ou se eram características restritas a um grupo menor no conjunto dessas pessoas, fez-se uma contagem das pessoas que possuíam uma ou

outra destas características. Ou seja, quantas pessoas ou tinham ligação com igreja ou tinham vínculo político.

Refazendo os cálculos observando o comportamento dos entrevistados segundo estas duas características, descobriu-se que 9 pessoas participavam de atividades religiosas e também tinham ligação política, que 12 pessoas participavam de atividades religiosas mas não tinham ligação política, e, 7 pessoas tinham vínculo político, mas não participavam de atividades religiosas. Resultando, afinal, que 28 pessoas (90,3%) participavam de atividades religiosas e/ou tinham vínculo político, o que reforça a suposição de que estas sejam características determinantes na percepção destas pessoas quanto ao conceito de comunidade e na sua forma de atuação.

3 DISCUSSÃO DE TEMAS SUSCITADOS NA PESQUISA

Após se conhecer a realidade das comunidades de bairro pesquisadas em Pinhais percebeu-se que surgia a necessidade de avançar a discussão para temas mais contemporâneos como território, capital social, vínculo social, protagonismo e aspectos da educação ambiental. Também se fazendo presentes e exigindo alguma reflexão os temas religião e política.

Procurou-se, então, apresentar e discutir estes temas da forma em que eles se apresentavam relacionados na pesquisa. E os primeiros temas a serem aqui discutidos referem-se aos conceitos de território e de capital social, uma vez que os resultados da pesquisa fornecem elementos para uma reflexão teórica que revela nexos e semelhanças entre estes conceitos. Sendo para isso utilizadas as ideias de Ricardo Abramovay (ABRAMOVAY, 2003) e de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1998).

3.1 TERRITÓRIO E CAPITAL SOCIAL

A noção de território está conceitualmente vinculada ao tema que esteja em questão, admitindo, assim, diversidade de definições. Definições que explicitam as diferentes reflexões desenvolvidas, sejam elas de caráter político, administrativo, jurídico, econômico, cultural, social e etc.

Aos fins que se prende a presente análise é importante e suficiente ter como referência dois conceitos de território que se adequam de maneira muito apropriada à abordagem feita por Abramovay e também à realidade mostrada pela pesquisa de campo. Para a abordagem de Abramovay, que enfatiza os aspectos relativos ao desenvolvimento econômico das regiões rurais, uma definição interessante é apresentada por Marcos Aurélio Saquet:

as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. (SAQUET, 2003, p. 28 apud BORDO, 2012, p. 5).

No caso do que se pôde observar sobre as comunidades de bairro pesquisadas, e no que toca aos aspectos da dinâmica social, onde cada comunidade apresenta elementos que configurariam um território, cabem muito bem

e servem como comprovação da validade de tal raciocínio as palavras de Manuel Correia de Andrade:

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ANDRADE, 1995, p. 19 apud BORDO, 2012, p. 5).

O que se pode observar nestas definições conceituais é que, pelo menos nos casos que serão aqui analisados, os territórios possuem uma característica fundamental e comum entre eles, que é o de constituírem, cada qual, um espaço geográfico. Porém, no meio rural estes espaços normalmente não têm contornos ou limites bem definidos, podendo sua área ter uma medida calculada apenas aproximadamente pela extensão do alcance das "redes" de relações construídas pelos atores envolvidos a partir de um local determinado. Enquanto que, no caso das comunidades de bairro, o espaço geográfico vem a ser elemento primordial na sua constituição.

Como corolário, e dando talvez o sentido mais adequado que se pretende como conceito de território para a presente análise, até porque coloca as noções de espaço e de território como produtos de uma construção social, é suficiente a definição de Souza, que diz que “territórios são as relações sociais projetadas no espaço” (1995, p.87).

A noção de capital social foi formalmente explicitada por Pierre Bourdieu, que definiu o conceito como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1998, p. 248). E esta definição reconhece a capacidade potencial de formas nucleares de poder representadas pelos atores sociais coletivos (associações, entidades de classe, etc.), e que tem o seu potencial aumentado quando organizados em rede com outros atores.

O texto de Abramovay deixa claro que a noção de capital social contraria e desafia a concepção liberal que, desde Adam Smith pelo menos, enaltece a ação do indivíduo isolado e ignora ou despreza a ação do indivíduo coletivamente organizado de forma não capitalista. Apoiado em autores como Coleman e Putman, Abramovay atualiza o conceito inaugurado por Bourdieu com base nas experiências de organização de coletivos que estaria se dando nas regiões rurais do Brasil. E a

existência destas organizações e formas de atuação seriam responsáveis pela emergência de uma nova ruralidade, trazendo nova dinâmica social e econômica para as regiões rurais. Esta vertente do conceito de capital social Abramovay torna bem explícita quando diz:

A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada, e que seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, um ativo de capital que os indivíduos podem dispor. (ABRAMOVAY, 2003, p.87).

A ideia inicial básica do autor é a de que o meio rural necessita criar, e já estaria gestando, novas formas estruturais e organizacionais que deem conta de promover efetivo desenvolvimento econômico e social. Para, com isso, interromper um histórico de crescimento agrícola sem perspectivas sociais.

Embora Abramovay não tenha enfatizado este aspecto, não se pode negar que estas novas formas organizacionais e estruturais estariam sendo esboçadas dentro de um cenário determinado por uma nova conjuntura política e econômica surgida nos últimos anos, não só a nível nacional como também internacional. E estas novas estruturas e organizações são, principalmente, consequência da emergência de novos atores (saídos de governos, iniciativa privada, sociedade civil e comunidade) que, atuando de maneira coordenada, vão dar melhor aproveitamento às condições e recursos existentes na localidade. Exemplos disso, além dos Conselhos municipais, pode-se citar, de um lado, programas criados por agências de governo para serem executados com participação da sociedade civil e, de outro lado, entidades da sociedade civil organizada desenvolvendo projetos e buscando apoio junto às esferas de governo.

Neste momento já se pode elencar alguns pontos que estão presentes na linha de pensamento de Abramovay, os quais, acredita-se, se aplicam de maneira muito apropriada às comunidades de bairro:

- a) capital social como solução ao dilema da ação coletiva
- b) tomada de consciência e formação para a cidadania
- c) empoderamento da comunidade.

Na sequência serão apresentadas mais algumas considerações com relação à realidade das associações de moradores pesquisadas que mostram ser possível utilizar os conceitos de território e de capital social também no contexto das comunidades de bairro. Primeiramente, cabe citar que, do ponto de vista legal, associações de moradores são pessoas jurídicas de direito privado (devem ter estatuto e CNPJ) e, como outros tipos de associações, devem se enquadrar no que dispõem os artigos 53 a 61 do Código Civil Brasileiro¹¹. E o artigo 53 diz: "Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos". Tendo este artigo um parágrafo único que diz que não há entre os associados direitos e obrigações recíprocos.

Os estatutos das associações seguem mais ou menos um mesmo padrão, que, entre outras coisas, define sua área de abrangência e estabelece objetivos como: representar os moradores perante governos e órgãos públicos, reivindicar melhorias para o bairro, desenvolver programas sociais, assistenciais e etc. E isto revela um caráter instrumental bem definido, como, ademais, ocorre em todos os tipos de organizações sociais legalmente instituídas.

Tal caráter instrumental é responsável pela primeira característica importante observada na pesquisa. Nos bairros mais antigos, que já dispõem de boa infraestrutura urbana, também já habitados por pessoas de melhor poder aquisitivo, e que, portanto, pouco demandam dos serviços públicos, as associações de moradores estão inativas ou, em alguns casos, nem existem mais. Testemunho disso é o que se ouviu de um morador de um desses bairros, que foi um dos primeiros presidentes da associação quando este bairro se iniciou, e hoje luta com muita dificuldade para reativá-la. Disse ele: "naquele tempo o bairro precisava de muita coisa e todo mundo vinha nas reuniões, mas hoje que o bairro tem tudo e as pessoas também melhoraram de vida, ninguém mais sai de casa prá isso". Uma situação extremamente diferente, mas que também vem confirmar tal característica, vem do fato de em uma única região haver 3 associações de moradores bastante ativas. Trata-se de um grande bairro que se iniciou através de uma ocupação irregular, onde constantemente ocorrem enchentes por estar em área próxima de rio, e que ainda necessita de obras de infraestrutura e é habitada por pessoas de baixa renda.

¹¹ conforme informações disponíveis em www.jusbrasil.com.br (acessado em 30/07/2011)

O fenômeno do esvaziamento de muitas associações também é percebido por Abramovay como um problema para as organizações sociais do meio rural. E aqui, da mesma forma, se pode apontar que a causa para o esvanecimento dessas organizações seria mesmo o caráter instrumental de sua criação e justificativa de existência. Na medida em que as pessoas percebem que as finalidades para as quais uma organização foi criada foram, de alguma forma atendidas, ou que já não tem a mesma importância de antes, aos olhos dessas pessoas a organização "perde sua função" e começa a faltar o interesse participativo.

Outro aspecto importante que este fenômeno revela é o de que a existência de organizações sociais, por si só, não é garantia da existência de capital social numa determinada localidade. Pois, os muitos relatos de abandono e falta de interesse participativo (ver quadro 6, apêndice B, fazem com que esta participação fique restrita a um pequeno número de pessoas. Sendo esta a explicação para os muitos casos de pessoas que há vários anos estão à frente da associação. E esta situação seguramente enfraquece o conceito de capital social em sua potencialidade.

3.2 VÍNCULO COMUNITÁRIO COMO CAPITAL SOCIAL

Como já foi comentado anteriormente, a pesquisa constatou que entre as pessoas que participam das associações de moradores, existe um forte vínculo com sua comunidade. Com pouquíssimas exceções, o que se ouviu foi que as pessoas entrevistadas gostam do lugar e não pensam em mudar, que possuem parentes e/ou compadres e comadres na comunidade e, também, que dão preferência ao comércio local.

Com relação ao porquê de utilizar o comércio local, o conjunto de motivos citados indica que o vínculo se dá por questões como amizade e confiança, importantes elementos para formação de capital social. Mas também por haver nesse vínculo elementos característicos da existência de "redes" de atores, com esses vínculos tipificados pela consciência da necessidade de fortalecer o comércio local por dar emprego a pessoas da região, e, principalmente por relações e parcerias comerciais. Esse vínculo de natureza comercial é exemplificado pelo caso de uma presidenta de associação que também possui um pequeno comércio no bairro e que disse que comprava dos comerciantes do bairro porque estes também

compravam no seu comércio. E o outro caso é o de uma presidenta também, que disse prestigiar o comércio do bairro porque esses comerciantes apoiavam e patrocinavam a associação nos seus eventos.

Ao contrário da vida que se leva nos bairros centrais, que gira mais em função do que está distante do que o que está próximo, numa realidade que conecta o indivíduo ao global mas desconecta-o e desvincula-o do local, e em que, nessa abstração, celebra-se "o desfrute da falta de vínculo como se fora liberdade" (SCHORLEMMER, 1993, p.1 apud BECK., 2003, p. 5), a vida nos bairros de periferia propicia um vínculo do indivíduo ao seu local de moradia, a uma região, a um território. E esse vínculo, ao estabelecer relações sociais constitui capital social e determina territórios como nas definições apresentadas. E este capital social garante uma certa coesão social dentro destas comunidades, correspondendo também este capital social a uma espécie de *ethos* que caracteriza e diferencia estas regiões em relação aos grandes centros urbanos.

3.3 TOMADA DE CONSCIÊNCIA, CIDADANIA E PROTAGONISMO

Voltando brevemente à análise de Abramovay, este sustenta que o desenvolvimento rural exige mais do que simplesmente promover o desenvolvimento de uma ou outra atividade econômica: coisa que poderia ser feita através de políticas governamentais, ou seja, de soluções de gabinete. Sustenta este autor que somente o fortalecimento do capital social do território será capaz de fazer surgir novas instituições que irão dinamizar a vida econômica e social com o consequente desenvolvimento rural. E fortalecer o capital social também tem como desafio dotar a população local de prerrogativas para que, como diz Abramovay, "sejam elas as protagonistas centrais da construção de novos territórios" (ABRAMOVAY, 2003, p.98).

A formação de capital social e territórios pressupõe, então, maior protagonismo da população local. E protagonismo, por sua vez, pressupõe a antecedência de tomada de consciência e de cidadania participativa.

Na pesquisa de campo pôde-se verificar que uma significativa parcela das pessoas que atuam em associações de moradores possuem bom discernimento da realidade política e social do país. Isso se observou mais claramente nas comunidades que apresentavam maior vulnerabilidade social: locais carentes em

infraestrutura e com maior número de demandantes dos programas sociais. Ali foram encontradas pessoas altamente politizadas, algumas das quais ligadas ou próximas a partidos políticos ainda identificados como de esquerda ou centro-esquerda, que atuavam na comunidade como promotores e incentivadores de iniciativas com o sentido da tomada de consciência e fortalecimento das noções de cidadania e protagonismo.

Dessas pessoas vieram relatos de experiências surgidas nas comunidades que não ficavam somente no caráter reivindicatório, mas demonstravam alto grau de organização comunitária, como, por exemplo, mutirões para coleta de lixo das ruas e limpeza do rio, trabalhos cooperativos e de economia solidária, participação de moradores nos conselhos municipais, e, até, elaboração e apresentação ao prefeito de projeto socioeducativo. É importante observar neste momento, que isso tudo é indicativo de que na realidade social brasileira existem muitos processos de protagonismo da população que merecem ser melhor conhecidos e avaliados.

É revelador da consciência do potencial de uma comunidade organizada a frase de um entrevistado que participava de uma associação de moradores bastante atuante: "uma associação tem mais força que um vereador".

Lembrando, enfim, que protagonismo está sendo utilizado aqui como conceito do tipo ideal no sentido weberiano. Entretanto, ao se atentar que esse termo só é corretamente empregado quando se refere a uma ação legal e/ou socialmente aceitável, como a sociedade espera sejam as ações de um cidadão, então, pode-se definir o protagonismo como sendo um exercício de cidadania visando fins determinados.

Por tudo que aqui foi destacado, pode-se constatar a existência de certas semelhanças ou proximidades entre a realidade das organizações sociais do meio rural, conforme a análise de Abramovay, e a realidade das associações de moradores investigadas em Pinhais. E essas semelhanças, até certo ponto, são inevitáveis uma vez que refletem práticas de indivíduos que se organizam coletivamente visando objetivos comuns, num mesmo país, com um mesmo passado histórico e sob um mesmo arcabouço jurídico.

Posto que o que é semelhante pode ser reunido num mesmo conjunto; juntas, estas realidades irão demonstrar que na base da sociedade brasileira existe um quadro social vivo, dinâmico e nem um pouco apático. Embora se possa argumentar que haja ainda um longo caminho a ser percorrido, principalmente

quanto aos aspectos de organização, representatividade, capacidade de mobilização e força política, as experiências protagonizadas por estas organizações sociais já constituem forte indicativo do potencial destas enquanto promotoras de conscientização e formação de cidadãos para a ação coletiva.

Ao se acrescentar a este quadro as experiências bem sucedidas em termos de organização e protagonismo de movimentos como o do MST, no meio rural, ou dos catadores de materiais recicláveis, no meio urbano, pode-se ver mais nitidamente o importante papel político que as organizações sociais desempenham também em prol da cidadania e da democracia num aspecto mais amplo. Isto no sentido de que essas organizações, trazendo bem desenvolvidas as noções de capital social, território, redes sociais e protagonismo, ao, por exemplo, apresentar projetos, fiscalizar e cobrar dos governos a aplicação de dispositivos legais e preceitos constitucionais, não estão só lutando em benefício dos segmentos envolvidos. Além de contribuir para o correto funcionamento das instituições e o aumento da eficiência do estado, a sua atuação tem um alcance que beneficia todo o conjunto da sociedade. Por exemplo, organizados entre si e compondo redes com outros movimentos os assentamentos rurais se fortalecem, se viabilizam economicamente e ajudam no desenvolvimento de toda a região onde estão estabelecidos.

3.4 VÍNCULO SOCIAL, RELIGIÃO E POLÍTICA

Num bairro de formação mais recente, sendo boa parte dele originado a partir de ocupações irregulares, e também onde ainda se verificam várias necessidades em termos de infraestrutura urbana, foi localizada uma das mais atuantes associações de moradores de Pinhais. Na conversa com o seu presidente, verificou-se que essa associação possuía algumas particularidades, o que também acabou fazendo com que essa entrevista fosse a que demandasse mais tempo. As particularidades começam com o próprio presidente, uma pessoa de 43 anos, que ainda novo deixou a vida no campo no estado de Santa Catarina em busca de melhores condições de vida. Esta pessoa demonstrou possuir grande vínculo com sua comunidade e também grande dedicação à associação. Durante a entrevista, apontando para a casa em que morava com a família – uma casa simples e precisando de melhorias - com um leve sorriso esse presidente dizia cuidar mais da

associação do que da sua casa. Certamente havia ali algum exagero, uma força de expressão utilizada para indicar o alto grau de dedicação aos interesses da sua comunidade.

Embora este pudesse ser considerado o caso mais extremado de dedicação a uma associação de moradores, ele não foi o único. Principalmente entre os presidentes das associações, que são efetivamente os cabeças e maiores entusiastas da causa comunitária, ouviram-se muitas histórias de dedicação à comunidade e de preocupação com o próximo. Antes de se refletir sobre o que motiva essas pessoas – as visões, sentimentos ou valores preponderantes – é importante destacar nesse momento que fica claro nessas práticas uma importante ligação com a comunidade. O que significa dizer que a vida dessas pessoas, o seu dia-a-dia, está vinculado ao seu bairro, ou à sua vila, e aos moradores do lugar. Então, conceitualmente falando, acredita-se que esteja presente nessa realidade social, a categoria vínculo social.

Esse caso de grande dedicação à associação confessada por aquele entrevistado, também serve para já chamar à discussão a questão da intensidade deste vínculo com a comunidade. Durante as entrevistas para a pesquisa pode-se verificar que, dentre as pessoas que participam de associações de moradores, existem desde os idealistas mais dedicados, como esse presidente citado, até pessoas que estão participando simplesmente pela amizade ou algum outro tipo de compromisso com a pessoa que organizou a chapa, que, via de regra são os presidentes das associações, situação em que sua dedicação aos assuntos da comunidade é mínima. Assim, pode-se constatar que o engajamento maior é, efetivamente, do presidente da associação, que muitas vezes deixa seus interesses particulares em segundo plano para se dedicar à associação.

A respeito dessa força ou intensidade dos vínculos que ligam os indivíduos à coletividade no atual estágio da modernidade, Bauman fala que, hoje, estes vínculos são como “arreios” com zíperes, tal a facilidade com que o indivíduo pode se atar ou desatar dos compromissos com o coletivo “é a facilidade com que podem ser usados pela manhã e despidos à noite (ou vice-versa)” (BAUMAN, 2001, p.194). E Bauman cita Beck, que, compartilhando sua visão de que a modernidade teria afetado fortemente os conceitos relativos a coletivos, diz ser o bairro, juntamente, com as classes sociais e a família, “instituições zumbis, que estão mortas e ainda vivas” (BAUMAN, 2001, p.12).

Os mais céticos com relação às possibilidades de permanência de propostas coletivas, como a das associações de moradores, poderiam até se dizer surpresos em saber que ainda existam pessoas engajadas no difícil trabalho de construir unidades em torno de demandas e interesses gerais de uma coletividade. E entender a imanência do conceito de comunidade nos dias de hoje está também dentre os resultados que se buscam alcançar através deste estudo.

Tanto Bauman como Beck, este com a sua percepção do bairro como uma “categoria zumbi”, refletem sobre como e em que condições o conceito de comunidade deve ser compreendido na modernidade. E Bauman fornece um elemento chave para essa compreensão ao dizer que a modernidade estaria derretendo “os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas” (BAUMAN, 2001, p.12). Sendo que esse entrelaçamento das escolhas individuais com projetos coletivos significa, aqui especificamente, o vínculo social no âmbito das comunidades de bairro - com os participantes das associações de moradores como atores de destaque nesse processo. E deve-se reforçar aqui novamente que a pesquisa identificou a existência de elos fracos (um tanto derretidos), mas também deu seguras indicações de que elos fortes entre indivíduos e a coletividade ainda subsistem em realidades sociais como as pesquisadas.

Na obra *Da divisão do trabalho social*, Durkheim produz algumas reflexões sobre a questão do vínculo social, muito embora em nenhum momento ele tenha se dedicado a estabelecer um conceito específico para este termo. Aliás, nessas reflexões de Durkheim, o termo vínculo social aparece quase que de maneira incidental, isto é, ele aparece como fenômeno resultante e indicador da solidariedade. Na verdade, a solidariedade é o objeto principal da análise deste autor, que, nesta obra, discrimina e define dois tipos de solidariedade existentes na relação histórica entre o indivíduo e a sociedade. As quais são: solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

São bastante conhecidas as características da solidariedade mecânica e da solidariedade orgânica, e, no que interessa aqui, importa rememorar apenas alguns poucos aspectos que as distinguem. Basicamente, na solidariedade mecânica há mais forte presença de valores coletivos no comportamento do indivíduo, ao passo que na solidariedade orgânica a preponderância é de valores individuais. A primeira mantém os princípios das tradições sociais desenvolvidas pelos povos primitivos, em que há grande identificação do indivíduo com o grupo e, portanto, maior semelhança

entre os indivíduos. Enquanto a segunda já estaria ligada ao processo de modernização produzido pela divisão do trabalho social, que fomenta o processo de individuação, com maior diferenciação pela especialização das atividades e conferindo mais autonomia ao indivíduo.

Esse é o modelo geral que permanece e se reproduz até hoje na relação entre indivíduo e sociedade. Apesar de a solidariedade mecânica ser hegemônica apenas nas sociedades primitivas - Durkheim chega a falar em “sociedades inferiores” (DURKHEIM, 1995, p.120) – com a solidariedade orgânica manifestando-se de maneira hegemônica nos dias atuais das sociedades modernas, isso não significa que a solidariedade mecânica tenha perecido junto com os ancestrais das sociedades modernas. Pois, pela pesquisa pode-se verificar que a solidariedade do tipo mecânica, ou por semelhança, ainda é encontrada na vida das comunidades de bairro.

E deste ponto em diante, em vez do termo solidariedade mecânica será utilizado o termo solidariedade por semelhanças para designar este tipo de solidariedade que ainda preserva traços de sua presença no mundo da vida comunitária. Considera-se essa denominação mais adequada porque o que caracteriza a vida na comunidade não são aspectos de uma certa “cultura primitiva”, mas sim, aspectos de semelhança identitária entre os indivíduos.

Tal identidade é dada, principalmente, pelo compartilhamento de um mesmo espaço físico (as ruas, os equipamentos do bairro, a paisagem), relações e laços comuns como, parentesco, compadrio, amizade e a interação social (relação de vizinhança, escola dos filhos, igreja, etc.), podendo-se incorporar aí, como consequência do sentimento de identidade, o sentimento de pertença à região. E a identidade, que segundo Hall “costura o sujeito à estrutura” (HALL, 2011, p.12), por esta propriedade constitui-se em elemento fundamental para a existência do vínculo social.

Além deste sentimento de identidade e de pertencimento à região, o que não chega a ser algo notável nem particular, os resultados da pesquisa autorizam a adotar como hipótese de trabalho a ideia de que um conjunto de três elementos constitua a força motivacional determinante do comportamento dos membros das associações no sentido da participação. E, mais importante ainda, acredita-se poderem ser estes elementos os principais responsáveis pela constituição dos vínculos que ligam estas pessoas às suas comunidades. Operando de maneira mais

ou menos integrada, esses três elementos, que são a solidariedade por semelhança, a religião e a política, produzem uma espécie de sinergia que compõe um todo; ordenado segundo a consciência de cada um, gerando o que se poderia chamar de espírito comunitário, ou mais precisamente, o vínculo social a nível da comunidade.

Voltando agora aos dois tipos de solidariedade definidos por Durkheim, pode-se entender que eles representam dois tipos de vínculos que o indivíduo pode manter com a sociedade. E ambos vínculos compulsórios ditados pela necessidade da interação, com cada uma ajustada ao tipo de sociedade a qual o indivíduo estaria obrigatoriamente ligado. Então, seriam solidariedades de caráter político, e que também revelam o *quantum* de poder de autonomia o indivíduo possui. Nas sociedades primitivas a dependência do indivíduo em relação ao grupo é maior, assim, seu poder de autonomia (individação) é menor. Ao passo que nas sociedades modernas, onde a hegemonia é da solidariedade orgânica originada pela divisão do trabalho social, o vínculo do indivíduo, a sua dependência, é com somente partes da sociedade e não com toda a sociedade, assim, seu poder de autonomia com relação ao conjunto da sociedade é maior, e, portanto seu vínculo com o todo é menor. Desta forma, o processo de individuação pode ser visto também como um medidor da força do vínculo que ata o indivíduo à sociedade. Durkheim defende que a individualidade “só pode nascer se a comunidade ocupar menos lugar em nós” e que “não podemos nos desenvolver ao mesmo tempo em sentidos tão opostos” (DURKHEIM, 1995, p.107). No limite, esta situação dicotômica colocada por Durkheim, implicaria na total extinção da comunidade pelo definhamento dos vínculos em função do progressivo desenvolvimento da individualidade.

Enfim, acreditando ter sido tratado de maneira, pelo menos, minimamente satisfatória um tema tão caro a este estudo como é a noção de vínculo social, pretende-se discorrer um pouco mais sobre a questão da solidariedade, mas não no sentido funcionalista de uma ação social protagonizada pelo indivíduo - que é mais ou menos a idéia defendida por Durkheim. A idéia é tentar situar a solidariedade na comunidade e como ela se manifesta nesse meio. Porém, já sabendo de antemão que este é um terreno extremamente difícil de ser trilhado, serão apenas indicadas algumas especificidades que a solidariedade pode adquirir no mundo da vida das comunidades de bairro.

No item 1.2 foram apresentadas considerações de alguns autores relativamente ao conceito de comunidade, e também feitas algumas reflexões com base, sobretudo, nas marcantes diferenças encontradas nas caracterizações de comunidade e de sociedade. Como resultado destas reflexões, pode-se concluir que na comunidade relações de natureza não capitalista têm mais presença. E este aspecto fundamental, que dá força à crença de que a hegemonia na comunidade seja a da solidariedade por semelhanças, pode fortalecer o argumento de que a solidariedade como relação entre os indivíduos também seja de uma natureza específica.

O que se pretende postular neste momento é que as peculiaridades já apontadas acerca da comunidade favorecem o surgimento de uma solidariedade, por assim dizer, mais altruísta. E altruísta no sentido dado por Comte, o criador deste termo, e que significa a inclinação humana de se preocupar com o outro, de se dedicar ao outro, no sentido oposto ao do egoísmo. Portanto, seria uma solidariedade diferente da que talvez pensou Durkheim ao utilizar a palavra solidariedade, pois o altruísmo não é uma ação social no sentido weberiano, mas talvez esteja mais próxima de ser uma característica inerente à natureza humana, uma “ação afirmativa da vida”, conforme refere Maturana (RODGERS, 2010, p.35), e onde estão amalgamados valores e sentimentos como caridade, empatia, amor ao próximo, consideração, respeito, religiosidade, etc.

Acredita-se, enfim, ser possível argumentar que se reafirmam as diferenças entre sociedade e comunidade também na questão da solidariedade. Enquanto na sociedade essa solidariedade pode ter seu aspecto político, uma autêntica ação social no sentido weberiano, ainda que, obviamente, se façam presentes os mesmos valores e sentimentos, na comunidade estaria mais presente a solidariedade do tipo altruísta, no sentido dado por Augusto Comte.

3.5 RELIGIÃO

Como já fora comentado em páginas anteriores, o tema religião emerge naturalmente durante as entrevistas realizadas para a pesquisa. Quer se chamar atenção para o fato de que essa naturalidade com que os aspectos relativos à religião surgem já deve ser visto como seguro indicativo da importância desse tema na atividade comunitária de grande parte das pessoas que fazem parte deste

universo. Pois, como se pode ver na tabela 17 do apêndice B, 88% dos entrevistados participavam ativamente das atividades da sua igreja ou, pelo menos, tinham o hábito de frequentar missas ou cultos. Com isto também estando a indicar a necessidade de uma análise mais acurada sobre esta questão.

Procurando analisar mais detidamente esta questão, o que também se impõe em face da própria complexidade do tema, foram consultados alguns aportes teóricos disponíveis nas ciências sociais relativamente à religião. O resultado desta consulta foi ter encontrado em Durkheim as reflexões que mais atendiam as necessidades de entendimento das questões que permanecem relativamente à religião, e que podem ajudar a compreender sua importância no contexto pesquisado. Isto posto, se aproveita para deixar claro neste momento que não se considera necessário ir sempre buscar na realidade das comunidades pesquisadas os motivos e as justificativas do pensamento religioso, pois, sendo a religião uma questão universal, ao se analisar o geral contempla-se o particular.

Na introdução do livro *As formas elementares da vida religiosa*, Durkheim diz que entender a natureza religiosa do homem é "revelar um aspecto essencial e permanente da humanidade" (DURKHEIM, 2003, p. VI). E essa essencialidade e permanência revelam a importância que a religião teve e, provavelmente, continuará tendo na vida dos indivíduos até que, pelo menos em tese, se resolvam todos os enigmas e mistérios da existência humana. E essa talvez seja a questão central da religião: o conhecimento do homem em relação a si mesmo e aos outros. A condição humana impõe ao homem o conhecimento como uma necessidade vital. Pode-se até supor que a noção de deus esteja entre as primeiras abstrações cognitivas produzidas pelo ser humano em busca de respostas às questões que ele se colocava, e que ainda hoje se coloca. Como exemplo da permanência desta questão, pode-se citar que o cantor e compositor Raul Seixas (1945-1989), no início de uma de suas músicas repete por três vezes a seguinte frase: Deus é aquilo que me falta para compreender o que eu ainda não compreendo. Por todos os sentidos que se busque interpretar esta frase, estará sempre presente a questão da compreensão, ou do conhecimento, de si e do mundo.

Elementos dessa ordem, que vinculam a religião ao processo de conhecimento e compreensão de si e da realidade que cerca o indivíduo enquanto um ser vivente, compõem o que Durkheim define como categorias do entendimento

e que estariam originalmente ligadas ao pensamento religioso, conforme expresso nas suas palavras:

As noções básicas e elementares da vida que são comuns a todos os indivíduos e quase inseparáveis do funcionamento normal do espírito, e que constituem a ossatura da inteligência, são produtos do pensamento religioso, nasceram na religião e da religião. (DURKHEIM, 2003, p. XVI).

Mantendo o foco ainda no plano do indivíduo, pode-se argumentar, com base no que foi visto, que a religião representa um aspecto da racionalidade humana, descontados evidentemente os casos patológicos de fanatismo religioso.

Ainda que a fé, enquanto signifique crença incondicional tenha seu aspecto não racional, e o teólogo medieval canonizado como Santo Agostinho dizia que a fé é o sacrifício do intelecto, a religião pode significar outra coisa. Religião também tem uma face que representa a racionalização da fé: o próprio Agostinho é considerado um dos que mais se dedicaram ao processo de racionalização da fé dentro do catolicismo. Assim, ressaltados novamente os casos extremados de devoção religiosa, só pode ser fruto de preconceito e incompreensão enxergar o religioso como um ser vulnerabilizado por um sistema de crenças, um debilitado intelectual, alguém que sofreu um estiolamento de suas faculdades mentais pelo apego cego a uma ordem de coisas. Ou, como diz o humanista Bauman referindo-se à religião:

A religião, longe de ser o esteio do preconceito humano e o carcereiro da mente humana, fornece o melhor paradigma desta legitimidade moral inquestionável, sendo exercida como deveria ser, harmonizando os meios humanos com os fins humanos. (BAUMAN, 1977, p. 36).

Vê-se, assim, que a religião fornece um conjunto de preceitos morais para a conduta do indivíduo: pecados religiosos são em muitos casos pecados sociais, como, matar e roubar. Sobre a importância da religião no seu aspecto individual e social Floriani afirma: “A religião é um domínio que regula o funcionamento ético dos indivíduos e dos sistemas culturais das diversas sociedades humanas” (FLORIANI, 2007, p.107).

Além deste aspecto social da religião, ela também tem sua importância no plano individual por ser capaz de fornecer um suporte existencial para o indivíduo, uma base para reflexões que amplia os limites de sua compreensão para além da dimensão material e pragmática da vida em sociedade.

Durkheim, ainda que revele uma compreensão bastante abrangente a respeito da religião, na sua visão funcionalista também a entende como uma coisa

eminentemente social. Mais que apenas um fenômeno coletivo, um fato social e, por isso mesmo, de antemão justificada. Acredita ademais que a sociedade ideal pressupõe a religião, a formas de vida religiosa. E até no que se refere à fé ele demonstra uma obsequiosa compreensão, pois enxerga nela a força motivacional que pode estimular o indivíduo para a ação.

No que se refere ainda à relação entre religião e sociedade, Bauman defende a tese de que Durkheim acredita na natureza social de Deus. E que este autor demonstra que, desde sempre e até nos períodos de maior fervor religioso, na divindade havia a sociedade simbolicamente transfigurada, “Deus nada mais era que a sociedade disfarçada, os mandamentos da sociedade revestidos de caráter sagrado” (BAUMAN, 1977, p. 31). Continuando sua argumentação, Bauman também coloca que Durkheim postula que a sociedade enquanto sociedade especificamente consiste em algo completamente distinto dos indivíduos. Ou seja, a sociedade não consiste apenas num agregado de indivíduos, ela adquire uma personalidade própria, conferindo sentido especial a valores como dever e moralidade. Por esse caráter específico e especial da sociedade, “em vez de secularizar Deus, Durkheim deificou a sociedade” (BAUMAN, 1977, p.31). E uma tentativa de secularizar Deus poderia ser, por exemplo, trazê-lo para o plano humano e racional, colocando-o como a figura que simboliza a racionalidade religiosa instituída pelo humano em sociedade.

Conquanto se tenha apresentado aqui visões positivas com relação à religião, considera-se importante agora apresentar, também sucintamente, uma linha de pensamento diferente, o que, acredita-se, servirá para sugerir novas reflexões e, também, demonstrar a complexidade deste tema. E o exemplo de uma visão bastante diferente da de Durkheim, pode ser encontrado no pensamento Freudiano.

Em seu texto O futuro de uma ilusão, no qual se propõe a fazer uma reflexão sobre a natureza da civilização (ENRIQUEZ, 1990), Freud questiona fortemente a religião. Na exposição de Enriquez é apresentado um Freud que considera a religião como uma ilusão, um misto de neurose geral e sonho, e que a religião produz uma interdição do pensamento “fora de qualquer razão” (ENRIQUEZ, 1990, p.89). Esta expressão já constitui indicativo de que o pensamento Freudiano não cede espaço a considerações que coloquem a religião como uma categoria de entendimento (que é algo racional por definição) tal como faz Durkheim.

No entanto, o que aqui se considera mais importante nesse conjunto de reflexões freudianas analisadas a partir da obra de Enriquez, e que justificam citá-lo num texto de sociologia, é um aspecto que pode parecer até certo ponto contraditório no pensamento de Freud. Segundo Enriquez, Freud argumenta que a religião não é uma necessidade intrínseca da humanidade; que ela apenas representa uma fase da evolução humana, “sendo possível que outro processo de educação venha libertar o homem da ilusão religiosa” (ENRIQUEZ, 1990, p.89). Porém, nada disso impede Freud de reconhecer a participação da religião no processo civilizador. Segundo Enriquez, para Freud a religião fornece uma origem divina às prescrições da civilização (o que o aproxima de Durkheim), e que, as idéias religiosas, ao assumirem um significativo conjunto de restrições impostas ao indivíduo, desobrigam a civilização de exercer este papel. Concluindo o aspecto que confere importância civilizacional e também social à religião, Freud cogita que, para expulsar a religião da civilização seria necessário outro sistema de doutrinas, e este com todas as características da religião. E, finalmente, ele novamente se aproxima de Durkheim ao ver na religião um fator de ordem que precisa ser conservado, e que, acaso destruído, os homens serão forçados a colocar um outro em seu lugar.

Nesses poucos parágrafos, foi apresentada de maneira bastante objetiva a importância e a função do pensamento religioso para o indivíduo e para a sociedade, apresentando-se também a particular visão Freudiana. Faltaria agora comentar algo a respeito das particularidades do pensamento religioso no âmbito da comunidade, que, como já foi verificado, constitui-se num espaço social diferenciado da sociedade.

A comunidade é o local onde idealmente se projeta a ação do indivíduo religioso, e, talvez por sua precedência histórica, a comunidade torna-se a referência para o pensamento e a prática religiosa, é o palco onde se desenrola o enredo religioso. A prática religiosa pressupõe o próximo, e o próximo está na comunidade próxima, que é o mundo da vida onde as pessoas convivem e se relacionam. Um dos significados incorporados ao termo igreja é assembléia ou reunião de pessoas.

Também Durkheim em suas reflexões refere-se à igreja como uma comunidade, uma “comunidade moral” (DURKHEIM, 2003, p. 32), concluindo que a idéia de igreja é que faz da religião uma coisa coletiva. Como confirmação da força do coletivo dentro do pensamento religioso, basta lembrar que as principais orações da tradição do cristianismo católico, são colocadas na terceira pessoa. Os pedidos e

agradecimentos não são em nome do indivíduo, mas em nome de uma coletividade, uma irmandade, uma comunidade enfim.

Voltando a atenção agora para a realidade revelada pela pesquisa, pode-se concluir que comunidades de bairro tendem a manter esta característica de ser um local favorável para manifestação de práticas relacionadas a um pensamento religioso ainda vinculado às suas origens tradicionais. Devendo-se esclarecer aqui que o termo origens tradicionais tem o mero significado dado por Bauman, que define tradição como “o sedimento ou resíduo do passado no presente” (BAUMAN, 2001, p.9). E, reforçando a intenção desse pensamento, se quer aqui postular também que nas comunidades de bairro remanescem práticas de participação religiosa, com suas repercussões sociais como maior união e solidariedade entre seus moradores. Sendo que tais práticas também têm o poder de garantir a imanência do conceito de comunidade. Ou seja, as práticas de participação religiosa contribuem para a permanência do conceito de comunidade.

3.6 POLÍTICA

A ideia da política é o poder da palavra, a força do argumento, é o poder conquistado e exercido pelo poder de convencimento das palavras, daí os termos parlamento e parlamentar. É um conceito de poder em oposição a outro tipo de poder: o poder do capital. Poder este que é fruto da desigualdade econômica e, portanto, sem legitimidade democrática.

Um dos maiores problemas para a democracia manter sua credibilidade enquanto forma de governo, sempre foi cuidar para o poder do capital ficar afastado da política. Porém, a história da civilização tem demonstrado que o poder do capital se transfigura em diversas formas de dominação que atuam sobre indivíduos e grupos, e de tal forma que a democracia real, ou seja, a democracia que se vê praticada, não tem como filtrar ou depurar completamente essa influência. Para ilustrar essa situação, vale colocar aqui uma citação que Marx faz no seu *Grundrisse* de uma frase de John Wade, em que este diz: “Capital é só outro nome para civilização” (MARX, 2011, p.485). Esta frase serve como constatação de que o desenvolvimento da civilização ocorre concomitantemente com o desenvolvimento do capital, e com o capital na condição de elemento estrutural e estruturante dessa civilização. E esta condição é dada pelo poder do capital, que só é poder conquanto

estabelece uma relação de desigualdade entre indivíduos. Assim, a civilização se desenvolve sob o primado de uma desigualdade consentida, pactuada. Muito provavelmente, é isto que Schumpeter tem como fundamento de referência quando critica o funcionamento dos sistemas democráticos no que eles têm de limitadores das prerrogativas da cidadania.

Porém, ainda que não caiba aqui tratar da questão da democracia, é mister que se faça uma pequena incursão neste tema. Pois, a democracia que se desenvolve juntamente com o capital, e que está na crítica de Schumpeter, tem suas características específicas. Em verdade, características derivadas de um princípio fundamental que é o de o cidadão não exercer diretamente o poder, mas de delegá-lo a outro que será seu representante junto ao governo constituído, e esse é o modelo básico da democracia representativa. Mesmo considerando que historicamente a democracia representativa tenha sido fundamental como opção de regime de governo para suceder aos estados absolutistas, ela nunca chegou a se realizar plenamente no que diz respeito ao seu conceito. Ao limitar o poder dos cidadãos ao direito ao sufrágio outorgante de poder, a democracia representativa permite que se desenvolva toda sorte de práticas políticas que deixam espaço e facilitam meios para o poder do capital se articular com o poder político.

Acredita-se que esta exposição tenha sido necessária para se abordar a questão da política nas comunidades pesquisadas. Pois, ainda que se considerem os avanços conquistados a partir da constituinte de 1988 para a construção de uma cidadania mais participativa, as formas e as práticas políticas tradicionais resistem e fazem com que a democracia brasileira atual se mantenha ainda muito próxima do modelo criticado por Schumpeter. E a pesquisa mostra exatamente este quadro, mas mostra também que o mundo da vida, representado pelas comunidades, pode estar ensaiando novos caminhos, ou, pelo menos, demonstrando desejo de buscar suas soluções.

Como já mencionado, verificou-se na pesquisa que as pessoas mais ligadas a questões políticas, seja por idealismo, consciência política, ou mesmo por envolvimento com políticos e partidos políticos, são, na maioria, os presidentes das associações. Dos 14 presidentes entrevistados, em 10 (71%) identificou-se alguma vinculação político-partidária. Dos outros 17 entrevistados, 6 (35%) também demonstraram ter algum vínculo político-partidário. Exemplos dos vínculos políticos encontrados são: um presidente e uma vice-presidente que ocupam cargo

comissionado na prefeitura, um que já foi vereador, alguns que já concorreram em eleições e outros ainda que têm ou já tiveram ligação com políticos ou com partidos.

Essas ligações político-partidárias já dão indicação das visões políticas que existem nesse segmento pesquisado, com os reflexos que isto tem nas comunidades e nas associações.

Tirando 2 casos de pessoas que tinham históricos de militância em partidos mais identificados com bandeiras socialistas, e que tinham uma visão mais progressista quanto às questões sociais e em termos de participação popular, o restante, ainda que vinculados a partidos ditos de esquerda ou de centro-esquerda, demonstraram ter uma visão política mais “pragmática”, ou, mais ajustadas à realidade da política tradicional ainda vigente.

Com isto significando que, no seu conjunto, ou no que tem de mais representativo, estas entidades estão integradas ao modelo de organização política tradicional. Confirmam essa impressão a própria questão da vinculação a partidos políticos institucionalizados e a presença marcante da visão assistencialista enquanto forma de atuação comunitária. O que leva a crer, enfim, que, pelo menos até este momento, não se pode ver estas entidades como uma força capaz de assumir papel mais importante como ator social. Isso se daria se elas estivessem servindo como efetivo canal de participação dos moradores – cidadãos – nos conselhos municipais e nas audiências públicas, por exemplo. Porém, a pesquisa demonstrou que a participação nos conselhos municipais é baixa (47%), se comparado ao que poderia ser e levando-se em conta que essa participação é mais significativa em apenas três conselhos (saúde, habitação e segurança alimentar), e que toda esta situação poderia ser devida às precárias condições de funcionamento e estrutura das associações. No entanto, há que se ver que a própria situação de precariedade também é reveladora da dificuldade desses coletivos até quanto à sua representatividade: a estrutura revela a cultura. O que pode ser o maior obstáculo a ser superado para elas se constituírem em forças mais atuantes e ocupando maior espaço no cenário político local.

Outro aspecto de grande importância nesse contexto, e que se depreende da análise do comportamento político geral do público pesquisado, é algo que pode parecer óbvio, mas que guarda um significado importante. A parte óbvia é a constatação de que no município reproduz-se o mesmo jogo político que ocorre nas esferas políticas estadual e federal. Ali pratica-se o mesmo modelo de disputa

política pelo poder, com apoios em troca de cargos ou favores políticos e com as mesmas decorrências indesejáveis que se observam nas outras esferas do poder público. Porém, é uma característica que pode fazer toda diferença, é que no município, a comunidade tem um espaço que não tem no plano estadual ou federal.

Mas, para além dos interesses particulares que possam haver por parte dos participantes que tem envolvimento com a política, como tentar dar início a uma carreira política, ou angariar prestígio para barganhar apoios em troca de favores dos políticos (prática muito comum), deve-se ter em mente que essas pessoas não podem ser vistas como meros aproveitadores ou oportunistas infiltrados nas comunidades. Eles também são membros da comunidade e tem o reconhecimento dela, daí possuírem legitimidade para atuar politicamente em seu nome. E neste contexto, ocorre então a vinculação institucional da comunidade com a sociedade e pela via de uma representação política mais autêntica, o que confere à comunidade uma personalidade, uma vida política. Podendo isto também ser considerado como uma espécie de ensaio político das bases da sociedade, fato que, se complementado por maior participação dos moradores nestas entidades, aumentando também a participação nos conselhos municipais, contribuiria em muito para a realização do conceito de cidadania participativa.

E este cenário imaginado poderia ser o início de uma significativa mudança na cultura política tradicional enraizada na sociedade. Com as comunidades assumindo o papel de atores políticos que lhes é facultado, a própria política estaria se transformando, e, mais importante, a partir das comunidades. O que representaria, também, uma mudança na condição do mundo da vida como colonizado pela sociedade, conforme percebia Habermas.

Pretende-se, agora, abordar um último aspecto observado na pesquisa, que se considera de grande importância enquanto revelador do quanto a comunidade se distingue da sociedade encontrando soluções próprias, e aqui especificamente, no sentido de sua organização política.

Trata-se de uma situação revelada na conversa que se seguiu à realização da pesquisa com um presidente de associação. Esse presidente é o mesmo que afirmou que cuidava mais da associação do que da sua casa. Este senhor, que se envolveu com política partidária depois de muito tempo de trabalho pela associação, era um dos que ocupavam cargo comissionado na prefeitura. Conversando sobre as dificuldades de se trabalhar com o coletivo, em um dado momento da entrevista ele

revelou que já há algum tempo eles não faziam eleição para diretoria da associação. Segundo suas próprias palavras: “Não precisa fazer eleição, eleição só atrapalha. Nós somos um grupo de pessoas que trabalha pela comunidade e quem quer ajudar entra para o grupo”.

Essa afirmação, em primeiro lugar mostra que a precariedade das associações pesquisadas não se limita à falta de estrutura física e de pessoal. Pelas conversas mantidas durante as entrevistas, já se havia constatado que muitas associações tinham dificuldade em seguir os procedimentos formais estabelecidos em estatuto e de manter em ordem toda a parte documental.

Porém, o que se verificava naquele caso era a existência de uma associação quase informal pela forma de adesão espontânea. O que se pode perceber desta realidade, e que provavelmente justificava o pensamento daquele presidente, é que por problemas de formação do bairro foram se constituindo pequenas vilas contíguas (algumas regulares e outras não), com cada uma dando origem a uma associação devido aos grandes problemas fundiários e de infraestrutura. E esta era uma associação remanescente que abrangia apenas algumas poucas quadras e, conseqüentemente, poucos moradores. Então, como eleição sempre significa alguma divisão, dividir o que já é pequeno, é um grande passo para a extinção, por isso, esse presidente e seu grupo achavam que eleição atrapalhava, no que não deixavam de ter razão.

Analisar todos os aspectos relativos às associações de moradores e seus participantes, juntamente com a realidade política e social que as envolve, obviamente, seria uma tarefa de proporções inimagináveis. Por esta razão, o que se fez até aqui foi eleger alguns aspectos observados na pesquisa e que foram considerados mais importantes ou de maior interesse para uma discussão sociológica. O caso da realidade vivida por esta associação que deixou de realizar eleições apresenta muitos pontos que poderiam ser objeto de análise e reflexão. Pelo que se considera mais interessante do ponto de vista sociológico, serão apresentadas algumas considerações a respeito do que essa solução pode significar enquanto uma atitude desviante deste grupo.

Primeiramente, e lembrando do exposto no final do parágrafo anterior, será considerado aqui que a comunidade concorda, ou, pelo menos, aceita esta solução encontrada pela diretoria, até porque, para todos os efeitos esta situação está em vigência naquela comunidade. Então, o que existe de objetivo é que esta associação

estaria irregular más, a despeito disso, continua realizando suas atividades respaldada pela comunidade e aceita enquanto representante dos moradores pelo poder público municipal. Evidentemente essa é uma situação que se mantém apenas através da política. Pois, ao que tudo indica, na comunidade não há um outro grupo ou alguma outra força política capaz de exigir eleições ou adotar alguma outra medida contra isto. Por parte do poder público, eminentemente político, uma vez que a comunidade não se opõe a esta situação, esse presidente continuará sendo visto como legítimo representante da comunidade.

Agora, por parte desse grupo e da comunidade que aceita esta situação e continua reconhecendo-os como seus representantes, ou talvez também por parte até de pessoas que não concordem com esta solução, isto não pode se constituir em elemento perturbador da coesão social, num lugar e num tempo em que todos querem conviver pacificamente. Então, acredita-se que esta atitude desviante, esta solução “alternativa” pode encontrar na teoria da anomia (MERTON, 1970) uma coerente explicação. Para Merton, soluções alternativas como esta constituem metas culturais alternativas que têm a propriedade de estabilizar os sistemas sociais. Ou seja, a “cultura política” da comunidade aceita a solução alternativa adotada, ou meta alternativa, visando manter a estabilidade social da comunidade. E esta atitude desviante também repercute Habermas e sua teoria da ação comunicativa, uma vez que essa solução representa um consenso entre indivíduos pelo diálogo. Assim, essa meta cultural, ou solução alternativa, pode ser vista como produto da racionalidade comunicativa.

3.7 PRÁTICAS EDUCATIVO-AMBIENTAIS NAS COMUNIDADES PESQUISADAS

Uma pessoa ouvida na pesquisa, uma enfermeira aposentada de 64 anos, refletindo a partir de uma questão relativa ao meio ambiente emitiu a seguinte frase: “nós não fomos educados para cuidar do meio ambiente”. Rapidamente esta frase foi anotada, pois percebeu-se que ela, ao mesmo tempo que podia estar sintetizando toda a questão da problemática ambiental, também poderia se constituir no ponto de partida de uma análise que desse conta de tratar adequadamente este tema colocado na pesquisa.

Essa pessoa, que também demonstrou ter um forte vínculo com a comunidade – costumava ir até a casa das pessoas que precisassem, gratuitamente

aplicar injeção e medir a pressão – percebia que a educação é um elemento importante na questão ambiental; e isso sem qualquer estímulo neste sentido por parte do pesquisador.

Pensando na maneira como foi construída esta frase, acaso se faça uma pequena alteração, deslocando a posição do não, ela poderia soar mais adequada e correta: “nós fomos educados para não cuidar do meio ambiente”. Seria mais adequada porque a primeira frase pode estar dissimulando um leve sofisma confortador orquestrado pelo senso comum. Desenvolvendo melhor esse raciocínio: o meio ambiente em si não precisa dos cuidados humanos, ele precisa apenas não ser agredido; e esta tem sido a prática adotada pelo humano desde o princípio. Por redução ao absurdo não poderia o agressor ser também o cuidador. Continuando nesse silogismo particular, podemos lembrar que não cuidar significa descuidar, então o sentido mais adequado da primeira frase acredita-se que deveria ser: “nós fomos educados para descuidar do meio ambiente”.

De fato, até algumas gerações, das pessoas acima dos 40 ou 50 anos, a educação recebida através de exemplos, ou seja, das práticas observadas no conjunto da sociedade era de total descuido, ou despreocupação para com o meio ambiente.

Porém, o que talvez seja mais importante perceber na frase da entrevistada, é a consciência da necessidade da educação para se enfrentar o problema da degradação ambiental.

As atividades desenvolvidas nas comunidades pelas associações de moradores pesquisadas são exemplos concretos de práticas de educação ambiental como forma de educação permanente. E todas as atividades registradas pela pesquisa podem ser assim consideradas, pois, desde as atividades festivas ou de lazer, as atividades culturais, os cursos, os mutirões e até as mobilizações de caráter político reivindicatório, todas essas atividades envolvem princípios de Educação Permanente. Um fato presente nesta realidade que se acrescenta e que vem enriquecer o conceito de Educação Permanente é que todas essas atividades são práticas sociais educativas coletivamente pensadas a partir das demandas e necessidades das comunidades.

Em termos de Educação Ambiental, os nexos existentes entre os pressupostos da Ecoformação e as atividades desenvolvidas pelas associações de moradores são facilmente percebidos. Na sequência serão destacados alguns

aspectos, a título de exemplo, que, se acredita, servirão para demonstrar que essas atividades educativo-ambientais podem ser vistas, sim, como algo que faz parte de um processo sócio-educativo-ambiental de maior dimensão.

No caso dos mutirões para plantio de árvores e de limpeza de rios, já realizados ou na fase de planos, como se viu na pesquisa, está presente um princípio fundamental da ecoformação que é o da ligação ou religação do indivíduo com a sua espécie e com o seu entorno. Nessas atividades fica clara a mensagem de que, primeiro, os próprios objetivos desta atividade já representam a ligação do indivíduo com o ambiente (por ir ao ambiente plantar árvores ou recolher lixo). Em segundo lugar, a necessária percepção de que este trabalho só trará efetivo resultado se for realizado por um grupo de pessoas trabalhando em conjunto (ligação com a espécie).

Um segundo aspecto que também mostra nexos entre as atividades na área de meio ambiente e os princípios da ecoformação refere-se às atividades pedagógicas ou de capacitação, que foram desenvolvidas ou estão planejadas para serem realizadas pelas associações, como: palestras sobre meio ambiente, compostagem orgânica, artesanato com recicláveis, separação do lixo, reciclagem para geração de renda, resolver problemas do esgoto doméstico. Tratam-se de atividades que levam informação qualificada aos moradores, fornecendo conhecimentos e competências para a ação, o que é outro pressuposto da ecoformação.

Nesse conjunto de atividades podem ser identificadas pelo menos duas que podem representar também qualificação para geração de trabalho e renda. As atividades que mais facilmente podem se transformar em oportunidades de trabalho seriam: o artesanato com recicláveis e o próprio trabalho com recicláveis, sem deixar de lado outras atividades como a questão da compostagem orgânica, que pode significar um estímulo para uma pessoa transformar esse conhecimento adquirido em qualificação para trabalho remunerado.

E um último aspecto que, sem maiores esforços, se pode identificar como sinal de que as atividades ensejadas a partir de preocupações ambientais, dentro das comunidades, podem ter um alcance maior na vida das pessoas é a questão da participação política. Os relatos das reuniões realizadas entre os moradores para discutir os problemas ambientais do bairro, as diversas mobilizações realizadas nas comunidades, as solicitações e gestões junto às autoridades públicas, entre outras

atividades confirmam a importância da participação social. Assim, estas práticas constituem um grande exercício de participação política e de formação para a cidadania. E formação para a cidadania no seu sentido pleno é o processo de engajamento dos membros do grupo que promove uma maior conscientização das responsabilidades individuais e coletivas, buscando a transformação sócio-ambiental.

Para finalizar, pretende-se deixar enfatizado que esses 4 aspectos citados rapidamente demonstram que as atividades executadas ou planejadas pelas comunidades, relacionadas ao meio ambiente, extrapolam a questão ambiental. Com efeito, nesta digressão pode-se constatar que, a partir de questões ambientais, oportunizam-se práticas socioeducativas que se inserem dentro de um processo mais amplo de formação, que, emprestando o sentido ontológico, aqui se poderia chamar de formação humana integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande abrangência da pesquisa em função dos temas previstos, além das questões suscitadas por ela, dão possibilidade e despertam o interesse em produzir análises mais aprofundadas e, ainda, envolvendo muitas questões. No entanto, nestas considerações finais o aprofundamento se dará apenas por um complementar das análises já produzidas sobre alguns pontos considerados de maior interesse para este estudo.

O primeiro ponto a se apresentar uma análise mais detalhada refere-se à situação de estrutura e funcionamento das associações de moradores. Já foi assinalado que a pesquisa mostrou um quadro geral de precariedade em termos de estrutura física e também de funcionamento das associações. E esse fato suscita algumas reflexões amparadas por outras reflexões situadas no campo teórico e já mencionadas neste texto. A primeira a ser utilizada para se avançar nas discussões refere-se à afirmação de Beck de que o bairro seria uma “instituição zumbi”, um morto-vivo.

Considerando as associações de moradores como entidades que representam a vida comunitária e um retrato social do bairro, as estatísticas obtidas na pesquisa, que revelam a situação precária em que a grande maioria se encontra, confirmariam o que Beck está dizendo. Porém, há que se considerar que a precarização de algumas estruturas sociais não necessariamente anuncia a obsolescência e derrocada dessas estruturas. Podendo significar este funcionamento precarizado simplesmente uma adaptação desta estrutura a uma realidade específica através de uma práxis social específica. Nesse caso, essa precarização pode significar que essas associações de moradores estariam operando hoje numa realidade mais simples, por agentes de visão mais restrita e, assim, produzindo resultados mais limitados e com uma relativa perda de representatividade e de força política. Porém, isto tudo sem alterar sua legitimidade e sem diminuir seu potencial enquanto instrumento de mobilização e participação dos cidadãos.

E esta situação de precariedade, pode ser, em boa parte, explicada por dois aspectos também já mencionados aqui, e que remetem ao conceito de racionalidade instrumental e à ideia de Habermas que vê a sociedade sempre predisposta a “colonizar” o mundo da vida.

O aspecto instrumental como sustentáculo destas entidades não é difícil de se perceber e até já foi objeto de análise. Necessidades de infraestrutura, de melhorias para a região e até problemas de regularização fundiária dos terrenos ocupados, fizeram com que durante algum tempo as associações fossem bastante valorizadas pelos moradores. Mas a partir do momento em que essas necessidades e melhorias foram acontecendo, começa a haver um esvaziamento e perda de importância da entidade, com algumas delas sendo deixadas completamente no abandono.

O outro aspecto que pode ter contribuído para essa precarização, e até para o ocaso de algumas associações, tem a ver com as leis que regulam a existência formal dessas entidades. As exigências legais impostas para a criação e o funcionamento das associações de moradores, com os cuidados burocráticos decorrentes (estatuto, atas, livros-caixa, registros em cartórios, etc.) dificultam a constituição e continuidade destas entidades. A realidade captada pela pesquisa indica que as pessoas comuns encontram grande dificuldade quando se deparam com estes aspectos legais. Pois, de maneira geral, elas não têm preparo ou não estão dispostas a se envolver com estas questões, ou, ainda, temem ser responsabilizadas no futuro por algo que fizerem ou que deixarem de fazer, e, assim, o interesse em participar destas entidades fica mais reduzido. E essas obrigações legais e burocráticas acabam também por se constituírem, mesmo que indiretamente, em fatores de desestímulo para uma maior organização da comunidade e a consequente realização de suas potencialidades. Potencialidades que poderiam significar um efetivo avanço para a obtenção por parte destas entidades do *status* de ator político enquanto canal de mobilização e de participação da comunidade nas instâncias políticas locais.

Encerrando as reflexões sobre as condições de estrutura e funcionamento das associações de moradores nessa questão das obrigações que elas têm que cumprir e que não são suas atividades fim, se quer chamar atenção que ela pode estar trazendo a reboque uma importante questão sociológica. Imposições legais e burocráticas demandadas para a existência formal das associações podem ser entendidas como uma forma de tutela do ente sociedade sobre o ente comunidade. Ou, como já citado do pensamento de Habermas, é a racionalidade econômica e burocrática do sistema penetrando as esferas do mundo da vida para as colonizar. Ficando bem caracterizados aqui as exigências legais como a racionalidade

burocrática do sistema (sociedade), as associações como uma esfera do mundo da vida, e a colonização se dando no sentido de que tais exigências normatizam e dirigem o funcionamento destas entidades segundo regras estabelecidas pela sociedade e não pelas comunidades. Assim, acredita-se que não seria demasiado exagero ver na situação de precariedade destas entidades, também um sinal, ou resultado, dos limites impostos pela sociedade para manter, na forma de uma hierarquia, o controle destas enquanto instâncias políticas. E, corroborando este raciocínio, pode-se citar novamente o caso daquela associação cujo presidente disse que não faziam eleição porque atrapalhava. Essa associação, em face disto, encontra-se na informalidade por não aceitar o que foi estabelecido pelas leis da sociedade. Embora isso possa não representar um grande fato político, mesmo porque acontecimentos futuros podem fazer com que essa associação volte a se enquadrar nos aspectos legais para, por exemplo, receber algum benefício do poder público como a doação de um terreno para construção da sua sede, esse fato é emblemático porque significa uma resistência da comunidade contra essa colonização da sociedade.

Avançando nestas considerações finais, outro ponto importante a ser destacado é que tanto nas associações que ainda têm no aspecto instrumental um importante foco de atuação por estarem em regiões que apresentam necessidades de infraestrutura e de melhorias, como também nas associações das comunidades que já tiveram grande parte dessas necessidades atendidas, se observam muitos sinais de uma vida comunitária voltada a prioridades estabelecidas pela comunidade e não por necessidades contingentes. Como já foi descrito, todas as associações, mesmo as que se encontravam inativas, realizam ou já realizaram atividades festivas, educativas, culturais, assistenciais, de lazer, e outras que não aquelas ditadas pelas necessidades materiais do bairro.

E estas atividades não foram trazidas de fora, isto é, são frutos da iniciativa da própria comunidade. Mesmo aquelas que tiveram participação de outros agentes como a prefeitura, só se realizaram porque uma coletividade, um grupo de pessoas da comunidade se empenhou para essas realizações. Agora, o que anima estas pessoas a fazerem este tipo de trabalho de maneira voluntária, sem remuneração e muitas vezes tendo aborrecimentos por causa disso, é um ponto que merece ser melhor analisado.

Os resultados da pesquisa e o que se observou nas conversas mantidas com os entrevistados permitem supor que um conjunto de elementos envolvendo principalmente a solidariedade, a política e a religião, comporiam uma base de sentimentos, interesses e valores que animam estas pessoas para as suas atividades comunitárias. Com isso tudo gerando um processo identitário que, ao final vai caracterizar a formação do vínculo do indivíduo com a sua comunidade. De forma conceitual se poderia então dizer que vínculo comunitário é um processo de identificação do indivíduo a uma comunidade dado por sentimentos, interesses e valores.

Embora seja certo que sentimentos, interesses e valores não se manifestem apenas na comunidade, no mundo da vida, mas também na sociedade, até porque, como diz Durkheim, “a comunidade está dentro da sociedade, assim como a sociedade também se faz presente na comunidade” (DURKHEIM, 1995, p.150). Dentre estes elementos, porém, existe um que tem na comunidade o campo apropriado para sua manifestação e isto ficou evidenciado na pesquisa. Trata-se da religião, que, como já mencionado anteriormente, tem na comunidade a referência para a sua prática, o local onde idealmente se desenvolve a atuação do ser religioso. Lembrando também que, como já fora demonstrado, religião não se resume a um sistema de crenças em divindades e coisas de natureza mística. Mas, constitui uma espécie de racionalidade que contempla valores humanísticos e de sociabilidade como fraternidade e solidariedade, os quais dão a noção de união de pessoas, reunião de grupos em igrejas, uma coletividade enfim.

Também já foi visto aqui que muito do que caracteriza a comunidade está naquilo que a diferencia da sociedade. Na questão da religião isso também ocorre, pois a sociedade é necessariamente laica, sendo até permitido pensar aqui que o Direito, enquanto sistema de doutrinas a ser seguido por todos lhe faça as vezes da religião. Enquanto a comunidade se permite ser ecumenicamente religiosa.

Os principais elementos do mundo terreno na religião como a família e o próximo, são mais percebidos na comunidade. A desestruturação familiar é registrada e regulada pela sociedade, mas na comunidade permanecem as relações familiares autênticas independentemente de aspectos legais. Na comunidade, o próximo é o vizinho amigo, na sociedade o próximo é um potencial concorrente. Na sociedade há o desfilar do efêmero, da mudança e o desejo do novo; nada é definitivo, nem no Direito. Na comunidade se observa que algo de definitivo

remanesce nas tradições do mundo da vida, e capturar o definitivo é uma tentativa do pensamento religioso. E as igrejas podem ser importantes para o conceito de comunidade na medida em que estão presentes nas vilas e nos bairros, suas atuações se dão junto ao coletivo, aproximam as pessoas e fortalecem o vínculo social.

Procurando agora fazer algumas reflexões complementares a respeito de cidadania, envolvendo também o meio ambiente, pretende-se partir do que foi apresentado na introdução como um cenário de novos desafios colocados à cidadania pela modernidade. Embora se saiba que se está trabalhando sobre interpretações da realidade e não sobre fatos sociais definidos, acredita-se que poucos duvidariam que a modernidade traz consigo um quadro de grande complexidade em termos de análise social para compreensão da realidade atual e, principalmente, para se tentar antever os rumos que serão determinados pelas transformações que estão ocorrendo.

Não obstante porém, usando o respaldo das reflexões de Beck e de Bauman, se quer aqui avançar nas considerações de que o conceito de cidadania estaria hoje sofrendo um efetivo esvaziamento do seu conteúdo político. Pode-se começar argumentando que esse esvaziamento seja uma consequência das transformações comandadas pelos mesmos interesses que, na visão de Bauman, dissimulam e obscurecem as relações de poder existentes na sociedade atual: o poder na modernidade se desterritorializou, está inacessível - não há torres de controle que possam ser tomadas de assalto - e, como diz este autor, “o poder pode se mover com a velocidade do sinal eletrônico” (BAUMAN, 2001, p.18). E não parece despropositado admitir que tal poder, que têm na mídia uma importante ferramenta, também tente estender seus domínios ao conceito de cidadania, haja vista que a noção clássica de cidadania pode não ser compatível com as formas menos claras que esse poder estaria assumindo hoje.

Para não adentrar em discussões sobre formas de poder na modernidade, e acreditando que o referencial teórico mobilizado dá conta de analisar o que pode estar ocorrendo hoje com o conceito de cidadania, primeiro se quer relembrar o que já se citou de Giddens sobre estarmos vivendo um período no qual as consequências da modernidade estão mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Sendo necessário neste momento também resgatar o que já foi citado de Schumpeter e Macpherson, cujas reflexões feitas por ambos sobre o funcionamento

dos sistemas democráticos levaram o segundo a concluir que se vive hoje uma “democracia de mercado”; uma democracia que reserva ao cidadão somente o papel de eleitor. Então, acredita-se ser agora possível concluir que esta nova forma de “assédio” sobre o conceito de cidadania nada mais é do que a radicalização dessa “democracia de mercado”. Pois, consoante a esta lógica, num processo de instrumentalização via mecanismos de mercado reforça-se o papel do cidadão como consumidor, um ator de mercado, subtraindo da cidadania seu significado político intrínseco.

Aceito este raciocínio, pode-se fazer uma analogia com o que disse John Wade sobre o capital ser só outro nome para civilização, dizendo-se que, na modernidade, mercado estaria se tornando só outro nome para sociedade. Ou, para um melhor entendimento, sociedade estaria se tornando só outro nome para mercado. Então, assim como afirmou Habermas que a sociedade coloniza o mundo da vida, o mercado agora estaria colonizando a sociedade. E mercado necessita de consumidores não de cidadãos.

Reconhecendo a possibilidade de que exista essa tendência, ou, pelo menos, de que existam elementos indicativos para isso, deve-se também reconhecer que a sociedade pode estar se tornando um espaço pouco favorável para o desenvolvimento do conceito de cidadania. Pois é na sociedade onde primeiro aparecem os reflexos do processo de modernização; modernização que pode ser simplesmente a radicalização daquilo que LuKacs denominou de ação mecanizadora e anticultural do capitalismo. Se até hoje a sociedade constituía o lugar natural para o exercício da cidadania, mesmo considerando os aspectos apontados por pensadores como Marx e Rousseau, já citados aqui, agora a comunidade pode estar se tornando um espaço privilegiado para o exercício e desenvolvimento da cidadania.

Não deixando de lembrar que todas as considerações feitas até aqui derivam da análise do empírico (a realidade registrada pela pesquisa) apoiada nos referenciais teóricos. Assim, a realidade objetiva encontra a realidade modelada pela teoria, e com o peso do olhar dos observadores. Então, justificando e encontrando um pouco de segurança nessa condição inescapável, se quer encerrar esse conjunto de reflexões colocando o que se considera de mais importante que se possa daí extrair.

Da realidade percebida com relação à sociedade atual e da realidade observada através da pesquisa com relação à comunidade, e ambas realidades analisadas com apoio no referencial teórico mobilizado, foram produzidas reflexões que conduzem a um tipo de raciocínio que coloca a comunidade numa posição central com relação à cidadania e também ao meio ambiente.

Não se pretende finalizar este trabalho deificando a comunidade, como Durkheim foi acusado de ter feito com a sociedade. Porém, especular a possibilidade de a comunidade vir a ocupar o lugar da sociedade da época de Durkheim, pelo menos no que se refere ao conceito clássico de cidadania. E isso parte do pressuposto que as transformações provocadas pelo processo de modernização atingem diretamente a sociedade. Transformações que, no limite, colocam o mercado como a força principal deste contexto e, neste novo cenário, o conceito de cidadania já pode estar redefinido. O cidadão deixaria de ser um ator social e, confortavelmente sendo instalado no papel de ator de mercado; um consumidor, numa realidade comandada por mecanismos dos quais ele pouco ou nada sabe.

Já conforme se pode verificar pela pesquisa, a comunidade pode estar ensaiando um novo papel, ou pelo menos já demonstra potencial para isso. Visibilizadas na ação de atores como os participantes de associações de moradores representados na pesquisa, as muitas atividades realizadas pelas associações dão mostras de uma vida social comunitária que não deve ser menosprezada.

Ainda que sejam grandes as limitações existentes neste espaço quanto à organização e participação das pessoas, o que poderia transformar as associações em importante instância política da comunidade, acredita-se não ser exagero ver que ali a cidadania está em estado de latência na sua vontade de empoderamento, ao contrário do que ocorre na sociedade onde esta vontade parece estar sendo desmontada.

O que se acabou de afirmar, com base na realidade verificada nos bairros de Pinhais, ganha maior robustez quando se tem olhos para o que vem acontecendo em outros locais. Percebe-se que já há algum tempo os noticiários televisivos de Curitiba estão dando maior cobertura aos assuntos relativos ao dia-a-dia das pessoas e às coisas que ocorrem nas vilas e nos bairros. Se se fizer uma pesquisa nos arquivos de algumas emissoras, se vai encontrar uma grande quantidade de matérias que mostram moradores nos seus bairros se organizando e se mobilizando

por motivos dos mais diversos. São motivos que vão da violência, segurança, saúde, trânsito, necessidades de infraestrutura e também assuntos relativos ao meio ambiente. E não são mobilizações apenas para reivindicar alguma ação do poder público, ou mobilizações incentivadas por alguma organização. Poder-se-á ver que muitas destas mobilizações nascem na própria comunidade e visam fazer algo de efetivo em prol da coletividade.

Porém, ainda que esparsas, de pouca visibilidade e restritas geograficamente, estas mobilizações não deixam de ser fatos sociais, e que mostram que, contrariando Beck, a comunidade não é um “morto-vivo”, mas uma categoria substantiva com capacidade de se reinventar. Com essa reinvenção da comunidade podendo significar a emergência do novo ambiente político sugerido por Hans Enzensberger, já citado no início deste texto. Nesse novo ambiente, onde necessariamente deverão estar incluídos os movimentos sociais, reside a possibilidade de um novo espaço para o desenvolvimento da cidadania, o que, implicará também no desenvolvimento de uma maior consciência ambiental.

Como se pode verificar ao longo desta pesquisa, partiu-se da análise de alguns elementos constitutivos e organizacionais das associações comunitárias de bairro em Pinhais, a fim de localizar o perfil de cada um dos entrevistados inseridos no processo de participação social. Tratando, assim, de buscar uma relação estreita entre os atributos de formação social e política dos sujeitos e os diferentes tipos de participação comunitária.

O conjunto de variáveis identificadas, tanto na definição do perfil de cada um dos entrevistados, bem como na sua tradução em práticas de participação associativa e comunitária, conferem a essa pesquisa um resultado diferente daquele que tratasse apenas de inferir conclusões a partir das teorias que abordam as categorias sociológicas que serviram de guia para esse estudo. Neste sentido, a relação entre teoria e empiria que se buscou estabelecer ao longo do processo de pesquisa serviu também para avaliar em que medida os modelos analíticos podem ser úteis e necessários quando contextualizados nos processos históricos e sociais dos quais emergem as relações sociais a serem investigadas e interpretadas. O que serviu para demonstrar sua importância na história da construção dos conceitos

Dessa maneira, buscou-se respostas para algumas questões lançadas no início do processo de pesquisa. Questões que permitissem identificar e relacionar alguns fenômenos da esfera social e das disposições e atributos dos sujeitos que

tornassem visíveis suas práticas de intervenção e participação comunitária. Isso na perspectiva da construção de estratégias de cidadania, pelo grau de tomada de consciência de sua condição de sujeitos capazes de ações comunitárias voltadas para um conjunto de questões sociais e também ambientais.

O debate no interior das teorias sobre comunidade e sociedade, capital social, reflexividade, racionalidade na modernidade, desenvolvimento sustentável, racionalidade ambiental e ecoformação serviu para tensionar uma realidade local que não é mera extensão das condições gerais constitutivas do sistema social capitalista ocidental de matriz europeia.

Por exemplo, a ideia de comunidade serviu para demonstrar que a ação comunitária dos sujeitos pesquisados permitiu-lhes estabelecer mediações significativas entre as esferas individuais e públicas. E que neste contexto vale mais o sentido indicado pela categoria de capital social aplicável para as práticas de caráter coletivo, do que o sentido de cidadania mais comprometido com uma visão liberal da esfera privada do indivíduo dentro do conceito de sociedade civil como apontado por Marx. Contudo, a esfera pública não se confunde simplesmente com o estado (sociedade política), mas com as instâncias de mediação que o sentido de participação e organização política das associações acaba por desenvolver na sua relação com as demais esferas da sociedade. Ou seja, de sua relação com instâncias políticas (conselhos, partidos políticos e representantes) e também religiosas (participação em igrejas).

O debate sobre os significados dos conceitos comunidade e sociedade serviu para indicar que os sujeitos se identificam com suas identidades pertencentes ao local e ao território no qual exercem suas ações e investem suas subjetividades. E que, por conta da trama que desenvolvem em forma de rede (vínculos), transitam pelo mundo da vida mais do que apenas por relações impessoais próprias do sistema da organização das sociedades modernas, conforme indicado por Habermas.

As dinâmicas de reprodução das ações comunitárias permitiram identificar um conjunto de atividades desenvolvidas pelo coletivo de associações visando o encaminhamento de uma pauta de questões de interesse dos bairros que contemplam também questões de meio ambiente. Conforme indicado pela pesquisa, a maioria dos entrevistados (55%) acredita na necessidade, e na possibilidade, de realizar projetos ambientais na comunidade. Outra parcela importante (48%) veem

como necessário realizar ações de educação ambiental e de conscientização dos moradores.

Verifica-se, enfim, que o elevado grau de participação comunitária dos componentes das associações produziu um efeito interessante na forma de fazer valer seu capital social, que, em grande medida pode ser indicado como responsável por ações políticas na perspectiva daquilo que a pesquisa pretende identificar. Ou seja, verificam-se com certa efetividade fortes indícios de construção de práticas coletivas cidadãs, tendentes também a produzir a ampliação de uma consciência ambiental.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J. A. (Orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BAUMAN, Z. **Por uma sociologia crítica**: um ensaio sobre senso comum e emancipação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, U. et al. (organizadores). **Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. **La individualización**: el individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas. Barcelona-Espanha: Paidós, 2003.

_____. **De la sociedad industrial a la sociedad del riesgo**. Madrid-Espanha: Editora SIGLO, 2006.

BECKER, H. S. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é - o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

BORDO, A. A. **As diferentes abordagens do conceito de território**. Disponível em: <www.fesfsus.net.br/guiadotrabalhador/As%20Diferentes%20Abordagens%20do%20Conceito%20de%20Territ%C3%B3rio.PDF>. Acesso em: 15 fev. 2012.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In; NOGUEIRA, M. A. & CATANI, A. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERVI, Emerson U. Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitivistas. In: Org. BOURGUIGNON, J. A. **Pesquisa Social**: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa-PR. Toda palavra, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

COSTA, H. S. M.; BRAGA, T. M.; Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento urbano e ambiental. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ENRIQUEZ, E. **Da horda ao estado**: Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FLORIANI, D. Diálogo de Saberes: uma perspectiva socioambiental. In: **Encontros e Caminhos**: formação de educadores ambientais, vol. 2. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

GADOTTI, M. Pedagogia da práxis. In: **Encontros e Caminhos**: formação de educadores ambientais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____. **Pedagogia da Terra**. 4. ed. São Paulo-SP: Editora Peirópolis, 2000.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GONH, M. G. Comunidade: origens, ressignificações e articulações com o poder local no século XXI. In: COSTA, L.C.; SOUZA, M. A. (Orgs.). **Sociedade e cidadania**: desafios para o século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2005.

GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. da. **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. 2. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.

HABERMAS, J.. **Teoria de La acción comunicativa**: complementos Y estudios previos. Madrid-Espanha: Editora Cátedra, 1989.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBS, T. **Diálogo entre um filósofo e um jurista**. São Paulo: Landy, 2001.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Labor, 1976.

IPARDES. **Projeto governança urbana**: estudo sobre Conselhos Municipais da RMC. Curitiba: IPARDES, 2004.

JACOBI, P. Participação. In: **Encontros e Caminhos**: formação de educadores ambientais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

KNECHTEL, M. do R. **Educação Permanente**: da reunificação alemã a reflexões e práticas no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUKÁCS, G. Determinações para a crítica particular da sociologia. In: NETO, J.P. **Lukács**. São Paulo: Ática, 1992.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MARX, K. **A questão Judaica**. 2. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. **Conceito Marxista do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAUSS, M. **Ensaio de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MENDONÇA, F. Sistema Ambiental Urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade. In: MENDONÇA, F. (org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Autores Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro et al. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

MERTON, R. K. **Sociologia**: Teoria e Estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MORIN, E. **O método 1**: a natureza da natureza. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORETTI, R. de S. Transformações em curso nas cidades brasileiras e seus impactos na qualidade da água no meio urbano. In: MENDONÇA, F. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Autores Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro et al. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

PACKER, L. A. **Como funciona o capitalismo “verde”**: mecanismos jurídicos e financeiros preparam o Brasil para um novo modelo de acumulação. Disponível em: <<http://www.terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/07/regula%C3%A7%C3%A3o-nacional-para-nova-fase-de-acumula%C3%A7%C3%A3o-papel-do-estado-1.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2012.

REESE-SCHAFER, W. **Compreender Habermas**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

RODGERS, J. **Algo além da grandeza**: conversas com o cientista Humberto Maturana e a yoguini Dadi Janki. São Paulo: Integrare Editora, 2010.

SILVA, A. T. R. Ecoformação: reflexões para uma pedagogia ambiental. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente** n. 18. p.95-104, jan/jul. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

SORJ, B. **A Nova Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CORRÊA, R. L. et al (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA SANTOS, B. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

TÖNNIES, F. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires-Argentina: Losada, 1947.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIOLA, E. J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDEMBERG, M (Org.). **Ecologia, Ciência e Política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

WEBER, M. A ciência como vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**, São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNB, 1981.

_____. **Metodologia das ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: editora da Unicamp, 1993.

XAVIER, Aarão P. **Nos trilhos do tempo: história e memória de Pinhais**. Pinhais: Prefeitura Municipal, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo De Questionário Aplicado

Associação:_____

Entrevistado:_____ (tel:_____) data: ____/____/____

Introdução: Eu estou precisando fazer uma pesquisa para conclusão do meu curso de pós-graduação em sociologia pela UFPR. Esta pesquisa é com pessoas de Pinhais que participam de Associações de Moradores, para conhecer como funcionam as Associações e o que pensam seus membros. Você teria uns 15 minutos para responder a esta pesquisa e ajudar neste meu trabalho ?

1 – Qual a sua função na Associação de Moradores?

1 Presidente 2 Diretor 3 Suplente 4 Conselheiro 5

Outro: _____

2 – Há quanto tempo você participa desta Associação? _____ anos

3 – Esta é a primeira vez que você participa de uma Associação de Moradores?

1 sim 2 não (já teve outras experiências - na mesma ou em outras associações)

4 – O que significa para você participar de uma Associação de Moradores? O que mais?

.....

5 – Por quê você resolveu participar desta Associação? Mais algum motivo?

.....

6 – Na sua opinião, quais são as finalidades de uma Associação de Moradores?

.....

7 – Você tem algum parente morando neste bairro? (Explore: e em outros de Pinhais ?)

1 sim 2 sim (em bairro próximo) 3 sim (em bairro distante) 4 não

8 – Você tem algum compadre ou comadre morando neste bairro? (Explore: e em outros?)

1 sim 2 sim (em bairro próximo) 3 sim (em bairro distante) 4 não

9 – Há quanto tempo você mora neste bairro? ____ anos

10–Também gostaria de saber onde v. costuma fazer a compra mensal de supermercado?

1 mercado do bairro 2 mercado de bairro próximo 3 mercado distante

11 – Porque você costuma fazer a compra mensal neste supermercado?

.....
.....

12 – E com relação ao comércio que existe no bairro, eu gostaria de saber se você costuma utilizar e por quê. Ou se não costuma utilizar e por quê.

.....
.....
.....

13 - Agora quanto à Associação, eu gostaria que você dissesse se ela está atuante, se vocês têm se reunido, se têm feito atividades, etc.

.....
.....
.....

14 – Quantas pessoas estão na chapa (por sexo)? ____ homens ____ mulheres

15 – Em média, quantas pessoas participam das reuniões de diretoria?

1 mais homens 2 mais mulheres 3 meio a meio 4 só homens 5 só mulheres

16 – A associação possui sede própria, em terreno próprio?

.....

17 – Nos últimos dois anos, quais foram os eventos ou projetos desenvolvidos pela Associação?

.....
.....
.....

18 – No momento vocês estão realizando alguma atividade/projeto ou pretendem realizar?

.....
.....
.....

19 – A Associação tem representante em algum conselho municipal ou coisa parecida?

.....
.....

20 – Hoje se fala muito sobre os problemas do meio ambiente. Eu gostaria de saber a sua opinião sobre essa questão.

.....
.....
.....

21 – Pelo que você pode observar, existe algum problema ambiental aqui no bairro?

.....
.....
.....

DE 0 A 10 QUE NOTA VOCÊ DARIA PARA A SEPARAÇÃO DO LIXO QUE É FEITA NA SUA CASA: ____

22 – Entre os membros da Associação, existe alguém que se preocupa e procura discutir coisas relacionadas com o meio ambiente? Quantos? Do que se trata?

.....
.....
.....

23 – E na comunidade, procure lembrar quantas pessoas você conhece que demonstram preocupação com o meio ambiente? O que eles falam?

.....
.....

24 – A Associação já fez ou tem planos de fazer alguma ação relacionada ao meio ambiente?

.....

25 – Na sua opinião, o que a Associação poderia fazer na área do meio ambiente?

.....

26 – Você está gostando de participar da Associação, pretende continuar ou já está pensando em sair?

.....

27 – Por fim, eu gostaria de saber se você gosta de morar aqui nesse bairro, ou, se pudesse, preferiria morar em outro lugar? Onde?

.....

28 – Faixa etária: (idade: _____)

1 18 a 29 anos 2 30 a 49 anos 3 50 a 65 anos 4 mais de 65 anos

29 – Grau de instrução: (_____)

1 analfabeto 2 lê e escreve 3 primeiro grau incompleto 4 primeiro grau compl.
 5 segundo grau incompl. 6 segundo grau compl. 7 terceiro grau (compl/incompl.)

30 – Somente para efeito de classificação, você poderia me dizer sua renda mensal ? 9 = S.R.

1 1 S.M. 2 menos de 1.000 3 1.000 a 2.000 4 2.000 a 4.000 5 mais de 4.000

31 – Qual a sua profissão?

.....

LIGAÇÃO COM IGREJAS:

|

ENVOLVIMENTO POLÍTICO:

APÊNDICE B - Tabelas Com Os Resultados Da Pesquisa

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

TABELA 1 - SEXO E FAIXA ETÁRIA.

	TOTAL	%
MASCULINO	14	45%
FEMININO	17	55%
18 A 29 ANOS	0	0%
30 A 49 ANOS	16	52%
50 A 65 ANOS	10	32%
MAIS DE 65 ANOS	5	16%
IDADE MÍNIMA	33 ANOS	
IDADE MÁXIMA	83 ANOS	
IDADE MEDIANA	48 ANOS	
TOTAL DE ENTREVISTAS	31	100%

FONTE: o autor

TABELA 2 - INSTRUÇÃO E RENDA.

	TOTAL	%
1º GRAU INCOMPLETO	1	3%
1º GRAU COMPLETO	9	29%
2º GRAU INCOMPLETO	4	13%
2º GRAU COMPLETO	4	13%
3º GRAU INCOMPLETO	10	32%
3º GRAU COMPLETO	3	10%
SEM RENDIMENTO	3	10%
1 SALÁRIO MÍNIMO	3	10%
MENOS DE R\$1.000,00	15	48%
ENTRE R\$1.000,00 E R\$2.000,00	5	16%
ENTRE R\$2.000,01 E R\$4.000,00	1	3%
MAIS DE R\$4.000,00	4	13%
TOTAL	31	100%

FONTE: O Autor

TABELA 3 - PROFISSÃO.

	TOTAL	%
APOSENTADO/PENSIONISTA	10	32%
DONA DE CASA	4	13%
COMERCIANTE	2	6%
MOTORISTA	2	6%
ASSISTENTE SOCIAL	1	3%
DOMÉSTICA	1	3%
EDUCADOR SOCIAL	1	3%
ELETROTÉCNICO	1	3%
GARÇONETE	1	3%
INSPETOR DE QUALIDADE	1	3%
MECÂNICO INDUSTRIAL	1	3%
PEDREIRO	1	3%
PRESTADOR DE SERVIÇO	1	3%
PROFESSORA	1	3%
REPRESENTANTE COMERCIAL	1	3%
TÉCNICO SEGURANÇA TRAB.	1	3%
VENDEDOR	1	3%
TOTAL	31	100%

FONTE: O Autor

TABELA 4 - TEMPO DE MORADIA NO BAIRRO.

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
MENOS DE 5 ANOS	1	0	1	3%
6 A 10 ANOS	0	0	0	0%
11 A 15 ANOS	0	2	2	6%
16 A 20 ANOS	3	6	9	29%
MAIS DE 20 ANOS	10	9	19	61%
MÉDIA DE ANOS	22	22	22	-
TOTAL	14	17	31	100%

FONTE: O Autor

TABELA 5 - TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES.

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
ATÉ 2 ANOS	1	2	3	10%
3 A 5 ANOS	3	6	9	29%
6 A 10 ANOS	5	5	10	32%
11 A 15 ANOS	1	2	3	10%
MAIS DE 15 ANOS	4	2	6	19%
MÉDIA	9 ANOS	8 ANOS	8 ANOS	
TOTAL	14	17	31	100%

FONTE: O Autor

TABELA 6 - FUNÇÃO DO ENTREVISTADO NA ASSOCIAÇÃO.

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
PRESIDENTE	8	6	14	45%
VICE-PRESIDENTE	1	0	1	3%
DIRETOR	3	4	7	23%
SECRETÁRIO	2	3	5	16%
TESOUREIRO	0	2	2	6%
SUPLENTES	0	2	2	6%
TOTAL	14	17	31	100%

FONTE: O Autor

TABELA 7 - SE GOSTA DE PARTICIPAR DA ASSOCIAÇÃO E PRETENDE CONTINUAR.

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
GOSTA E VAI CONTINUAR	9	12	21	68%
GOSTA MAS NÃO SABE SE CONTINUA	3	2	5	13%
GOSTA MAS NÃO PRETENDE CONTINUAR	1	3	4	16%
NÃO GOSTA E NÃO VAI CONTINUAR	1	0	1	3%
TOTAL	14	17	31	100%

FONTE: O Autor

TABELA 8 SE GOSTA DE MORAR NO BAIRRO OU PREFERIRIA MUDAR.

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
GOSTA E NÃO MUDARIA	13	16	29	94%
NÃO GOSTA, PREFERIRIA MUDAR	1	1	2	6%
TOTAL	14	17	31	100%

FONTE: O Autor

PERFIL DAS ASSOCIAÇÕES

TABELA 9 - COMPOSIÇÃO DAS DIRETORIAS DAS ASSOCIAÇÕES.

	TOTAL	%
8 MEMBROS	3	18%
9 MEMBROS	1	6%
10 MEMBROS	1	6%
11 MEMBROS	1	6%
12 MEMBROS	6	35%
13 MEMBROS	1	6%
14 MEMBROS	2	12%
16 MEMBROS	1	6%
22 MEMBROS	1	6%
TOTAL	17	100%
HOMENS	52%	
MULHERES	48%	

FONTE: O Autor

TABELA 10 - SITUAÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO.

	TOTAL	%
SEDE PRÓPRIA EM TERRENO PRÓPRIO	3	17%
SEDE PRÓPRIA EM TERRENO CEDIDO	2	12%
SEDE PRÓPRIA EM TERRENO INVADIDO	1	6%
SEDE PROVISÓRIA MAS COM TERRENO	2	12%
SEDE PROVISÓRIA E SEM TERRENO	9	53%
TOTAL	17	100%

FONTE: O Autor

TABELA 11 - SITUAÇÃO QUANTO A ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO.

	TOTAL	%
ESTÁ ATUANTE NA COMUNIDADE	12	70,6%
NÃO ESTÁ ATUANTE (INATIVA)	5	29,4%
PARTICIPA DE CONSELHOS MUNICIPAIS	8	47,1%
NÃO PARTICIPA	9	52,9%
TOTAL	17	100%

FONTE: O Autor

PERCEPÇÃO E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS E AMBIENTAIS

TABELA 12 - PERCEPÇÃO QUANTO A PROBLEMAS AMBIENTAIS NO BAIRRO.

	TOTAL *	%
NÃO HÁ PROBLEMAS/ NÃO SOUBE DIZER	7	23%
LIXO NO RIO / ASSOAREAMENTO / ENCHENTES	18	58%
FALTA EDUCAÇÃO AMBIENTAL / CONSCIENTIZAÇÃO	4	13%
PROBLEMAS COM O ESGOTO / POLUIÇÃO DO RIO	8	26%
FALTA CUIDADO E SEPARAÇÃO DO LIXO	9	29%
TOTAL	31	100%

FONTE: O Autor

* respostas múltiplas

TABELA 13 - AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE.

	TOTAL *	%
JÁ FIZERAM ALGUMA AÇÃO	4	24%
TEM PLANOS DE FAZER	7	41%
NUNCA FIZERAM NEM TEM PLANOS NO MOMENTO	6	35%
TOTAL	17	100%

FONTE: O Autor

* referente a associações

TABELA 14 - AÇÕES QUE PODERIAM SER DESENVOLVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE.

	TOTAL *	%
NÃO SOUBERAM DIZER	5	16%
EDUCAÇÃO AMBIENTAL / CONSCIENTIZAR MORADORES	15	48%
COBRAR/REIVINDICAR AÇÕES DO PODER PÚBLICO	2	6%
PROJETOS AMBIENTAIS NA COMUNIDADE	17	55%
TOTAL	31	100%

FONTE: O Autor

* respostas múltiplas

TABELA 15 - PERCEPÇÃO QUANTO À NATUREZA E FINALIDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SEGUNDO A IDADE DOS ENTREVISTADOS.

	ATÉ 50 ANOS	%	ACIMA DE 50 ANOS	%	TOTAL *	%
ALTRUISTA AUXÍLIO / ASSISTÊNCIA A MORADORES	13	68%	10	83%	23	74%
GREGÁRIO UNIR / CONGREGAR MORADORES	10	53%	7	58%	17	55%
REIVINDICATÓRIO INSTRUMENTO PARA REIVINDICAÇÕES	14	74%	5	42%	19	61%
REPRESENTATIVO REPRESENTAÇÃO FORMAL DOS MORADORES	11	58%	2	17%	13	42%
PARTICIPATIVO INSTRUMENTO POLÍTICO DA COMUNIDADE	9	47%	3	25%	12	39%
TOTAL	19	100%	12	100%	31	100%

FONTE: O Autor

* respostas múltiplas

TABELA 16 - PERCEPÇÃO QUANTO À NATUREZA E FINALIDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SEGUNDO O SEXO DOS ENTREVISTADOS.

	MASCULINO	%	FEMININO	%	TOTAL *	%
ALTRUISTA AUXÍLIO / ASSISTÊNCIA A MORADORES	9	64%	14	82%	23	74%
GREGÁRIO UNIR / CONGREGAR MORADORES	7	50%	10	59%	17	55%
REIVINDICATÓRIO INSTRUMENTO PARA REIVINDICAÇÕES	11	79%	8	47%	19	61%
REPRESENTATIVO REPRESENTAÇÃO FORMAL DOS MORADORES	7	50%	6	35%	13	42%
PARTICIPATIVO INSTRUMENTO POLÍTICO DA COMUNIDADE	11	79%	1	6%	12	39%
TOTAL	14	100%	17	100%	31	100%

FONTE: O Autor

* respostas múltiplas

PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES RELIGIOSAS E
VÍNCULOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS DOS ENTREVISTADOS

TABELA 17 - NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES RELIGIOSAS SEGUNDO O SEXO DOS ENTREVISTADOS.

	MASCULINO	%	FEMININO	%	TOTAL	%
NENHUMA PARTICIPAÇÃO	2	14%	2	12%	4	13%
FREQUENTA MISSAS OU CULTOS	4	29%	3	18%	7	23%
PARTICIPA ATIVAMENTE DE ATIVIDADES RELIGIOSAS	8	57%	12	71%	20	65%
TOTAL	14	100%	17	100%	31	100%

FONTE: O Autor

TABELA 18 - VINCULAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA SEGUNDO O SEXO DOS ENTREVISTADOS.

	MASCULINO	%	FEMININO	%	TOTAL	%
SEM VÍNCULO POLÍTICO-PARTIDÁRIO	5	36%	10	59%	15	48%
COM VÍNCULO POLÍTICO-PARTIDÁRIO	9	64%	7	41%	16	52%
TOTAL	14	100%	17	100%	31	100%

FONTE: O Autor

QUADRO 1 - EVENTOS OU PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS ASSOCIAÇÕES NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS.

<u>LAZER / DIVERSÃO</u>	
FESTA JUNINA	FESTIVAL DE ROCK
TORNEIO DE TRUÇO	BAILES
PASSEIOS PARA A TERCEIRA IDADE	FESTAS DE NATAL
BINGOS	COMEMORAÇÃO DIA DAS MULHERES
FESTA DIA DAS CRIANÇAS	ESCOLINHA DE FUTEBOL
<u>CULTURA / EDUCAÇÃO</u>	
PROJETO CONTRA-TURNO SOCIAL	JORNAL INFORMATIVO
PROJETO CAPOEIRA PARA CRIANÇAS	AULAS DE VIOLÃO
PANFLETOS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	AULAS DE COSTURA
CURSO DE ARTESANATO	ORIENTAÇÃO P/SEPARAÇÃO DE LIXO
<u>ASSISTÊNCIA SOCIAL</u>	
BAZAR BENEFICENTE	ASSISTÊNCIA JURÍDICA P/MORADORES
ATENDIMENTO VÍTIMAS DAS ENCHENTES	PROGRAMA DO LEITE/FOME ZERO
DISTRIBUIÇÃO DE HORTIGRANJEIROS	CAMPANHA DO AGASALHO
DOAÇÃO DE ROUPAS	DISTRIB. CADEIRAS DE RODAS / MULETAS / INALADOR
<u>AÇÕES COLETIVAS</u>	
MONTAGEM DE COOPERATIVA	MUTIRÃO PARA LIMPEZA DA BEIRA DO RIO
RECOLHA DE ÓLEO VEGETAL USADO	MUTIRÃO PARA ARRUMAR ESTRADA
MOBILIZAÇÕES PARA REIVINDICAÇÕES DIVERSAS	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
PLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES	PALESTRAS PARA A COMUNIDADE
<u>(TIPOS DE REIVINDICAÇÕES)</u>	
PRAÇA / CANCHA DE ESPORTES	ANTI-PÓ / ÔNIBUS
MURO CONTENÇÃO / DRENAGEM RIO	COLÉGIO / ASFALTO / POSTO SAÚDE
CORREIO / SINALEIRO	REGULARIZ. ÁREAS DE OCUPAÇÃO
ACADEMIA AO AR LIVRE	ARRUMAR RUAS / ESGOTO

QUADRO 2 - PROJETOS EM EXECUÇÃO E A SEREM DESENVOLVIDOS PELAS ASSOCIAÇÕES.

<u>EM DESENVOLVIMENTO</u>	<u>A SEREM DESENVOLVIDOS</u>
AULA DE CAPOEIRA PARA CRIANÇAS	REFORMAR/CONCLUIR/CONSTRUIR A SEDE (6 RESP)
CURSO DE ARTESANATO	ESCOLINHA DE FUTEBOL (3 RESP.)
TIME DE FUTEBOL DA VILA	CURSOS PROFISSIONALIZANTES (4 RESP.)
AULAS DE VIOLÃO	LAZER E ATIVIDADES PARA CRIANÇAS
ATIVIDADES ESPORTIVAS	REATIVAR A ASSOCIAÇÃO
	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
	MONTAR COOPERATIVA
	ATIVIDADES ESPORTIVAS/CULTURAIS
	CONSTRUIR CANCHA DE ESPORTE
	CONSTRUIR ÁREA DE LAZER
	ATIVIDADES P/TERCEIRA IDADE
	CONSEGUIR CAPELA MORTUÁRIA
	PALESTRAS E ATIVIDADES P/JOVENS

QUADRO 3 – AÇÕES REALIZADAS E PLANOS NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE.

AÇÕES REALIZADAS	
MUTIRÃO PARA LIMPEZA DA BEIRA DO RIO (NÃO HOUVE ADESÕES)	
SOLICITAÇÕES À PREFEITURA PARA RESOLVER PROBLEMAS DE ALAGAMENTO	
INICIARAM PROJETO PARA RECICLAGEM DE ÓLEO DE COZINHA (NÃO CONTINUOU)	
RECLAMAÇÕES SOBRE VAZAMENTO DE ESGOTO NO RIO PALMITAL	
DENÚNCIA SOBRE POLUIÇÃO INDUSTRIAL NO BAIRRO	
GESTÕES JUNTO À PREFEITURA PARA DRENAGEM DOS RIOS	
REUNIÃO COM MORADORES PARA TRATAR DO PROBLEMA DAS ENCHENTES	
AÇÕES EM VISTA	
ARBORIZAÇÃO DA VILA E PLANTIO DE ÁRVORES NA BEIRA DO RIO	
ABAIXO ASSINADO PARA A PREFEITURA MANTER LIMPA A BEIRA DO RIO	
PARCERIA COM ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA AÇÕES NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE	
PALESTRAS SOBRE MEIO AMBIENTE PARA CONSCIENTIZAÇÃO DOS MORADORES (3 RESP.)	

QUADRO 4 - AÇÕES QUE PODERIAM SER DESENVOLVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO.

CONSCIENTIZAÇÃO / EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
SEPARAÇÃO DO LIXO / REUSO E RECICLAGEM	
USO RACIONAL DA ÁGUA	
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS (ARTESANATO COM RECICLÁVEIS)	
PROJETOS AMBIENTAIS NA COMUNIDADE	
PLANTIO DE ÁRVORES	
RECICLAGEM COM GERAÇÃO DE RENDA	
HORTA COMUNITÁRIA COM COMPOSTAGEM ORGÂNICA	
MUTIRÕES PARA COLETA DE LIXO E LIMPEZA DE RIOS	
RESOLVER PROBLEMAS DE ESGOTO DOMÉSTICO	

QUADRO 5 – O SIGNIFICADO DE PARTICIPAR DE UMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES.

AJUDAR A COMUNIDADE / FAZER AÇÃO SOCIAL / JÁ TIROU DINHEIRO DO BOLSO
 É MUITO IMPORTANTE SABER DAS NECESSIDADES DOS MORADORES / DIALOGAR,
 PARTICIPAR E DEBATER OS PROBLEMAS / PARTICIPAR A NÍVEL DE MUNICÍPIO. INFLUIR /
 DEFENDER INTERESSES
 UMA FORMA DE CONSEGUIR MELHORIAS PARA A COMUNIDADE JUNTO AOS
 GOVERNOS/AUTORIDADES
 AJUDAR A COMUNIDADE; AS CRIANÇAS. FAZER ASSISTÊNCIA
 GOSTA DE TRABALHAR COM CRIANÇAS / TEM PROJETO CONTRA-TURNO SOCIAL /
 AJUDAR PESSOAS MAIS VELHAS / A ASSOCIAÇÃO COMEÇOU COM SEU PROJETO DE
 CRECHE
 APRENDENDO COISAS NOVAS / É UMA EXPERIÊNCIA NOVA
 É MUITA RESPONSABILIDADE. COMANDAR, LIDERAR, RESOLVER ASSUNTOS DO BAIRRO.
 É GRATIFICANTE. GOSTA DE AJUDAR
 MELHORIAS PARA O BAIRRO
 TRABALHO VOLUNTÁRIO. FAZER SERVIÇO/TRABALHAR PELA COMUNIDADE. FAZER
 DOAÇÕES. ASSISTÊNCIA SOCIAL
 AJUDAR PESSOAS. BUSCAR MELHORIA PARA O BAIRRO
 MUITO. PODER AJUDAR ALGUÉM. BUSCAR MELHORIAS. REPRESENTAR A COMUNIDADE
 UM IDEAL. TRAZER ALGO DE BOM PARA A COMUNIDADE. UNIÃO DA COMUNIDADE
 BUSCAR MELHORIAS PARA O BAIRRO
 É DIFÍCIL MAS BOM. AJUDAR OS OUTROS (OS MAIS CARENTES)
 SIGNIFICA MUITO. CONTRIBUIR COM O BAIRRO EM MUITOS ASPECTOS
 AJUDAR OS NECESSITADOS
 FECHAR UM GRUPO. TRABALHO UNIDO. AJUDAR A VILA
 TUDO. A FORÇA DE UMA ASSOCIAÇÃO É MAIOR DO QUE A DE UM VEREADOR. A
 DIRETORIA OUVI OS MORADORES. UNIR OS MORADORES. TRABALHO EM GRUPO.
 AJUDAR OS NECESSITADOS
 SE ENVOLVER COM A COMUNIDADE. BUSCAR RESOLVER PROBLEMAS DA COMUNIDADE
 TRABALHAR JUNTO COM A COMUNIDADE. NECESSIDADE DAS PESSOAS
 TRAZER MELHORIAS PARA O BAIRRO. REIVINDICAR JUNTO AO PODER PÚBLICO
 PENSANDO NOS FILHOS E NO FUTURO DO BAIRRO
 ENVOLVER PESSOAS EM TORNO DE UM OBJETIVO. UM MEIO DE AS PESSOAS
 REIVINDICAREM MELHORIAS. PESSOAS SE REUNIREM
 UNIÃO DE AMIGOS. GRUPO DE AMIZADE. CONVIVÊNCIA (PRATICAMENTE É A SUA
 FAMÍLIA)
 AJUDAR NOS INTERESSES DA COMUNIDADE. TEM QUE TER ALGUÉM NA FRENTE
 TER OBJETIVOS. AJUDAR AS PESSOAS. FORMAR UM GRUPO UNIDO, INTEGRADO
 IDEOLOGIA. LUTAR PELA REGIÃO ONDE MORA, PARA PROPORCIONAR MELHORIAS E
 QUALIDADE DE VIDA
 O POVO NÃO ENTENDE O QUE É UMA ASSOCIAÇÃO. NÃO SABE COMO LUTAR
 SIGNIFICA MUITO. GOSTA DE LIDAR COM O POVO. ESTAR NO MEIO. PARTICIPAR DA
 COLETIVIDADE
 CONTRIBUIR, REPRESENTAR, DEFENDER DIREITOS COM CONSCIÊNCIA DOS DEVERES
 DO CIDADÃO
 COMPROMISSO COM O BAIRRO. MELHORAR A VIDA DO MORADOR. REPRESENTAR OS
 INTERESSES. SER INFORMADO DAS COISAS DA PREFEITURA.
 IMPORTANTE. CONHECER A COMUNIDADE PARA REPRESENTÁ-LA. REIVINDICAR PELO
 COLETIVO. BUSCAR ALGO PARA A COMUNIDADE. UM CANAL COM A SECRETARIA DE
 ASSIST. SOCIAL - ASSISTENCIALISMO É O FOCO

QUADRO 6 – MOTIVOS QUE LEVARAM A PARTICIPAR DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES.

A ASSOCIAÇÃO ESTAVA ABANDONADA, A ESPOSA É UMA ENTUSIASTA POR VER MUITO ABANDONO DOS BAIRROS / NECESSIDADES DOS MORADORES / PARTICIPAR DA COMUNIDADE
PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA QUE ESTAVA PARADA (A ASSOCIAÇÃO FOI CRIADA POR CAUSA DISSO) TINHA A ASSOCIAÇÃO VILA DIGNIDADE QUE ESTAVA INATIVA E ERA MUITO COMPLICADO PARA REATIVAR
GOSTA DE LIDAR COM CRIANÇAS / COM O PÚBLICO. PELO PROJETO DA CRECHE VIU A NECESSIDADE DE MORADORES CARENTES QUE NÃO TINHAM ONDE DEIXAR OS FILHOS PARA PODER TRABALHAR. UM DIA JÁ PRECISOU.
FOI CONVIDADO PELA PRESIDENTE. SE SENTIR ÚTIL (ESTAVA INCAPACITADO DEVIDO A UM ACIDENTE)
NÃO TINHA REPRESENTANTE DO BAIRRO. ALGUÉM TINHA QUE FAZER ALGUMA COISA
FOI CONVIDADA, PARA COLABORAR
É APOSENTADO. TEM TEMPO E GOSTA DE FAZER ISTO.
TRABALHAVA NUMA ONG. GOSTA DE TRABALHAR COM A COMUNIDADE.
"FALTAVA MUITA COISA. **ESTAVA "ABANDONADA"**. OS ANTIGOS DIRETORES NÃO FAZIAM NADA"
FOI CONVIDADO. **PESSOAS DESISTIRAM E ELE TEVE QUE FICAR COMO PRESIDENTE**
FOI CHAMADA. GOSTA DE TRABALHAR COM O POVO
ACOMPANHAR O MARIDO
TRABALHAVA NO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO. VIA AS NECESSIDADES DO BAIRRO E FOI CONVIDADA
É EVANGÉLICA E GOSTA DE AJUDAR
PARA MELHORAR O BAIRRO
ESTAVA ABANDONADA; MUITOS PROBLEMAS NO BAIRRO
FAZIA TRABALHO SOCIAL COM ADOLESCENTES (ESPORTE). PELA ASSOCIAÇÃO PODERIA CONTINUAR O TRABALHO
É PROFESSORA DA ESCOLA DO BAIRRO. SE ENVOLVEU COM A COMUNIDADE
A MÃE PARTICIPOU DA PRIMEIRA DIRETORIA. ENTÃO COMEÇOU A SE ENVOLVER
SE RELACIONAR COM AS PESSOAS DA COMUNIDADE
ESTAVA ENTRANDO EM DEPRESSÃO POR CAUSA DE PROBLEMAS DA FAMÍLIA.
ENCONTROU AÍ UM GRUPO MUITO BOM QUE FOI IMPORTANTE NA SUA VIDA
NÃO TINHA NINGUÉM PARA ASSUMIR (A PREFEITURA IRIA USAR A SEDE). FOI CONVIDADA
FOI CONVIDADA PELA PRESIDENTA.
A ASSOCIAÇÃO COMEÇOU POR CAUSA DAS ENCHENTES. E RESOLVEU MONTAR UM GRUPO PARA LUTAR POR MELHORIAS EM GERAL. É UM IDEAL
ERA INFORMAL - NÃO TINHA REGISTRO (AS PESSOAS SE REUNIAM). ERA PRECISO LUTAR PARA MONTAR A ASSOCIAÇÃO
FOI CONVIDADA. ANTES NÃO TINHA INTERESSE. FORMARAM UM GRUPO PARA AJUDAR O POVO. FAZER ATIVIDADES
NA ÉPOCA ERA O COM MAIOR ESCOLARIDADE. POR VOLUNTARISMO. DEFENDER A CAUSA
FALTA DE INTERESSE DA COMUNIDADE. FALTAVA GENTE.
A OUTRA ASSOCIAÇÃO ERA USADA POLITICAMENTE. RESOLVEU COM UM GRUPO CRIAR ESTA ASSOCIAÇÃO.

QUADRO 7 – PERCEPÇÃO DAS FINALIDADES DE UMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES.

AJUDAR A COMUNIDADE / FAZER AÇÃO SOCIAL / JÁ TIROU DINHEIRO DO BOLSO
 BUSCAR MELHORIAS PARA O BAIRRO EM TODOS OS ASPECTOS (ATÉ CULTURAIS)
 UMA FORMA DE CONSEGUIR MELHORIAS PARA A COMUNIDADE JUNTO AOS
 GOVERNOS/AUTORIDADES / CONSCIENTIZAR MORADORES PARA PARTICIPAÇÃO EM
 TODOS OS SENTIDOS
 ATENDER A DEMANDA DA COMUNIDADE (NAS NECESSIDADES)
 TRABALHAR COM A COMUNIDADE / INTERMEDIÁRIA ENTRE A COMUNIDADE E O
 GOVERNO
 TRAZER BENEFÍCIOS PARA O BAIRRO. COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
 CONSEGUIR MELHORIAS
 REPRESENTAR O BAIRRO NA PREFEITURA E NOS ÓRGÃOS DE GOVERNO
 LUTAR POR MELHORIAS. JÁ CONSEGUIRAM ALGUMAS COISAS
 AUXILIAR OS MAIS POBRES
 BUSCAR MELHORIAS PARA O BAIRRO E AS PESSOAS
 REPRESENTAR A COMUNIDADE
 REIVINDICAR DIREITOS PARA O POVO. REPRESENTAR
 DESCOBRIR E RESOLVER OS PROBLEMAS DO BAIRRO
 AJUDAR AS PESSOAS. CUIDAR DO CONJUNTO
 ATRAVÉS DE UM GRUPO DE PESSOAS REPRESENTAR E DEFENDER OS INTERESSES DO
 BAIRRO E FAZER TRABALHO SOCIAL
 SOCORRER OS NECESSITADOS
 TRABALHAR PELA POPULAÇÃO. BUSCAR MELHORIAS
 AJUDAR O PRÓXIMO, APOIAR O SOCIAL
 SUPORTE SOCIAL PARA A COMUNIDADE. A FORÇA DE UMA COMUNIDADE
 TRABALHO PARTICIPATIVO. NECESSIDADES DO BAIRRO. DAR FORÇA AO CONJUNTO
 PARA MELHORIAS DO BAIRRO. SER CENTRO DE LAZER. PARA OS MORADORES TEREM
 UM MEIO PARA REIVINDICAR E FAZER ATIVIDADES. SER UM CENTRO DE CONVENÇÕES
 REIVINDICAR MELHORIAS
 PARA BENEFICIAR AS PESSOAS. DIVERSÃO E CONVIVÊNCIA
 FAZER CURSOS P/ POPULAÇÃO (ARTESANATO) PARA RENDA EXTRA. CAPACITAÇÃO DE
 JOVENS
 NÃO SOUBE RESPONDER OBJETIVAMENTE, MAS SERIA NA LINHA ASSISTENCIAL
 PROPORCIONAR O BEM ESTAR DOS MORADORES (PRIORIDADE)
 TRABALHAR EM FAVOR DO POVO. PARA O POVO SABER DAS LEIS A GENTE TEM QUE
 SABER ORIENTAR - TRABALHAVA EM SINDICATO RURAL
 AJUDAR O POVO; TER UM LUGAR PARA SE REUNIR (FALOU ATÉ DA ASSOC. SERVIR PARA
 VELÓRIO)
 FORMAR UM GRUPO ORGANIZADO. DEFENDER OS INTERESSES DOS MORADORES.
 REPRESENTAR. DESENVOLVER ATIVIDADES P/COMUNIDADE
 DESENVOLVER O SENSO POLÍTICO DA COMUNIDADE. POLITIZAR. INFORMAR OS
 SERVIÇOS DA PREFEITURA. AÇÃO CONJUNTA DOS MORADORES P/ ASSISTÊNCIA.
 PROMOVER CULTURA, LAZER E ESPORTE P/ MORADORES.
 IDENTIFICAR PROBLEMAS/NECESSIDADES PARA REIVINDICAR. UM ELO ENTRE A
 COMUNIDADE E O PODER PÚBLICO (REPRESENTAÇÃO).

APÊNDICE C - Relação das Associações Pesquisadas

AMCRA - ASSOC. DOS MORADORES DO CONJUNTO ÁQUILA
ASSOC. DE MORADORES DO BAIRRO PINEVILLE
ASSOC. DE MORADORES RENATO BONILAUDI
ASSOC. DE MORADORES NOVA UNIÃO DE PINHAIS (V. PERNETA)
ASSOC. DE MORADORES E AMIGOS DA VILA JARDIM
ASSOC. DE MORADORES DA VILA TARUMÃ
AMOJAT - ASSOC. MORADORES DO JARDIM TIRADENTES
ASSOC. DOS MORADORES DO JARDIM SOL NASCENTE
ASSOC. DO CENTRO COMUNIT. DO WEISSÓPOLIS E VARGEM GRANDE
ASSOC. DOS MORADORES DAS VILAS ROSI GALVÃO E PIO XII
ASSOC. DE MORADORES DA VILA AMÉLIA
ASSOC. DE MORADORES TRÊS VILAS
ASSOC. CHÁCARA GRACIOSA
ASSOC. DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM TRIÂNGULO
ASSOC. DOS MORADORES DO MARCO ZERO DO IGUAÇU
ACOVIP - ASSOC. COMUNITÁRIA VILA PALMITAL
ASSOC. DE MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO JARDIM CLÁUDIA

ANEXOS

ANEXO A - MINAMATA

(clinicaliteraria.com.br)

Moacyr Scliar**A cidade onde os gatos dançavam (e as pessoas morriam)**

Crônica inédita, da verve do médico sanitарista, um dos autores brasileiros mais respeitados no país e exterior, apaixonado por ficção, especial para a Clínica Literária.

Minamata é uma cidadezinha igual a tantas outras no Japão: um lugar à beira-mar, pequeno, tranquilo, em que boa parte da população vivia da pesca. Nos anos cinquenta, contudo, estranhas coisas começaram a suceder ali. Em primeiro lugar, os gatos da cidade passaram a exibir um comportamento inusitado: moviam-se grotescamente, como se estivessem dançando. Alguns deles corriam para o mar, onde acabavam morrendo. Gatos dançantes? Gatos suicidas? Esquisito – e assustador. Mas, para desgraça dos habitantes, as coisas não ficaram nisso. Logo pessoas também passaram a apresentar problemas, sobretudo de incoordenação motora: muitos não conseguiam, por exemplo, calçar os sapatos.

Logo ficou claro que se tratava de uma doença. Mas que doença? Sífilis, que naquela época era (e é) bastante freqüente? Não. Aquilo era mais grave do que sífilis. E, como se veio a descobrir, não se tratava de doença causada por micróbio. A causa estava na própria cidade.

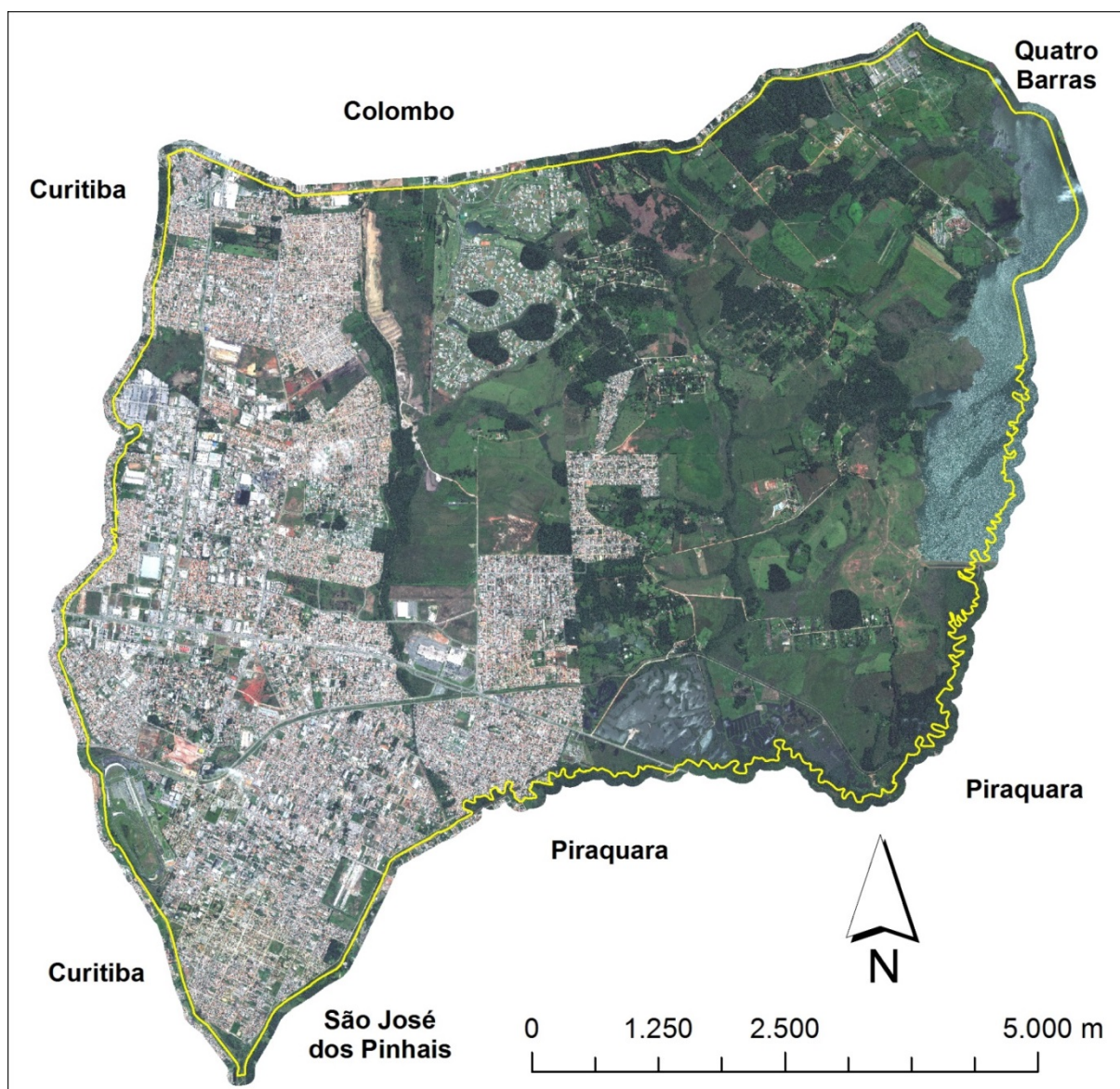
Em 1932 instalara-se em Minamata uma grande indústria, a Chisso, que fabricava acetaldeído (usado na produção de material plástico). A indústria cresceu muito. Seus resíduos eram despejados no mar. E estes resíduos continham mercúrio. As pesquisas mostraram níveis elevadíssimos deste metal nas vísceras de pessoas e animais falecidos da doença. Envenenamento por mercúrio não chegava a ser novidade. Entre os personagens de "Alice no País das Maravilhas" existe o Chapeleiro Louco. Por que um chapeleiro haveria de ser louco? Porque naquela época o feltro de que eram feitos os chapéus era tratado com mercúrio – e os chapeleiros, intoxicados, exibiam o mesmo comportamento que os gatos depois mostrariam em Minamata.

Mas o caso da cidade japonesa teria mais um, e trágico, desdobramento. Acontece que a Chisso empregava boa parte da população. Se fechasse, muita gente ficaria sem trabalho. O que se viu, então, foi um amargo confronto entre empregados e parentes das vítimas, que só cessou quando a corporação mudou o seu ramo de atividade.

A doença de Minamata, como veio a ser conhecida, chamou a atenção do mundo todo para o problema da intoxicação por metais pesados. Um problema que aparece sob as formas mais inesperadas. Por exemplo, no condicionamento de baterias, feito por pequenas indústria de fundo-de-quintal. Os vapores de chumbo que se desprendem no processo são altamente tóxicos. E isto exige uma atenção redobrada, não só por parte da saúde pública e da fiscalização, como do público em geral. Metal pesado é um risco constante. Para o qual precisamos estar atentos. Sob pena de dançarmos como os gatos de Minamata.

Copyright © 2003 Moacyr Scliar

ANEXO B – FOTO ÁÉREA DO MUNICÍPIO DE PINHAIS



FONTE: Prefeitura Municipal de Pinhais – Departamento de Desenvolvimento Sustentável.